



Anais da Assembléia

Nº 57

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 1975.

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 81ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 1975. (QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Basílio Zanusso.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Ferdemann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Srs. Deputados Maurício Fruet, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Luiz Alberto Oliveira, Muggiati Filho, Egon Puddel. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE.—

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO.—

procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO.—

procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, um voto de profundo pesar, pelo falecimento, ontem ocorrido, em Curitiba, do DR. ELIAS KARAM, que nos 72 anos de sua profícua existência, exerceu relevantes cargos públicos, entre os quais o de Vereador durante 20 anos e, inteiramente, por três vezes o de Prefeito da Capital do Estado.

Requer ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, 04 de junho de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas e na forma regimental, requer o registro, na Ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Dr. ELIAS KARAM, ocorrido ontem, nesta Capital.

O Dr. ELIAS KARAM desaparece aos 72 anos de idade, depois de haver dedicado toda sua vida em prol das mais nobres causas do povo paranaense e, principalmente, dos municípios curitibanos, como seu lido representante na Câmara Municipal de Curitiba, por diversas legislaturas, e como prefeito municipal, inteiramente, na qualidade de presidente do Legislativo Municipal, que exercera por muito tempo.

O ilustre extinto era, também, prestigioso homem de letras, causídico renomado, jornalista conceituado, membro do Tribunal de Contas, aposentado, e destacado líder católico de nossa terra, tendo sempre, no exercício de todas essas atividades, deixado a marca da sua fulgurante inteligência, do seu espírito humanitário, da sua notável personalidade, causando o seu desaparecimento geral consternação à sociedade paranaense.

Requeiro, ainda, que esta Assembléia se faça presente ao funeral daquele ilustre homem público, através de comissão a ser designada pela douda Mesa.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1975.

a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, um voto de congratulações à diretoria da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná.

Recentemente, a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná promoveu em Curitiba e em mais dez cidades-polo de regiões, palestras de orientação sobre dispositivos de portarias da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, relacionadas com a administração municipal.

As referidas portarias introduziram nova sistemática, para a elaboração orçamentária das prefeituras. É provável que as prefeituras das grandes cidades, que dispõem de equipes de advogados e contadores, não tivessem maiores dificuldades na aplicação, em sua contabilidade, das inovações contidas na nova legislação. Entretanto, para a grande maioria de pequenas prefeituras, a orientação fornecida pelos técnicos da FAMEPAR foi de inestimável valia.

Além de Curitiba, a equipe da FAMEPAR chefiada pelo seu próprio diretor-presidente, Pedro Arthur Sampaio, esteve nas seguintes cidades, atendendo aos servidores municipais das respectivas regiões: Ponta Grossa, Cornélio Procopio, Apucarana, Paranavai, Cruzeiro do Oeste, Campo Mourão, União da Vitória, Pato Branco e Cascavel.

Para se ter uma idéia da importância do referido trabalho de orientação, basta acrescentar que mais de 400 servidores, entre contadores, diretores de finanças, assessores e até alguns prefeitos, compareceram às dez palestras de orientação que foram ministradas em período de menos de um mês.

Por outro lado, Sr. Presidente, desejamos consignar que na semana em curso a FAMEPAR, como representante do Governo do Paraná, formalizará com a Superintendência do Desenvolvimento do Extremo-Sul (Sudesul), representando o Ministério do Interior, um convênio no valor de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), destinado a efetivação de 42 cursos no Paraná, sobre os seguintes temas: administração orçamentária, administração do pessoal, administração tributária, contabilidade pública, organização administrativa, planejamento municipal e administração de material e patrimônio.

Para se ter uma idéia da importância do referido trabalho de orientação, basta acrescentar que mais de 400 servidores, entre contadores, diretores de finanças, assessores e até alguns prefeitos, compareceram às dez palestras de orientação que foram ministradas em período de menos de um mês.

Por outro lado, Sr. Presidente, desejamos consignar que na semana em curso a FAMEPAR, como representante do Governo do Paraná, formalizará com a Superintendência do Desenvolvimento do Extremo-Sul (Sudesul), representando o Ministério do Interior, um convênio no valor de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), destinado à efetivação de 42 cursos no Paraná, sobre os seguintes temas: administração orçamentária, administração do pessoal, tributária, contabilidade pública, organização administrativa, planejamento municipal e administração de material e patrimônio.

A programação desses cursos será desenvolvida em Curitiba e nas cidades polo de regiões e estará a cargo de uma categorizada equipe de técnicos universitários já elecionada pela FAMEPAR. Não é preciso que nos estendamos em considerações acerca da importância, para as prefeituras paranaenses, do mencionado programa.

Sr. Presidente, são essas as razões que nos levam a requerer um voto de congratulações à diretoria da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, na certeza de que esta iniciativa se constituirá em incentivo a que a referida entidade prossiga seu trabalho de prestar assistência técnica às prefeituras paranaenses.

Sala das Sessões, em 3 de junho de 1975.

a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o plenário, requer seja oficiado ao Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para que seja instalada com a máxima urgência, uma agência na sede do município de Francisco Alves, em virtude do mesmo não ser atendido pela agência de Iporã.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Art. 34, do Regimento Interno, requer a constituição de uma Comissão Especial, composta de 5 (cinco) membros, destinada a elaborar um simpósio sobre o Estatuto do Magistério.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o plenário, vem requerer seja oficiado ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Henrique Nogueira Dorfmund, para que seja incluída na nova Divisão Judiciária a transferência da sede da comarca de Xambrê, para Pérola.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, se officie ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, solicitando urgência na aprovação do projeto final de engenharia e do projeto dos Interseções do Contorno Sul de Apucarana, tendo em vista a enorme necessidade do término daquele importante contorno, ha muitos anos com suas obras semi-paralisadas.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

A Associação Comercial do Paraná manifestou-se vigorosamente para que o controle acionário da Telepar ficasse nas mãos do Paraná. Elaborou um memorial justificando sua posição. Outrossim, enviou aos órgãos responsáveis sua posição referente à taxação, com base em impulsos cuja duração é de três minutos e que não satisfaz a classe, nem aos usuários particulares, em vista de dificultar a comunicação.

Tendo em vista esses dois memoriais, o Deputado que abaixo subscreve, amparado no Regimento Interno, e com a audiência do plenário, Requer a inserção em Ata dos trabalhos da Casa um voto de aplausos àquela entidade de classe.

Requer outrossim, que da deliberação da Casa seja dada ciência à Associação Comercial do Paraná.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1975.

a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem, após ouvido o plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Deputado Federal, Alencar Furtado, apresentado em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, voto de solidariedade, face às ameaças que estaria sendo vítima, em função de sua decidida e corajosa atuação na Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga a ação das empresas estrangeiras no País.

1 Sala das Sessões, em 4 de junho de 1975.

aa) DENY SCHWARTZ aa) OTÁSSIO PEREIRA

WALDENÍCIO BARBALHO

ENÉAS FARIA

ERNESTO DAL'OGGIO

ERNESTO GNOATO

EDILSON ALENCAR

OSVALDO MACEDO

TRAJANO BASTOS

LINEU TURRA

aa) FIDELCINO TOLENTINO

GABRIEL SAMPAIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o plenário, seja encaminhado ofício, em Regime de Urgência, ao Sr. Governador do Estado do Paraná, como também a S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de se fazer cessar as arbitrariedades praticadas pelo Delegado de Polícia de Assis Chateaubriand, contra o povo ordeiro e trabalhador daquela comuna, como também sugerindo o seu imediato afastamento daquela delegacia para que a paz, a tranquilidade social possa voltar ao seio da população.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1975.

a) EDILSON ALENCAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas legais, requer a V. Exa. se digne, após ouvido o plenário, encaminhar ofícios aos Exmos. Srs. Governador do Estado e Secretário de Educação e Cultura, solicitando concessão de auxílio financeiro à FECIVEL - Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel, para aquisição de livros, material técnico e laboratório, necessários ao aprimoramento de nível.

Reitera ainda o empenho das referidas autoridades, no sentido de ampliar o prédio, instalações e criação de novos cursos como Agronomia, Ciências Econômicas e Administração de Empresas, posto que a região hoje representa um polo geo-econômico e demográfico dos mais elevados do Estado. E Cascavel, como centro catalizador de um contingente de cultura elevado, está sendo envolvido pelos efeitos da obra da hidrelétrica Itaipu.

Ademais, o Estado deve acompanhar esse desenvolvimento e ativar sua participação nesse processo de dinamização que a iniciativa privada vem imprimindo no Oeste Paranaense, nos mais variados setores da atividade humana.

As viagens que o Sr. Governador tem efetuado recentemente à região, permitiram que S. Exa. reconhecesse a necessidade da presença do Governo nos programas de ensino, tanto que no calor da entusiástica festa do soja em Palotina, anunciou uma escola de nível técnico-agrícola naquele município, declarando também o asfaltamento das estradas, que temos tanto reivindicado com o apoio de outros parlamentares.

Entendemos que o ensino deva ser a primeira preocupação de um povo, sobretudo quando este leia a seus mandatários exemplo de civismo, grandeza no desempenho de sua obra progressista, como é o caso de nossa região.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 63/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO ÚNICO

DO CAMPO DE APLICAÇÃO E DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º - O presente Estatuto organiza o magistério público de 1º e 2º graus, estrutura as respectivas Séries de Classes, nos termos da Lei Federal número 5.692, de 11 de agosto de 1971, e estabelece o regime jurídico do pessoal do Magistério Público vinculado à administração do Estado do Paraná.

Parágrafo único - Ao Pessoal do Magistério aplicam-se os planos de classificação de cargos e de pagamento instituídas por lei.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei entende-se:

I - por pessoal de Magistério o conjunto dos professores e especialistas de educação que, nos complexos ou unidades escolares e demais serviços ou órgãos de educação, ministra, assessoria, planeja, programa, dirige, supervisiona, inspeciona, coordena, acompanha, controla ou orienta a educação sistemática, assim como o dos que colaboram diretamente nessas funções sob sujeição à normas pedagógicas e aos regulamentos deste Estatuto;

II - por professor, genericamente, a todo ocupante de cargos de docência;

III - por atividade de magistério aquelas inerentes à edu-

cação e nelas incluídas, entre outras, a administração, o ensino, a pesquisa e a especialização.

Art. 3º - O Pessoal do Magistério compreende as seguintes categorias:

I - Pessoal Docente e

II - Pessoal Especialista.

§ 1º - Pertence ao Pessoal Especialista o servidor que, atuando a nível de macro-educação, central ou regional, e/ou micro-educação, é executor de tarefas de assessoramento, planejamento, controle, avaliação, administração, orientação, inspeção e outras que forem necessárias, respeitadas as prescrições contidas nos artigos 29, 33, 40 e 84, da Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

§ 2º - A Competência do Pessoal do Magistério decorre, em cada grau de ensino, das disposições próprias das leis estaduais, e federais, dos regulamentos e regimentos.

TÍTULO II

DO VALOR DO MAGISTÉRIO E DOS PRECEITOS ÉTICOS ESPECIAIS

CAPÍTULO I

DO VALOR DO MAGISTÉRIO

Art. 4º - São manifestações do valor do magistério:

I - o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir os deveres do magistério;

II - o civismo e o culto das tradições históricas;

III - o amor aos educandos e à profissão do magistério;

IV - a fé no poder da educação como instrumento de formação do homem e de desenvolvimento econômico, social e cultural;

V - o espírito de educador;

VI - o aperfeiçoamento ou a especialização e a atualização profissional.

CAPÍTULO II

DOS PRECEITOS ÉTICOS ESPECIAIS

Art. 5º - O sentimento do dever, a dignidade, a honra e o decoro do magistério impõem a cada um de seus membros uma conduta moral e profissional irrepreensíveis, com observância dos seguintes preceitos:

I - amar a verdade e a responsabilidade com fundamento da dignidade pessoal, o bem, a natureza e o conhecimento;

II - exercer, com autoridade, eficácia, zelo e probidade, o cargo, encargo ou comissão, observando as prescrições legais;

III - ser imparcial e justo;

IV - zelar pelo seu próprio aprimoramento moral e intelectual e dos educandos;

V - respeitar a dignidade da pessoa humana e seus direitos;

VI - ser discreto em suas atitudes e em sua linguagem escrita e falada;

VII - zelar pelo bom nome do magistério;

VIII - abster-se de atos que impliquem em mercantilização das atividades educacionais ou que sejam incompatíveis com a dignidade profissional;

IX - observar as normas da boa educação;

X - proceder de maneira ilibada na vida pública e particular.

TÍTULO III

DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO

CAPÍTULO I

DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO

Art. 6º - A carreira do magistério é a profissão que se caracteriza por atividade continuada e devotada à concretização dos princípios, dos ideais e dos fins da educação brasileira:

Parágrafo único - A carreira inicia-se, satisfeitas as normas legais e regulamentares, com a nomeação para um dos cargos de classes iniciais das séries de classes constantes do Plano

de Classificação de Cargos do Quadro Próprio do Magistério do Estado

CAPÍTULO II DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS SEÇÃO I DOS CARGOS

Art. 7º Os cargos do Magistério são de provimento efetivo e em comissão.

Art. 8º Os cargos de provimento efetivo integram séries de Classes singulares.

Parágrafo único Os cargos de provimento em comissão não compreendem

I Cargos de direção superior e intermediária, e

II Cargos de outra natureza.

Art. 9º Para os efeitos desta lei:

I cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um professor ou especialista de educação, mantidas as características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Estado.

II Classe é o agrupamento de cargos da mesma denominação e com iguais atribuições e responsabilidades.

III Série de Classes é o conjunto de classes da mesma natureza de trabalho, dispostas hierarquicamente, de acordo com o grau de dificuldade de atribuições e nível de responsabilidade, e constituem a linha natural de promoção do professor.

IV Grupo Ocupacional compreende séries de classes ou classes singulares que dizem respeito a atividades correlatas ou afins, natureza dos respectivos trabalhos ou ao ramo de conhecimento aplicados no seu desempenho; e

V Serviço é a justaposição de grupos ocupacionais, tendo em vista a identidade ou a similaridade ou a conexão das respectivas atividades profissionais.

Art. 10 As atribuições, responsabilidades e características pertinentes a cada classe são especificadas no Anexo I.

Parágrafo único As especificações de classes compreendem para cada classe, além de outros, os seguintes elementos: denominação, código, descrição, síntese das atribuições e responsabilidades, exemplos típicos de tarefas, características especiais, qualificações exigidas, forma de recrutamento, linhas de promoção, e acesso.

SEÇÃO II DO PLANO DE PAGAMENTO

Art. 11 O Plano de Pagamento do Magistério é o constante das tabelas integrantes do Anexo II.

§ 1º É estabelecido para cada classe, um vencimento-base inicial. Com aumentos periódicos consecutivos, de três por cento por triênio de efetivo exercício na classe, até o máximo de 7 setes, com antecipação da quarta parte, sem prejuízo do disposto no item II do artigo 166.

§ 2º O professor ou especialista de educação, quando nomeado, perceberá o vencimento-base de classe.

§ 3º Na contagem do tempo de serviço para perfazer o triênio só serão computados, como de efetivo exercício, os afastamentos previstos no artigo 65.

§ 4º O acesso e a promoção não interrompem a contagem do tempo, para efeito da concessão do triênio.

SEÇÃO III DO QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO

Art. 12 O Quadro Próprio do Magistério compreenderá:

I Parte Permanente;

II Parte Transitória.

SUBSEÇÃO I PARTE PERMANENTE

Art. 13 - A Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério compõe-se dos Grupos Ocupacionais e Séries de Classes codificadas nesta lei, na conformidade das disposições previstas na Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

Art. 14 Os cargos da Parte Permanente agrupam-se em tabelas distintas, sob o regime deste Estatuto, organizadas segundo o grau de habilitação, gênero de trabalho, carga horária, complexidade e responsabilidade de suas tarefas e outras características.

Art. 15 Norma especial fixará, anualmente, o número de cargos da Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério, indispensáveis ao atendimento dos compromissos do Estado no desenvolvimento do ensino de 1º e 2º graus, quanto a provimentos por promoção e acesso, para efeito de inclusão na Lei Orçamentária do exercício seguinte.

SUBSEÇÃO II PARTE TRANSITÓRIA

Art. 16 Ao ser sancionada a presente Lei, os atuais ocupantes de cargos da Parte Permanente e da Parte Suplementar do Quadro Próprio do Magistério criado pela Lei nº 5.957, de 20 de junho de 1969, passam a integrar o novo Quadro Próprio do Magistério, constituindo a Parte Transitória.

§ 1º Na Parte Transitória do Quadro Próprio do Magistério agrupam-se, em tabelas próprias, com as amplitudes de carreira e carga horária semanal, constantes do Anexo IV

I os cargos e respectivos ocupantes, do anterior Grupo Ocupacional M-100 Magistério Superior;

II os cargos e respectivos ocupantes, do anterior Grupo Ocupacional M-200 Magistério Médio; e do Grupo Ocupacional EC-500 Ensino Agrícola e das classes de Professor do Ensino Médio, níveis 20, 21 e 22;

III os cargos e respectivos ocupantes, do anterior Grupo Ocupacional M-300 Magistério Primário e das classes de Professor do Ensino Primário Agrícola, níveis 10, 12, 14 e 15, de Professor do Ensino Primário Sem Habilitação, níveis 07, 09 e 10 e de Professor do Ensino Primário sem simbologia, níveis 11, 13, 15 e 16;

IV os cargos e respectivos ocupantes, do anterior Grupo Ocupacional M-400 Magistério Técnico e das Classes de Assistente de Educação.

§ 2º Os cargos constantes da Parte Transitória ficarão automaticamente suprimidos quando vagarem.

Art. 17 - Aplicam-se aos integrantes da Parte Transitória, no que couber, o presente Estatuto e, subsidiariamente, o Estatuto dos Funcionários Civis do Estado (Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970) no que não contrariar os dispositivos desta lei.

TÍTULO IV PROVIMENTO E VAGÂNCIA DOS CARGOS DO MAGISTÉRIO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 Os cargos da Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério Público são acessíveis a todos os brasileiros, respeitadas as exigências fixadas em lei.

§ 1º Só pode ser provido em cargo do Magistério Público quem satisfazer os requisitos seguintes:

I - ser brasileiro;

II - idade mínima de 18 anos e máxima de 45 anos até a data da inscrição ao concurso;

III - haver cumprido as obrigações e os encargos militares previstos em lei;

IV - estar em gozo dos direitos políticos;

V - gozar de boa saúde;

VI - ter boa conduta;

VII - possuir aptidão para o exercício do cargo; e

VIII - ter satisfeito as condições especiais previstas para determinações casos.

§ 2º - Não fica sujeito ao limite de idade:

a) o ocupante de cargo público estadual;

b) quem esteja exercendo atividade no magistério oficial do Estado;

c) quem tenha exercido cargo público durante tempo anterior.

Art. 19 - Os cargos da Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério Público são providos por:

- I - nomeação;
- II - promoção;
- III - acesso;
- IV - transferência;
- V - reintegração;
- VI - readmissão;
- VII - aproveitamento;
- VIII - reversão; e
- IX - readaptação.

Art. 20 - O ingresso na Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério Público efetua-se mediante concurso público de provas e títulos ou por enquadramento de integrante da Parte Transitória.

CAPÍTULO II DOS CONCURSOS

Art. 21 - Respeitada a competência conferida a estabelecimento de ensino superior, a realização de concursos para provimento de cargos da Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério cabe ao órgão competente da Secretaria da Educação.

Art. 22 - Os concursos são de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo único - Os concursos deverão realizar-se obrigatoriamente a cada ano, havendo vagas, e serão de caráter regional ou municipal, nos termos do respectivo regulamento.

Art. 23 - Das instruções para o concurso constarão: o limite de idade dos candidatos; o número de vagas a serem providas, distribuídas por áreas, especialização e lotação; o prazo de validade do concurso, de dois anos, prorrogável a juízo do Chefe do Poder Executivo.

Art. 24 - Encerradas as inscrições para concurso destinada ao provimento de qualquer cargo do Quadro Permanente, não se abrirão novas antes de sua realização.

CAPÍTULO III DAS NOMEAÇÕES

Art. 25 - As nomeações são feitas:

- I - em caráter efetivo, nos casos de provimento mediante concurso;
- II - em substituição, nos termos do artigo 57;
- III - em comissão, quando se tratar de cargo que, em virtude de lei, assim deva ser provido.

§ 1º - A nomeação, em caráter efetivo, observará o número de vagas existentes, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação no concurso e será feita para a respectiva classe inicial da série de classes, atendido o requisito de aprovação em exame de saúde, ressalvados os casos de incapacidade física parcial, que, de acordo com a lei, não impeçam o exercício do cargo.

§ 2º - Além dos requisitos previstos no parágrafo anterior, a nomeação depende da prévia verificação pelo órgão competente da inexistência de acumulação proibida.

§ 3º - Os candidatos que obtiverem classificação até o número de cargos, para cujo provimento tenha sido aberto o concurso, serão chamados, mediante edital, para escolher, na ordem da respectiva classificação, estabelecimento de sua futura lotação.

§ 4º - A falta de escolha de vaga na data determinada ou o pedido de sustação da nomeação, seja qual for o motivo invocado, importará em renúncia à faculdade de que trata o parágrafo anterior, ficando a critério exclusivo da administração a fixação da lotação do candidato.

CAPÍTULO IV DA POSSE

Art. 26 - Posse é o ato da investidura em cargo da Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério Público.

Parágrafo único - Dispensa-se a posse nos casos de promoção, acesso e reintegração.

Art. 27 - Tem-se por empossado o professor após a assinatura de um termo em que conste o ato que o nomeou e o compromisso de fiel cumprimento dos deveres e atribuições do cargo.

Parágrafo único - É essencial, para validade do termo, que ele seja assinado ao menos pelo nomeado e pela autoridade que der posse, e mencione a exibição dos documentos necessários para o ato.

Art. 28 - São competentes para dar posse:

a) o Secretário da Educação, aos Diretores de Departamentos e aos titulares de outros órgãos e aos ocupantes de cargos que lhe sejam diretamente subordinados;

b) o Diretor do Departamento do Pessoal, ao Professor e ao Especialista de Educação da Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério.

Art. 29 - A posse pode ser tomada por mandatário, constituído pelo nomeado com poderes expressos.

Art. 30 - A autoridade que der posse verificará, sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitas as condições legais para a investidura.

Art. 31 - A posse deve verificar-se no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação do decreto de nomeação no órgão oficial.

§ 1º - O prazo de que trata este artigo será prorrogável por 15 (quinze) dias, mediante solicitação escrita do interessado e despacho da autoridade competente para dar posse.

§ 2º - O termo inicial do prazo para a posse do professor ou especialista de educação em férias ou licença para tratar de interesses particulares, é contado da data em que voltar ao serviço.

§ 3º - Não se efetivando a posse, por culpa do nomeado, dentro dos prazos previstos neste artigo, tornar-se-á sem efeito a nomeação.

CAPÍTULO V DO EXERCÍCIO

Art. 32 - O exercício do cargo da Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério Público terá início dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da data da posse.

Parágrafo único - Se o professor ou especialista de educação não entrar em exercício dentro do prazo estipulado neste artigo, tornar-se-á sem efeito a nomeação.

Art. 33 - O início, interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do professor ou especialista de educação.

Art. 34 - O chefe da repartição ou serviço, ou diretor de estabelecimento de ensino em que esteja lotado o professor ou especialista de educação, é a autoridade competente para dar-lhe exercício, comunicando o fato ao superior hierárquico.

Art. 35 - O professor ou especialista de educação, quando removido, terá direito aos seguintes prazos, contados da data da publicação do ato respectivo, para retomar exercício:

I - três dias, quando removido para repartição ou estabelecimento de ensino na mesma sede; e

II - dez dias, quando removido para repartição ou estabelecimento localização em outro município.

Parágrafo único - Os prazos referidos neste artigo serão contados do término da licença em cujo gozo esteja o professor, salvo o caso de licença para tratar de interesses particulares.

Art. 36 - Nenhum professor poderá ter exercício em repartição pública, complexo escolar ou estabelecimentos de ensino diferente daquele em que esteja lotado, salvo nos casos previstos neste Estatuto ou prévia autorização do chefe do Poder Executivo, ouvido o Secretário da Educação.

Parágrafo único - Nesta última hipótese, o afastamento do professor ou especialista de educação só é permitido para fim determinado e por prazo certo.

Art. 37 - Salvo os casos previstos neste Estatuto, fica

sujeito a processo administrativo para demissão por abandono de cargo o professor ou especialista de educação que interromper o exercício por trinta dias consecutivos ou sessenta, alternadamente, durante o ano letivo.

Art. 38 - Nenhum professor ou especialista de educação pode ausentar-se do Estado, para estudo ou missão de qualquer natureza, com ou sem ônus para os cofres públicos, sem autorização ou designação expressa do Chefe do Poder Executivo, salvo em gozo de férias ou licença.

Art. 39 - Salvo casos de absoluta conveniência para o ensino, a juízo da Secretaria da Educação, nenhum professor ou especialista de educação pode permanecer fora do Estado por mais de dois anos, em missão especial, nem ausentar-se novamente se não decorridos dois anos de efetivo exercício no Magistério Público, contados da data do regresso.

CAPÍTULO VI

DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 40 - Estágio probatório é o período de dois anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do professor ou do especialista de educação no cargo efetivo para o qual foi nomeado.

§ 1º - Os requisitos de que trata este artigo são os seguintes:

- I - idoneidade moral;
- II - assiduidade;
- III - disciplina; e
- IV - eficiência.

§ 2º - Quando o professor ou especialista de educação em estágio probatório não preencher qualquer dos requisitos enumerados no § 1º deste artigo, caberá ao seu chefe imediato, sob pena de responsabilidade, iniciar o processo competente, dando ciência do fato ao interessado.

§ 3º - O processo referido no parágrafo anterior se confirmará ao que dispuser a regulamentação própria.

§ 4º - Se no processo ficar comprovado o não preenchimento das condições do estágio probatório, o professor será exonerado, sob proposta do Secretário da Educação.

§ 5º - Sem prejuízo da iniciativa a que se refere o § 2º deste artigo, deve o chefe imediato do professor ou especialista de educação em estágio probatório, encaminhar, ao seu superior hierárquico, até 60 (sessenta) dias antes da conclusão do prazo do estágio, relatório circunstanciado sobre o cumprimento de cada um dos requisitos previstos no § 1º, podendo, se for o caso, ser determinada pela autoridade competente a instauração do processo de que trata o mesmo § 2º deste artigo.

CAPÍTULO VII

DA PROMOÇÃO

Art. 41 - A promoção será representada por avanços horizontais e verticais e feita com observância dos critérios de antiguidade e de merecimento, respectivamente.

§ 1º - O avanço horizontal, feito pelo critério de antiguidade de referência, constitui-se na progressão trienal estabelecida no § 1º do artigo 11 da presente lei.

§ 2º - O avanço vertical é a elevação do professor ou especialista de educação pelo critério exclusivo do merecimento, à classe superior dentro da mesma série de classe ou de uma série de classes para outra, segundo a habilitação dos interessados.

§ 3º - A promoção vertical obedecerá à ordem de classificação do professor ou especialista de educação na lista de merecimento.

§ 4º - Não poderá ser promovido, horizontal ou verticalmente, o professor ou especialista de educação em estágio probatório, aposentado, em disponibilidade, em licença para exercer mandato eletivo ou para tratar de interesses particulares.

§ 5º - É vedada a promoção para classe em que houver cargo excedente.

Art. 42 - Merecimento é a demonstração positiva, pelo professor ou especialista de educação, durante sua permanência na classe, de pontualidade e assiduidade, capacidade e eficiência, espírito de colaboração e ética profissional, compreensão de deveres, além de qualificações comprovadas através de curso ou estágio de aperfeiçoamento, retreinamento, atualização ou especialização para o desempenho das atribuições da classe superior, na forma desta lei.

Art. 43 - Será de cinco anos de efetivo exercício na classe o interstício para concorrer à promoção vertical na mesma série de classes.

Art. 44 - O professor ou especialista de educação promovido ocupará na classe superior a referência correspondente a em que se encontrava na classe inferior, não interrompendo a contagem do tempo para a promoção horizontal, até atingir a referência-limite - VII.

§ 1º - Para efeito de enquadramento dos que optarem pelo novo sistema, será computado o tempo de efetivo exercício da classe que o professor ou servidor do antigo Quadro Próprio do Magistério registrar na data da publicação desta lei.

§ 2º - Para efeito do primeiro avanço vertical dentro da série de classes em que se der o enquadramento, será observado o interstício previsto no artigo 43.

Art. 45 - As promoções serão processadas na forma do respectivo Regulamento.

CAPÍTULO VIII

DO ACESSO

Art. 46 - Acesso é a passagem do professor ou especialista de educação, ocupante de cargo que integra a outro cargo inicial de classe afim, observada a classificação obtida em prova de seleção, respeitada a habilitação profissional legal e a linha de correlação fixada na sistemática de classificação de cargos adotada por esta lei.

Parágrafo único - Caso o número de concorrentes habilitados para o acesso seja inferior ao número de vagas, o provimento das restantes pode ser feito através de concurso público.

Art. 47 - O professor ou especialista de educação nomeado por acesso ocupará na nova classe a mesma referência em que se encontrava na classe anterior sem interromper a contagem do tempo de serviço para efeito de promoção horizontal.

Art. 48 - O acesso aos diversos cargos das classes singulares ou Séries de classes da Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério será regulamentado em atos do Poder Executivo, observada a Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, e a legislação aplicável.

CAPÍTULO IX

DA TRANSFERÊNCIA

Art. 49 - Transferência é a passagem do ocupante do cargo da Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério de uma para outra atividade, área de estudo ou disciplina, de uma para outra série de classe ou de um para outro grupo ocupacional.

§ 1º - Só se permite transferência quando haja vaga a ser promovida mediante promoção por merecimento e precedida de concurso de provas e títulos, cujo prazo de validade ainda não tenha expirado.

§ 2º - A transferência só pode ser feita para cargo do mesmo nível de vencimento.

§ 3º - Atendidas as exigências dos parágrafos anteriores, cumulativamente com as de habilitação e qualificação, poderá haver transferência de professor ou especialista de educação, de função docente para função de especialista, ou vice-versa, na hipótese prevista no artigo 89.

Art. 50 - O tempo de serviço do professor ou especialista de educação transferido nos termos do artigo anterior é computado na nova classe para todos os efeitos legais.

CAPÍTULO X

DA REINTEGRAÇÃO

Art. 51 - A reintegração, que decorre de decisão adminis-

trativa ou judicial passada em julgado, é o reingresso do professor, especialista de educação ou servidor no Quadro Permanente do Magistério com ressarcimento dos prejuízos decorrentes do afastamento.

Parágrafo único — A decisão que determinar a reintegração será proferida em pedido de reconsideração, em recurso ou em revisão de processo, após pronunciamento da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 52 — Invalidada por sentença a demissão, o professor será reintegrado e exonerado quem lhe ocupa o lugar ou se ocupava outro cargo, a este reconduzido, sem direito a indenização.

§ 1º — Se o cargo em que deve verificar-se a reintegração, houver sido transformado, dar-se-á ela no cargo resultante da transformação e, se extinto, em outro cargo da classe a que pertencer o professor, respeitada a habilitação.

§ 2º — Não sendo possível fazer-se a reintegração na forma prevista no artigo anterior, o professor será posto em disponibilidade com os vencimentos e vantagens a que tiver direito.

§ 3º — O professor ou o especialista de Educação reintegrado será submetido a inspeção médica.

Art. 53 — Se for verificada a incapacidade física do professor ou especialista de educação reintegrado, para o exercício das respectivas funções, será ele aposentado no cargo em que tenha sido levada a efeito a sua reintegração.

CAPÍTULO XI DO APROVEITAMENTO

Art. 54 — Aproveitamento é o reingresso no magistério público ao professor e ao especialista de educação em disponibilidade.

§ 1º — É obrigatório o aproveitamento do professor ou do especialista de educação em disponibilidade, desde que satisfaça os requisitos exigidos para o provimento do cargo.

§ 2º — O aproveitamento do professor ou especialista de educação, far-se-á, preferencialmente, em cargo equivalente, por sua natureza e vencimento, ao anteriormente ocupado e na mesma localidade em que servia.

§ 3º — O professor ou o especialista de educação em disponibilidade pode ser convocado pelo Chefe do Poder Executivo para prestação de serviço no setor educacional em cargo compatível com a sua formação profissional.

§ 4º — Se dentro dos prazos legais, o professor ou o especialista de educação não tomar posse e entrar no exercício do cargo em que haja sido aproveitado, torna-se sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade, com perda de todos os direitos de sua anterior situação.

§ 5º — Se o aproveitamento se der em cargo de vencimento inferior ao provento da disponibilidade, terá o professor e o especialista de educação direito à diferença.

§ 6º — Será aposentado no cargo anteriormente ocupado, o professor ou o especialista de educação em disponibilidade que for julgado incapaz, em inspeção médica. Para o cálculo da aposentadoria, será levado em conta o período de disponibilidade.

CAPÍTULO XII DA REVERSÃO

Art. 55 — Reversão é o reingresso, no magistério, do professor ou especialista de educação aposentado, quando insubsistirem os motivos da aposentadoria, caso haja interesse do ensino e não tiver ele ultrapassado sessenta anos de idade.

§ 1º — A reversão será feita a pedido, nos casos de aposentadoria por implemento de tempo de serviço, comprovada a sanidade física e mental do professor ou especialista de educação através de laudo médico.

§ 2º — A reversão será feita "ex-officio" quando, através, de laudo médico, ficar comprovada a cessação da incapacidade determinante da aposentadoria.

§ 3º — A reversão nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, será realizada no cargo que o aposentado exercer

à data de sua aposentadoria ou naquele em que tenha sido transformado, respeitada a habilitação profissional e desde que haja vaga a ser provida por merecimento.

§ 4º — O professor ou especialista de educação aposentado por invalidez e que tiver revertido ao magistério terá direito à contagem do tempo em que esteve aposentado, para os efeitos de disponibilidade e aposentadoria.

§ 5º — O professor ou especialista de educação que tenha obtido reversão não poderá ser novamente aposentado sem que, a partir de então, tenham decorridos cinco anos de efetivo exercício, salvo se a nova aposentadoria for por motivo de invalidez.

CAPÍTULO XIII DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 56 — Pode haver substituição quando o titular do cargo do magistério entrar em gozo de licença ou interromper o exercício por prazo superior a quinze dias, ressalvada a hipótese prevista no artigo 98.

Parágrafo único — A substituição depende de ato do Secretário da Educação, e dá direito, durante seu exercício, aos vencimentos fixados em lei, e durará enquanto subsistentes os motivos que a determinaram.

Art. 57 — As vagas transitórias do magistério, decorrentes da concessão de licença especial, serão preenchidas preferencialmente, por professores e especialistas de educação do mesmo estabelecimento de ensino, e, na sua falta, por concursados que ainda não tenham sido nomeados.

CAPÍTULO XIV DA VACÂNCIA

Art. 58 — A vacância do cargo dá-se em consequência de:

- I — exoneração;
- II — demissão;
- III — promoção;
- IV — acesso;
- V — transferência;
- VI — aposentadoria; e
- VII — falecimento.

§ 1º — A exoneração dá-se:

- I — a pedido do professor;
- II — a critério do Governo, quando se tratar de cargo em comissão; e

III — no caso previsto no parágrafo único do artigo 193.

§ 2º — A demissão é aplicada como penalidade.

TÍTULO V DIREITOS, VANTAGENS E CONCESSÕES CAPÍTULO I DA REMOÇÃO

Art. 59 — A remoção é a passagem do exercício do professor ou especialista de educação de uma repartição, complexo escolar ou estabelecimento de ensino para outro, preenchendo claro de lotação, sem que se modifique sua situação funcional.

§ 1º — Processa-se a remoção:

- I — a pedido;
- II — por concurso; e
- III — por permuta.

§ 2º — A remoção será feita durante o período de férias escolares do fim de cada ano, salvo necessidade do ensino, a critério do secretário da Educação.

§ 3º — Dentro de cento e oitenta (180) dias, a contar da publicação da presente lei, a Secretaria de Educação promoverá estudos relacionados com a classificação de todos os complexos e unidades escolares, por entrâncias ou por zoneamento, para fins de remoção.

Art. 60 — Só cabe remoção a pedido, quando formulado para lotação, em estabelecimento ou complexo situado no mesmo município, e, pela forma prevista nos parágrafos deste artigo.

§ 1º — Pelo menos sessenta dias antes da abertura da inscrição para os concursos de ingresso no magistério, ou de remoção de um para outro município, as vagas existentes são relacio-

nadas, e, mediante publicação na Imprensa Oficial são essas vagas postas à disposição dos professores em exercício por trinta dias, para que estes manifestem suas preferências.

§ 2º - Na hipótese de haver mais de um interessado para uma mesma vaga tem preferência o professor ou especialista de educação mais antigo no município, e em igualdade de condições, o mais antigo no magistério.

Art. 61 - Salvo disposto nos artigos 62 e 63, a remoção do professor ou especialista de educação, para complexo escolar ou estabelecimento situado em outro município, só pode ser feita mediante concurso, no qual é considerado, principalmente, o tempo de serviço no estabelecimento onde esteja lotado, no cargo e no magistério, a assiduidade, os trabalhos e cursos realizados pelo professor ou especialista de educação.

§ 1º - As remoções dos professores e especialistas de educação classificados em concurso obedecem rigorosamente à ordem de classificação.

§ 2º - O professor e o especialista de educação têm direito à escolha, do complexo escolar ou estabelecimento que lhe convier, e neste caso, a preferência é dada, também, de acordo com a ordem de classificação.

§ 3º - Para efeito dos parágrafos anteriores deste artigo, a Secretaria da Educação, ao abrir a inscrição para os concursos de remoção de um para outro Município, publicará no órgão oficial a relação das vagas existentes.

Art. 62 - A remoção por permuta será processada a pedido de ambos os interessados, em requerimento conjunto, que poderá ser formulado antes do prazo, estipulado no § 2º do artigo 59, mas só produzirá efeitos a partir do início do ano letivo subsequente.

Art. 63 - Às professoras e especialistas de educação que provarem remoção do cônjuge, se este for servidor público, será assegurado o direito de remoção para estabelecimento de ensino situado no local para onde tenha sido removido o marido.

§ 1º - Se a professora ou especialista de educação, casada, aceitar nomeação para localidade diversa do domicílio da família, isto implica em renúncia ao direito de requerer remoção com base no "caput" deste artigo e só poderá retornar ao domicílio da família, se houver vaga.

§ 2º - Se a mulher exercer cargo de especialista de educação e não houver vaga em seu novo domicílio, assegura-se-lhe o direito de transferência para o Grupo Ocupacional M-100 - Pessoal Docente.

CAPÍTULO II

DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 64 - A apuração do tempo de serviço, para efeito de promoção, acesso, aposentadoria ou disponibilidade e gratificação adicional, é feita em dias.

§ 1º - São computados os dias de efetivo exercício, à vista do registro de frequência ou da folha de pagamento.

§ 2º - O número de dias é convertido em anos, considerando estes como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

§ 3º - Feita a conversão de que trata o parágrafo anterior, os dias restantes, até cento e oitenta e dois (182), não serão computados, arredondando-se para um ano quando excedam este número, exclusivamente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Art. 65 - São considerados de efetivo exercício para os efeitos do artigo anterior, os dias em que o professor ou especialista de educação esteja afastado do serviço em virtude de:

I - férias;

II - casamento, até oito dias;

III - luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão, até oito dias;

IV - trânsito;

V - convocação para o serviço militar;

VI - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

VII - exercício de função do governo ou administração em

qualquer parte do território estadual, por nomeação do Chefe do Poder Executivo;

VIII - exercício de cargo ou função do governo, ou administração, por designação do Presidente da República ou através de mandato eletivo, na administração pública federal, estadual e municipal, inclusive autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações instituídas pelo Poder Público;

IX - missão ou estudo no exterior ou em qualquer parte do território nacional, quando o afastamento houver sido autorizado pelo Chefe do Poder Executivo;

X - exercício de mandato legislativo da União, dos Estados, dos Municípios;

XI - licença especial;

XII - licença para tratamento de saúde;

XIII - licença ao professor ou especialista de educação que sofrer acidente no trabalho ou for atacado de doença profissional, na forma dos parágrafos 1º, 2º 3º e 4º deste artigo;

XIV - licença à professora ou especialista de educação gestante;

XV - faltas até o máximo de três consecutivas durante o mês, por motivo de doença comprovada na forma regulamentar, à professora ou especialista de educação;

XVI - licença por motivo de doença em pessoa da família: cônjuge, filhos, pai, mãe, ou irmão, até noventa dias, num quinquênio; e

XVII - licença compulsória.

§ 1º - Para os efeitos desta lei, entende-se por acidente no trabalho, o evento que cause dano físico ou mental ao professor ou especialista de educação, por feito ou na ocasião do serviço.

§ 2º - Equipara-se ao acidente no trabalho, quando não provocada, a agressão sofrida pelo professor ou especialista de educação no serviço ou em razão dele.

§ 3º - Por doença profissional, para os efeitos desta lei, entende-se aquela que decorrer das condições do serviço ou de fatos nele ocorridos.

§ 4º - Nos casos previstos nos parágrafos 1º, 2º e 3º deste artigo, o laudo resultante da inspeção médica deverá estabelecer rigorosamente a caracterização do acidente no trabalho e da doença profissional.

§ 5º - É considerado como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, o período compreendido entre a data do laudo que determinar o afastamento definitivo do funcionário e da decretação da respectiva aposentadoria.

Art. 66 - Computar-se-á, para todos os efeitos legais:

I - O tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná, desde que remunerado;

II - O período de férias não gozadas na administração estadual contado em dobro.

Art. 67 - Para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade será computado integralmente:

I - O tempo de serviço público estadual, federal e municipal prestado aos demais Estados da Federação;

II - O período de serviço ativo nas Forças Armadas, prestado durante a paz, computado pelo dobro o tempo em operação de guerra;

III - O tempo de serviço prestado em empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação instituída pelo Poder Público Estadual;

IV - O período de trabalho prestado à instituição de caráter privado, que tiver sido transformado em estabelecimento de serviço público;

V - O tempo em que o professor ou especialista de educação esteve em disponibilidade ou aposentado.

Parágrafo único - O tempo de serviço a que alude este artigo, será, computado à vista de certidões passadas pelo órgão competente e na forma de regulamentação própria.

Art. 68 - Durante o exercício de mandato eletivo federal

ou estadual, o professor ou especialista de educação fica afastado do exercício do cargo, e somente por antiguidade pode ser promovido ou provido por acesso, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para essa promoção, acesso e aposentadoria;

§ 1º — Se o mandato for de Prefeito, o professor ou especialista de educação é licenciado com opção de vencimento e sem prejuízo dos demais direitos assegurados em lei.

§ 2º — Se o mandato for de Vereador, o professor ou especialista de educação pode licenciar-se com perda de vencimento ou obter horário especial para frequência às sessões da câmara, com opção de vencimentos.

Art. 69 — É vedada a acumulação de tempo de serviço prestado, concorrente ou simultaneamente, em dois ou mais cargos ou funções da União, dos Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Fundações instituídas pelo Poder Público, e instituições de caráter privado que hajam sido convertidas em estabelecimentos do serviço público.

Art. 70 — Não se computa para nenhum efeito o tempo de serviço gratuito.

CAPÍTULO III DA ESTABILIDADE

Art. 71 — Estabilidade é a situação adquirida pelo funcionário efetivo, após o cumprimento dos requisitos atinentes ao estágio probatório, que lhe garante a permanência no cargo, dele só podendo ser demitido em virtude de sentença judicial, ou de decisão em processo administrativo, em que se lhe tenha assegurado ampla defesa.

Parágrafo único — A estabilidade diz respeito ao serviço público, e não ao cargo ou função.

Art. 72 — São estáveis, após dois anos de exercício, os professores ou especialistas de educação nomeados por concurso, desde que satisfeitos os requisitos previstos no artigo 40, § 1º.

Art. 73 — O professor ou especialista de educação somente perderá o cargo:

I — quando vitalício, em virtude de sentença judicial;

II — quando estável, em virtude de sentença judicial ou processo administrativo, que haja concluído, pela sua demissão, depois de lhe haver sido assegurada ampla defesa;

III — quando em estágio probatório, se não for confirmado em decorrência do processo de que tratam os parágrafos 2º e 5º do artigo 40, ou mediante processo administrativo.

CAPÍTULO IV DAS FÉRIAS

Art. 74 — As férias do pessoal docente são usufruídas no período de férias escolares, não podendo ser inferiores a sessenta dias por ano, dos quais pelo menos trinta devem ser consecutivos.

Art. 75 — O especialista de educação goza obrigatoriamente sessenta dias de férias, dos quais, pelo menos trinta devem ser consecutivos, segundo esclara elaborada no mês de dezembro, pelo Chefe da repartição, ou pelo Diretor do complexo ou unidade escolar.

§ 1º — O chefe da repartição ou diretor do complexo ou unidade escolar não será compreendido na escala.

§ 2º — É proibida a acumulação de férias, salvo por imperiosa necessidade do serviço e pelo máximo de dois anos.

Art. 76 — Durante as férias o professor e o especialista de educação, têm direito a todas as vantagens que lhe são asseguradas pelo exercício do cargo.

Parágrafo único — É proibido levar à conta de férias, qualquer falta ao trabalho.

Art. 77 — O professor e o especialista de educação removido, quando, em gozo de férias, não é obrigado a apresentar-se antes de terminá-las.

Art. 78 — É facultado ao professor e ao especialista de educação gozar férias onde lhe convier, devendo comunicar ao chefe da repartição ou diretor, o seu endereço eventual.

CAPÍTULO V DAS LICENÇAS SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 79 — Conceder-se-á licença ao pessoal de magistério, ocupante de cargo efetivo:

I — para tratamento de saúde;

II — quando acometido de doença das especificadas no art. 101;

III — quando acidentado no exercício de suas atribuições;

IV — para repouso à gestante;

V — por motivo de doença em pessoa da família;

VI — quando convocado para o serviço militar;

VII — para o trato de interesses particulares;

VIII — à funcionária casada, por motivo de afastamento do cônjuge, funcionário civil ou militar ou servidor de autarquia, empresa pública, de sociedade de economia mista ou fundação instituída pelo Poder Público.

IX — em caráter especial;

X — para concorrer a cargo eletivo;

XI — para frequência a curso de aperfeiçoamento ou especialização.

Art. 80 — Salvo as licenças previstas nos itens VII, IX e XI, às demais terá direito o funcionário em estágio probatório, satisfeitos os respectivos requisitos.

Art. 81 — São competentes para conceder as licenças previstas no art. 79:

I — O Secretário de Educação, as autoridades e professores e especialistas de educação que lhe sejam imediatamente subordinados; e

II — O titular da Diretoria de Administração da Secretaria de Educação, aos demais professores e aos especialistas de educação.

Art. 82 — A licença dependente de inspeção médica é concedida pelo prazo indicado no respectivo laudo ou atestado.

Parágrafo único — Findo esse prazo, o professor e o especialista de educação pode submeter-se à nova inspeção e o laudo médico concluirá pela sua volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria.

Art. 83 — Terminada a licença, o professor ou especialista de educação tem de reassumir imediatamente o exercício, ressalvado o caso do artigo 84, parágrafo 1º.

Art. 84 — A licença para tratamento de saúde pode ser prorrogada "ex-officio", ou a pedido.

§ 1º — O pedido deve ser apresentado antes de findo o prazo de licença; ser indeferido, conta-se como de licença o período compreendido entre a data do término e a do conhecimento oficial do despacho denegatório.

§ 2º — Quando o pedido de prorrogação for apresentado depois de findo o prazo da licença, não se conta como de licença o período compreendido entre o dia do seu término e o do conhecimento oficial do despacho.

Art. 85 — O professor ou o especialista de educação não pode permanecer em licença por prazo superior a vinte e quatro meses, ressalvados os casos previstos no § 3º, art. 130, e nos itens VI, VIII do art. 79 e no art. 109.

Art. 86 — Decorrido o prazo estabelecido no artigo anterior, o professor ou especialista de educação é submetido a inspeção médica e aposentado, se for considerado definitivamente inválido para o serviço público em geral.

Art. 87 — O professor ou o especialista de educação que se encontrar fora do Estado, deve, para fins de prorrogação ou concessão de licença, dirigir-se a autoridade competente a que esteja diretamente subordinado, juntando o laudo médico do serviço oficial do lugar em que se encontrar, indicando ainda a sua residência.

Art. 88 — A licença a que se refere o art. 79, item X, é

concedida, na forma estabelecida pela legislação eleitoral, sem direito a percepção de vencimento.

Art. 89 - Verificando-se como resultado da inspeção médica feita pelo órgão competente, redução da capacidade física do professor ou especialista, ou estado de saúde que desaconselhe o exercício das funções inerentes a seu cargo, e desde que não se configure a necessidade de aposentadoria nem de licença para tratamento de saúde, poderá o professor ou especialista de educação, ser transferido para cargos que exijam tarefas diferentes das que lhe cabem, na forma do disposto nos artigos 49 e 50, sem que essa transferência lhe acarrete qualquer prejuízo.

SECÇÃO II

DA LICENÇA ESPECIAL

Art. 90 - Ao funcionário estável que, durante o período de dez anos, consecutivos, não se afastar do exercício de suas funções, é assegurado o direito à licença especial de seis meses, por decênio, com vencimento, ou remuneração e demais vantagens.

Parágrafo único - Após cada quinquênio de efetivo exercício, ao professor ou especialista de educação que a requerer, conceder-se-á licença especial de três meses, com todos os direitos e vantagens inerentes ao seu cargo efetivo, como adiantamento de licença prevista no "caput" deste artigo.

Art. 91 - Para os fins previstos no art. 90, não são considerados como afastamento do exercício:

- I - férias e trânsito;
- II - casamento, até oito dias;
- III - luto por falecimento do cônjuge, filho, mãe, pai ou irmão, até oito dias;
- IV - convocação para o serviço militar;
- V - juri e outros serviços obrigatórios por lei;
- VI - licença para tratamento de saúde, até o máximo de seis meses por quinquênio;
- VII - licença por acidente em serviço ou moléstia profissional;
- VIII - licença à funcionária gestante;
- IX - licença por motivo de doença em pessoa da família, até três meses por quinquênio;
- X - moléstia devidamente comprovada, até três dias por mês;
- XI - missão ou estudo no país ou no exterior, quando designado ou autorizado pelo Poder Executivo;
- XII - exercício de outro cargo estadual, de provimento em comissão.

Parágrafo único - não se inclui no prazo de licença especial, o período de férias regulamentares.

Art. 92 - A licença especial pode ser usufruída de uma só vez, ou parceladamente em período de dois ou três meses.

Art. 93 - O período de gozo de licença especial é computado integralmente como de efetivo exercício.

Art. 94 - A contagem do tempo de efetivo exercício para assegurar o direito à licença especial é feita por decênios completos.

Art. 95 - Não podem gozar licença especial, simultaneamente, o professor, o especialista de educação e seus substitutos legais. Neste caso, tem preferência para o gozo da licença quem requereu em primeiro lugar ou, quando requerido ao mesmo tempo, aquele que tenha mais tempo de serviço.

Parágrafo único - Na mesma repartição ou estabelecimento de ensino, não podem gozar licença especial, simultaneamente, professores ou especialistas, em número superior à sexta parte do total do respectivo quadro: quando o número for inferior a seis, somente um deles pode estar no gozo da licença. Em ambos os casos, a preferência é estabelecida na forma prevista neste artigo.

Art. 96 - Se o professor ou especialista de educação não quiser gozar do benefício, ficará, para todos os efeitos legais,

com seu acervo de serviço público acrescido do dobro da licença especial que deixou de usufruir.

SECÇÃO III

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 97 - A licença para tratamento de saúde é concedida a pedido, ou "ex-officio".

§ 1º - Num e noutro caso, é indispensável a inspeção médica que deve realizar-se, sempre que necessário, na residência do professor.

§ 2º - Para a licença ate noventa dias, a inspeção deve ser feita por médico oficial, admitindo-se, quando assim não seja possível, atestado passado por médico particular, com firma reconhecida.

§ 3º - A licença superior a noventa dias, só pode ser concedida mediante inspeção por junta médica oficial. Se tal for impossível, admite-se ~~laudo~~ ~~passado por médico do serviço público~~ estadual.

§ 4º - O atestado e o laudo da junta devem indicar minuciosamente a natureza e a sede da doença de que é atacado o professor ou o especialista de educação.

Art. 98 - Verificando-se em qualquer tempo ter sido gracioso o atestado médico ou o laudo da junta a autoridade competente promoverá a punição dos responsáveis, incorrendo o professor ou o especialista de educação a quem aproveitar a fraude na pena da suspensão e em reincidência na de demissão, sem prejuízo, da ação penal que coiber.

Art. 99 - O professor e o especialista de educação em gozo para tratamento de saúde, não pode dedicar-se a qualquer atividade remunerada, sob pena de ter cassada a licença e de ser demitido por abandono de cargo.

Parágrafo único - A suspensão ou cancelamento cessam desde que seja efetuada a inspeção ou iniciado o tratamento.

Art. 100 - Quando licenciado para tratamento de saúde, acidente no exercício de suas atribuições ou doença profissional, o professor e o especialista de educação recebe integralmente e as vantagens obtidas a título permanente.

Art. 101 - O professor e o especialista de educação acidentado no exercício de suas atribuições, ou que tenha doença profissional, tem direito "ex-officio" ou a requerimento, a licença para o respectivo tratamento.

§ 1º - Entende-se por doença profissional, a que se deva atribuir, como relação de causa e efeito, às condições inerentes ao serviço ou fatos nele ocorridos.

§ 2º - Acidente é o evento danoso que venha, como causa, mediata ou imediata, o exercício das atribuições inerentes ao cargo.

§ 3º - considera-se também acidente a agressão sofrida e não provocada pelo professor ou especialista de educação no exercício ou em razão deles.

§ 4º - A comprovação do acidente, indispensável para a concessão da licença, deve ser feita em processo regular, no prazo de oito dias prorrogável, por igual prazo, quando o fato ocorrer fora da capital.

Art. 102 - O professor e o especialista de educação em gozo de licença para tratamento de saúde é obrigado a reassumir o exercício, se for considerado apto em inspeção médica, sob pena de serem consideradas como faltas os dias que deixar de comparecer ao serviço.

SECÇÃO IV

DA LICENÇA COMPULSÓRIA

Art. 103 - O professor ou especialista de educação, atacado por tuberculose, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia, cardiopatia grave, doença de Parkinson, incompatíveis com o trabalho, e outras moléstias, que a lei indicar, na base da medicina especializada, conforme apurado em laudo médico, será compulsoriamente licenciado, com direito a

percepção dos vencimentos integrais e das vantagens obtidas a título permanente.

Parágrafo único — Há também licença compulsória por interdição declarada pela autoridade sanitária competente por motivo de doença de pessoa coabitante da residência do professor e do especialista em educação.

Art. 104 — Para verificação das moléstias acima indicadas, a inspeção médica é feita obrigatoriamente por uma junta de três membros, todos, todos presentes podendo o professor e o especialista de educação pedir outra junta e novos exames de laboratório, se não se conformar com o laudo.

Art. 105 — Quando qualquer das moléstias referidas no artigo 103 for adquirida em razão do serviço, o tratamento do professor ocorre por conta do Estado, e, sempre que possível, em estabelecimento especializado.

Art. 106 — A licença é convertida em aposentadoria, na forma do artigo 86, antes do prazo estabelecido quando assim opinar a junta médica, por considerar definitiva, para o serviço público em geral, a invalidez do professor ou do especialista de educação.

SECÇÃO V

LICENÇA À PROFESSORA GESTANTE

Art. 107 — A professora e a especialista de educação gestante é concedida, mediante inspeção médica, licença por três meses, com direito a percepção dos vencimentos integrais e vantagens obtidas a título permanente.

§ 1º — A professora ou especialista de educação terá direito à licença a partir do oitavo mês de gestação.

§ 2º Quando houver necessidade de preservar a saúde do recém-nascido, a licença poderá ser prorrogada até três (3) meses.

SECÇÃO VI

LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 108 — O professor e o especialista de educação pode obter licença, até o máximo de vinte e quatro (24) meses, por motivo de doença na pessoa de ascendente, descendente e colateral, consanguíneo ou afim até terceiro grau civil e do cônjuge, do qual não esteja legalmente separado, desde que prove:

- a) ser indispensável a sua assistência pessoal, incompatível com o exercício do cargo; e
- b) viver às suas expensas a pessoa enferma.

§ 1º — Nos casos de doença do pai, mãe, filho ou cônjuge, do qual não esteja legalmente separado, será dispensada a prova da alínea "b".

§ 2º — Prova-se a doença mediante inspeção médica na forma prevista no art. 82.

§ 3º — A licença de que trata este artigo é concedida com vencimento até seis meses, daí em diante com os seguintes descontos:

- I — de um terço, quando exceder de seis meses até doze meses;
- II — de dois terços, quando exceder de doze até dezoito meses; e
- III — sem vencimento, do décimo nono mês até o vigésimo quarto.

SECÇÃO VII

LICENÇA PARA O SERVIÇO MILITAR

Art. 109 — Ao professor ou especialista de educação que for convocado para o serviço militar e outros encargos de segurança nacional, é concedida licença com vencimento, descontada mensalmente a importância que receber na qualidade de incorporado.

A licença é concedida à vista de documentação oficial que prove a incorporação.

§ 2º — O professor e o especialista de educação desincor-

porado terá o prazo de 30 (trinta) dias para assumir o exercício do cargo, sem perda do vencimento.

§ 3º — Quando a desincorporação se verificar em região militar diversa daquela em que estiver a sede do estabelecimento ou repartição a cuja lotação pertencer o professor ou especialista de educação, terá este o prazo de quarenta e cinco (45) dias para reassumir o exercício, sem perda do vencimento.

Art. 110 — Ao professor e ao especialista de educação que houver feito curso para oficial da reserva das Forças Armadas, e também é concedida a licença com vencimento durante os estágios prescritos pelos regulamentos militares, quando por este não tenha direito àquela vantagem pecuniária, assegurado, em caso contrário, o direito à opção.

SECÇÃO VIII

LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 111 — Depois de estável, o professor e o especialista de educação podem obter licença, sem vencimentos, para tratar de interesses particulares, pelo prazo de dois anos, prorrogável por mais um, a critério da autoridade competente.

§ 1º — A licença pode ser negada, quando o afastamento do professor ou especialista de educação do exercício for inconveniente do interesse do ensino.

§ 2º — O professor e o especialista de educação deve aguardar em exercício a concessão da licença.

Art. 112 — Não se concede licença para tratar de interesse particulares ao professor e ao especialista de educação, nomeado, removido ou transferido antes de assumir o exercício.

Art. 113 — Não se concede, igualmente, licença para tratar de interesses particulares ao professor e ao especialista de educação que, a qualquer título, esteja ainda obrigado a indenização ou devolução aos cofres públicos.

Art. 114 — Só pode ser concedida nova licença para tratamento de interesses particulares depois de decorridos dois anos da terminação da anterior.

Art. 115 — O professor e o especialista de educação pode, a qualquer tempo, reassumir o exercício, importando o fato na desistência da licença.

SECÇÃO IX

LICENÇA À PROFESSORA CASADA COM SERVIDOR

Art. 117 — É assegurado ao professor e ao especialista de educação:

- I — o direito de requerer ou representar; e
- II — o direito de pedir reconsideração de ato ou decisão proferida em primeiro despacho definitivo.

Art. 118 — Para exercício dos direitos assegurados no artigo anterior, observar-se-á:

- I — o requerimento ou representação é dirigido à autoridade competente para decidi-lo, e encaminhado por intermédio daquela a que esteja imediatamente subordinado o requerente.
- II — o pedido de reconsideração é dirigido à autoridade que haja expedido o ato ou proferido a primeira decisão, e não pode ser renovado.

§ 1º — A decisão final do requerimento ou representação, deve ser dada no prazo máximo de noventa dias e o pedido de reconsideração no de trinta dias ambos os prazos contados da data do recebimento das petições, na repartição em que tenha sede a autoridade competente para decisão.

§ 2º — Proferida a decisão será ela imediatamente publicada no órgão oficial, sob pena de responsabilidade do servidor com o encargo da publicação.

Art. 119 — Cabe recurso:

- I — do indeferimento do pedido de reconsideração;
- II — das decisões sobre recursos sucessivamente interpostos;

§ 1º — O recurso é dirigido à autoridade imediatamente

superior à que tenha expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, em escla ascendente, às demais autoridades.

§ 2º - O encaminhamento do recurso é sempre feito por intermédio da autoridade a que esteja imediatamente subordinado o recorrente.

Art. 120 - O pedido de reconsideração e o recurso não têm efeito suspensivo e o que for provido poderá retroagir, nos seus efeitos, à data do ato impugnado.

Art. 121 - O direito de pleitear na esfera administrativa prescreve:

I - em cinco anos, quanto aos atos de que decorram demissão, aposentadoria, ou sua cassação e disponibilidade; e

II - em cento e vinte dias nos demais casos.

Art. 122 - O prazo de prescrição conta-se da data da publicação oficial do ato impugnado ou, quando este for de natureza reservada, da data da ciência do interessado.

Art. 123 - O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição até duas vezes, recomençando-se a contagem do prazo a partir da data da publicação oficial do ato impugnado.

Art. 124 - São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste capítulo.

Art. 125 - A instância administrativa pode ser renovada:

I - quando se tratar de ato manifestamente ilegal;

II - quando o ato impugnado tenha tido como pressuposto depoimento ou documento, cuja falsidade venha a ser comprovada; e

III - se, após a expedição do ato, surgir elemento novo de prova, que autorize a revisão do processo.

Art. 126 - O professor e o especialista de educação que pretender dirigir-se ao Poder Judiciário comunicará previamente essa iniciativa ao seu superior imediato.

CAPÍTULO VII

DA DISPONIBILIDADE

Art. 127 - Disponibilidade é o afastamento do professor ou especialista de educação efetivo, em virtude de extinção de cargo, ou de declaração de sua desnecessidade.

Art. 128 - O professor ou especialista de educação ficará em disponibilidade remunerada:

I - quando, dispondo de estabilidade no serviço, houver sido extinto o cargo de que era titular;

II - quando, tendo sido reintegrado, não for possível, na forma deste Estatuto, sua recondução ao cargo de que era detentor.

§ 1º - O professor ou especialista de educação em disponibilidade será obrigatoriamente aproveitado na primeira vaga que ocorrer e que não se destine a promoção por antiguidade, atendidas as condições de habilitação profissional e equivalência de vencimento ou remuneração.

§ 2º - Restabelecido o cargo, ainda que modificada a sua denominação, será obrigatoriamente aproveitado nele, se já não o tiver sido em outro, o professor ou o especialista de educação posto em disponibilidade quando da sua extinção.

§ 3º - A disponibilidade no cargo efetivo não exclui a nomeação para cargo em comissão, com direito a opção de vencimento.

§ 4º - Enquanto não vagar cargo, nas condições previstas para o aproveitamento do professor ou especialista de educação, em disponibilidade, nem se verificar a hipótese a que alude o parágrafo anterior, poderá o Chefe do Poder Executivo, atribuir-lhe, em caráter temporário, funções compatíveis com o cargo que ocupava.

§ 5º - O professor ou especialista de educação colocado em disponibilidade, poderá ser aposentado, a pedido.

Art. 129 - O período relativo à disponibilidade é considerado como de exercício somente para efeito de aposentadoria e gratificação adicional.

CAPÍTULO VIII

DA APOSENTADORIA

Art. 130 - O professor ou especialista de educação será aposentado:

I - por invalidez;

II - voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço;

III - compulsoriamente, aos setenta anos de idade.

§ 1º - No caso do item II, o prazo é reduzido a trinta anos para as mulheres.

§ 2º - Atendendo à natureza especial do serviço, poderá ocorrer redução dos limites estabelecidos para a aposentadoria, na forma da legislação federal competente.

§ 3º - A aposentadoria por invalidez será sempre precedida de licença por período não inferior a vinte e quatro meses, salvo quando a Junta Médica declarar a incapacidade definitiva, para o serviço ou na hipótese do artigo 89.

§ 4º - Será aposentado o professor ou especialista de educação que, considerado inválido para o seu cargo, não possa ser transferido para outro cargo do Quadro Próprio do Magistério, na forma do artigo 89, combinando com o artigo 50.

§ 5º - No caso do inciso II, o professor ou especialista de educação que aguardar em exercício a publicação do ato da sua aposentadoria, terá direito à percepção, além dos seus vencimentos regulares, a uma indenização equivalente, aos seus vencimentos, pelo tempo decorrente entre o ato da aposentadoria e a data do requerimento, se lhe tiver sido reconhecido o direito na forma pleiteada.

§ 4º - No caso do item III, o professor ou especialista de educação é dispensado do comparecimento ao serviço, a partir da data em que completar a idade limite.

Art. 131 - Os proventos da aposentadoria são integrais quando:

I - o professor e o especialista de educação contar trinta e cinco anos de serviço, se do sexo masculino, e 30 (trinta) anos de serviço, se do sexo feminino;

II - o professor ou especialista de educação se invalidar por acidente ocorrido no serviço, por moléstia profissional ou por doença contagiosa ou incurável, especificada no artigo 103.

Art. 132 - São proporcionais ao tempo de serviço os proventos de aposentadoria nos demais casos, calculada a proporcionalidade da seguinte forma:

I - 1 a 5 anos	16%
II - 5 a 10 anos	34%
III - 10 a 15 anos	50%
IV - 15 a 20 anos	70%
V - 20 a 25 anos	85%
VI - 25 a 35 anos	100%

Art. 133 - O professor ou especialista de educação será aposentado a pedido:

I - com provento correspondente ao vencimento ou remuneração integral do cargo efetivo;

II - com as vantagens do cargo em comissão ou da função gratificada, se tiver exercido, por um período não inferior a cinco anos, ininterruptos ou não, um ou mais cargos em comissão ou funções gratificadas, assegurando-se-lhe a vantagem do mais elevado cargo, desde que esse cargo ou função tenha sido exercido por um mínimo de doze meses, mesmo que, ao aposentar-se, o professor ou especialista de educação já esteja fora daquele exercício.

§ 1º - No caso do professor ou especialista de educação que, para o exercício do cargo em comissão, tiver optado pelo vencimento do cargo efetivo acrescido da gratificação prevista no artigo 141, parágrafo único, entende-se por vantagem do cargo em comissão, para os efeitos deste artigo, a percepção dessa gratificação.

§ 2º — Se, nas condições do inciso II, deste artigo, o cargo em comissão exercido não se conformar à simbologia estabelecida para os cargos em comissão do Poder Executivo, poderá o professor ou especialista de educação aposentar-se com as vantagens do de maior símbolo. Nas mesmas condições, igual benefício será assegurado, pelo exercício de cargo diretivo de órgãos da administração indireta do Estado.

Art. 134 — O professor ou especialista de educação aposentado compulsoriamente por implemento de idade terá proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Art. 135 — Concorrendo as condições previstas para a aposentadoria a pedido, ao professor ou especialista de educação aposentado por invalidez ou compulsoriamente, serão aplicadas as disposições do artigo 132.

Art. 136 — Os proventos da inatividade serão sempre reajustados nas mesmas bases percentuais dos aumentos concedidos aos servidores em atividade, de categoria equivalente.

Art. 137 — Ressalvado o disposto neste capítulo, em caso nenhum os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida na atividade.

Art. 138 — A aposentadoria produzirá efeito a partir da publicação do respectivo decreto no órgão oficial.

CAPÍTULO IX DO VENCIMENTO

Art. 139 — Vencimento é a retribuição pecuniária para o professor e ao especialista de educação, pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao nível fixado em lei.

Art. 140 — Há uma tabela única de valores e níveis e a cargos iguais ou equivalentes corresponderão iguais níveis para o vencimento.

Parágrafo único — Qualquer aumento concedido ao funcionalismo em geral será automaticamente extensivo ao pessoal do magistério.

Art. 141 — Perde o vencimento do cargo ou dos cargos que detiver, o professor ou especialista de educação nomeado para cargo em comissão cujo exercício o obrigue a um número de horas semanais de trabalho igual ou superior ao que já esteja designado dentro do mesmo horário.

Parágrafo único — Ao professor e ao especialista de educação nomeado para o exercício de cargo em comissão é facultado optar pelo vencimento desse cargo ou pela percepção do vencimento e demais vantagens de seus cargos efetivos, acrescido de gratificação fixa correspondente a vinte por cento (20%), do valor do símbolo do cargo em comissão respectiva.

Art. 142 — Ressalvadas as permissões contidas neste Estatuto, e outras previstas em lei, a falta ao serviço acarreta desconto proporcional ao vencimento mensal do professor e do especialista de educação.

Parágrafo único — Para este efeito, considera-se serviço, além das atividades letivas propriamente ditas, o comparecimento a reuniões e atividades estabelecidas em regimento, e para as quais o professor ou especialista de educação tem de ser formalmente convocado.

Art. 143 — Para o desconto proporcional, referido no artigo anterior, observam-se as seguintes regras:

I — para o especialista de educação atribui-se a um dia de serviço o valor de um trinta avos de seu vencimento mensal;

II — para os professores, considera-se a unidade de aula, atribuindo-se-lhe o valor da divisão do vencimento mensal respectivo pelo número de aulas semanais obrigatórias multiplicadas por 4,5 (quatro e meio).

§ 1º — No caso do número I, permite-se o comparecimento com atraso de até uma hora depois do início do expediente, ou ainda, o encerramento deste até uma hora antes de findo o seu prazo, incorrendo o especialista de educação, porém, em qualquer das hipóteses, no desconto de um terço de seu vencimento diário.

§ 2º — No caso do número II, não há permissão para atraso ou antecipação do período de aula, fora das hipóteses previstas no regulamento próprio.

§ 3º — No plano de horário dos estabelecimentos far-se-á menção expressa às aulas obrigatórias e às extraordinárias operando-se o desconto relativamente àquelas em que se verifique a falta.

§ 4º — Inclui-se no desconto proporcional o vencimento correspondente a domingo, feriado, ponto facultativo, suspensão das atividades do estabelecimento, quando situado no intermédio de uma sequência de faltas.

Art. 144 — Podem ser justificadas pelo Chefe da Repartição ou Diretor do Estabelecimento, mediante apresentação de atestado médico particular, as faltas correspondentes a até (três) 3 dias seguidos, por mês, para as professoras e as especialistas de educação.

§ 1º — Para este efeito, o dia inclui o total das atividades nele incidentes.

§ 2º — Não se considera a justificação de número maior de faltas, embora em sequência que abranja dois meses consecutivos.

Art. 145 — Ainda que tenha sofrido desconto em seus vencimentos por falta a aulas, não se ressarcirá o professor por aula de recuperação ministrada para obediência ao calendário escolar.

Art. 146 — Para efeito de pagamento, apura-se a frequência pelo ponto a que ficam obrigados todos os que exercem cargos de magistério.

Parágrafo único — Salvo nos casos expressamente previstos em lei, ou em regulamento, é vedado dispensar o professor do registro de frequência ou abonar faltas ao serviço.

Art. 147 — Observadas as prescrições legais, os regulamentos determinarão:

I — O período de trabalho diário para repartição ou estabelecimento de ensino; e

II — O número de horas diárias de trabalho para cada cargo.

Parágrafo único — Os chefes de repartição e os diretores de complexos ou unidades escolares não estão obrigados ao registro de frequência, em virtude de suas obrigações.

Art. 148 — O período de trabalho, nos casos de comprovada necessidade, pode ser antecipado ou prorrogado pelo chefe da repartição ou diretor de complexo ou unidade escolar.

§ 1º — No caso de antecipação ou prorrogação desse período, é remunerado o trabalho extraordinário, na forma estabelecida no artigo 175.

§ 2º — Caso comprovada a flagrante desnecessidade de antecipação ou prorrogação do período de trabalho, os chefes da repartição ou diretor do complexo ou unidade escolar, que a tiver ordenado, por ela responderá disciplinarmente.

Art. 149 — Nos dias úteis, só por determinação do Governador do Estado, ou do Secretário da Educação, podem deixar de funcionar as repartições e complexos ou unidades escolares, ou ser suspensos os seus trabalhos.

Parágrafo único — Nos casos especiais, em que se deva, por motivo de segurança ou força maior, suspender os trabalhos dos complexos ou unidades escolares, essa medida será determinada pelo diretor, ou quem o represente, "ad-referendum" do Secretário da Educação, comunicada a ocorrência dentro do prazo máximo de quarenta e oito (48) horas.

Art. 150 — As reposições devidas pelo professor e as indenizações por prejuízos que causar à Fazenda Estadual são descontadas do vencimento, não podendo o desconto mensal exceder de sua quinta parte.

Parágrafo único — Nos casos de comprovada má fé, a reposição deve ser feita de uma só vez, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

Art. 151 — O vencimento do professor e do especialista de educação, não pode ser objeto de arresto, sequestro ou penho-

ra, salvo quando se tratar de prestação de alimentos, na forma da lei civil.

CAPÍTULO X DAS VANTAGENS

Art. 152 — Além do vencimento do cargo, o professor e o especialista de educação pode receber as seguintes vantagens pecuniárias:

- I — ajuda de custo;
- II — diárias;
- III — gratificações;
- IV — salário-família; e
- V — auxílio-doença.

SECÇÃO I DA AJUDA DE CUSTO

Art. 153 — Ajuda de custo é a compensação de despesas de viagem e instalação, concedida ao professor e especialista de remoção, nomeação para cargo em comissão ou designação para função gratificada, serviço ou estudo, passe a ter exercício em nova sede.

Parágrafo único — A ajuda de custo é arbitrada pelo Secretário de Estado, em importância não excedente a três meses e não inferior a um mês: de vencimento, levando-se em conta as condições de vida da nova sede, a distância, o tempo de viagem e os recursos orçamentários disponíveis.

Art. 154 — No caso de designação para serviço ou estudo no exterior, a ajuda de custo é arbitrada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 155 — Não se concederá ajuda de custo:

- I — ao professor ou especialista de educação que, em virtude de mandato eletivo, deixar de reassumir o exercício do cargo;
- II — ao professor ou especialista de educação posto à disposição da entidade de direito público;
- III — aos professores e especialistas de educação removidos por permuta.

Art. 156 — O professor ou especialista de educação restituirá a ajuda de custo:

- I — quando não se transportar para o local da missão;
- II — quando, antes de terminada a incumbência, regressar, pedir exoneração, ou abandonar o serviço.

§ 1º — A restituição é da exclusiva responsabilidade pessoal e poderá ser feita parceladamente.

§ 2º — Não haverá obrigação de restituir:

- a) quando o regresso do professor ou especialista de educação for determinado "ex-officio" ou decorrer de doença comprovada ou de motivo de força maior;
- b) quando o pedido de exoneração for apresentado noventa dias após a designação da missão.

Art. 157 — A ajuda de custo poderá ser paga ao professor ou especialista de educação: metade adiantadamente, no local da repartição de que foi desligado; e o restante, após haver entrado em exercício na nova repartição ou serviço.

Parágrafo único — O professor ou especialista de educação, sempre que o preferir, poderá receber, integralmente, a ajuda de custo, já na sede da nova repartição ou serviço.

Art. 158 — Além da ajuda de custo que couber, poderá ser concedido transporte ao professor ou especialista de educação e sua família, compreendendo passagem e bagagem, excluindo, quanto a esta, qualquer excesso de peso sujeito a pagamento.

§ 1º — Para a obtenção das passagens, o professor ou especialista de educação apresentará ao chefe da repartição ou estabelecimento de onde for desligado, uma relação das pessoas que o acompanharão na viagem, indicando o nome, idade e o grau de parentesco.

§ 2º — Verificado que o nome das pessoas indicadas constam da declaração de família, registrado no assentamento individual, a repartição ou serviço requisitará as passagens, encaminhando a relação à repartição ou serviço em que o professor ou

especialista de educação vai ter exercício, para devida fiscalização.

§ 3º — A repartição ou serviço requisitará, igualmente, o despacho da bagagem, cuja importância não poderá exceder a um sexto da ajuda de custo.

§ 4º — O professor ou especialista de educação será obrigado a repor a importância correspondente ao transporte irregularmente requisitado, além de sofrer a pena disciplinar que couber.

SECÇÃO II DAS DIÁRIAS

Art. 159 — Ao professor e ao especialista de educação que se deslocar na respectiva sede, no desempenho de suas atribuições, é concedida uma diária a título de indenização das despesas de alimentação e pousada.

§ 1º — Durante o período de trânsito, não se concede diária ao professor ou especialista de educação.

§ 2º — Entende-se por sede, para os efeitos deste Capítulo, a cidade, vila ou localidade onde o professor ou o especialista de educação tem exercício.

§ 3º — Não se aplica o disposto neste artigo ao professor ou ao especialista de educação que se desloque para fora do país ou esteja servindo no exterior.

Art. 160 — O professor e o especialista de educação percebe:

- I — diária integral, quando passar mais de doze horas fora da sede;
- II — meia diária, quando passar mais de seis horas fora da sede.

Parágrafo único — Não tem direito a diário o professor e o especialista de educação que se deslocar da sede por menos de seis horas.

Art. 161 — As diárias são arbitradas e concedidas dentro dos limites dos créditos orçamentários e de acordo com a regulamentação competente.

Art. 162 — As diárias podem ser pagas adiantadamente, até dois terços da duração presumível do deslocamento da sede.

Art. 163 — O professor e o especialista de educação que indevidamente receber diária é obrigado a restituir, de uma só vez, a importância recebida, ficando ainda sujeito a punição disciplinar.

Art. 164 — É punido com pena de suspensão e, na reincidência, com a demissão, o professor e o especialista de educação que indevidamente, conceder diárias com o objetivo de remunerar outros serviços ou encargos, ficando ainda obrigado à reposição da importância correspondente.

SECÇÃO III DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 165 — Conceder-se-á gratificações:

- I — como adicional por tempo de serviço, na forma estabelecida em lei;
- II — pelo exercício em locais inóspitos ou de difícil acesso, assim considerados por decreto;
- III — pelo exercício em escolas de educação de excepcionais;
- IV — pela elaboração ou execução de trabalho técnico ou científico, quando solicitado ou aproveitado;
- V — pelo exercício em Conselhos ou órgãos de deliberação coletiva, vinculados à Secretaria da Educação;
- VI — como honorários, quando designado para exercer fora do período normal ou extraordinário de trabalho a que estiver sujeito, as funções de auxiliar ou membro de bancas ou comissões de concursos ou provas;
- VII — por serviços e aulas extraordinárias;
- VIII — pela representação de gabinete ou quando designado pelo Governador do Estado para serviço ou estudo fora do Estado;
- IX — pelo exercício do encargo como auxiliar ou professor em curso legalmente instituído;
- X — outras, previstas em lei.

Art. 156 — O professor e o especialista de educação, obtém a gratificação adicional, à base de seu padrão de vencimento por tempo de serviço:

I — de vinte e cinco por cento, quando completar 25 (vinte e cinco) anos de serviço, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 11; e

II — após completar trinta anos de exercício, cinco por cento pro ano excedente, até o máximo de vinte e cinco por cento.

Parágrafo único — A incorporação da gratificação adicional é imediata, inclusive para efeito de aposentadoria, e computada sobre as alterações dos vencimentos.

Art. 167 — A gratificação adicional por tempo de serviço é concedida somente ao professor e ao especialista de educação, quando estável no serviço público.

Art. 168 — O professor e o especialista de educação que exercer cumulativamente mais de um cargo tem direito à gratificação adicional por tempo de serviço em relação a cada um deles, mas os períodos anteriores à cumulação, quando computados para efeito de uma concessão, não são considerados para nova concessão em outro cargo.

Art. 169 — A gratificação adicional é paga mesmo que o professor ou especialista de educação deixe de receber o vencimento do cargo em virtude de licença ou outro afastamento, ressalvado o disposto no artigo 68.

Art. 170 — Pelo exercício do cargo em escola de difícil provimento, o professor e o especialista de educação percebe uma gratificação que é fixada em decreto, incorporável aos seus proventos de aposentadoria, na proporcionalidade prevista no artigo 132.

Art. 171 — Pelo exercício em escola de educação especial, o professor ou especialista de educação perceberá uma gratificação especial correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, incorporável aos seus proventos de aposentadoria, na forma do artigo 131.

Art. 172 — Pela elaboração de trabalhos técnicos ou científicos, solicitados ou aproveitados, o professor e o especialista de educação percebe uma gratificação a ser arbitrada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 173 — A gratificação relativa ao exercício em Conselhos vinculados à Secretaria da Educação será fixada em lei.

Art. 174 — O regulamento especificará a competência para atribuição de gratificação.

Art. 175 — A gratificação por prestação de serviço extraordinário pode ser:

a) previamente arbitrada pelo Chefe da repartição ou diretor do complexo ou unidade escolar;

b) paga por hora de trabalho prorrogado ou antecipado.

§ 1º — A gratificação a que se refere a alínea "a" não pode exceder de cinquenta por cento do vencimento mensal, nos casos previstos no regulamento.

§ 2º — No caso da alínea "b" a gratificação é paga por hora de trabalho antecipado ou prorrogado, na mesma razão do percebido em cada hora de serviço normal.

Art. 176 — A aula extraordinária, no ensino de 1º e 2º Graus, corresponderá a um vigésimo do salário mínimo regional da Capital do Estado.

SEÇÃO IV DO SALÁRIO-FAMÍLIA

Art. 176 — O salário-família é o auxílio pecuniário especial, concedido pelo Estado, ao professor e ao especialista de educação ativo, inativo ou em disponibilidade, como contribuição ao custeio das despesas e manutenção de sua família.

Parágrafo único — A cada dependente relacionado no artigo seguinte, corresponderá uma quota de salário-família.

Art. 178 — Conceder-se-á salário-família, ao professor ou especialista de educação pelos dependentes:

I — esposa que não exerça atividade remunerada;

II — filho menor de vinte e um anos e filha enquanto solteira, sem renda própria;

III — filho inválido, de qualquer idade, comprovadamente incapaz para exercer qualquer atividade remunerada;

IV — filho estudante, que freqüentar curso secundário ou superior, em estabelecimento de ensino oficial ou particular e que não exerça atividade lucrativa, até a idade de vinte e quatro anos;

V — outros dependentes assim previstos em lei.

Parágrafo único — Compreende-se neste artigo o filho de qualquer condição, ou enteado, ou adotivo, ou legitimado e o que, mediante autorização judicial, viva sob a guarda e sustento do professor ou especialista de educação.

Art. 179 — Quando ambos os cônjuges forem funcionários o salário-família será concedido ao cabeça do casal.

Art. 180 — Equiparam-se ao pai e à mãe os representantes legais e as pessoas a cuja guarda de manutenção estiverem confiados, por autorização judicial, os beneficiários.

Art. 181 — O salário-família não está sujeito a qualquer imposto ou taxa, nem servirá de base para qualquer contribuição, ainda que de finalidade assistencial.

Art. 182 — A habilitação à concessão do salário-família obedecerá a regulamentação própria.

SEÇÃO V DO AUXÍLIO-DOENÇA

Art. 183 — Após cada período de vinte e quatro meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, o professor ou especialista de educação terá direito a um mês de vencimento, a título de auxílio-doença.

Parágrafo único — Quando se tratar de licença concedida por motivo de acidente no trabalho ou doença profissional assim conceituados nos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, do artigo 65, o professor ou especialista de educação fará jus ao auxílio-doença de que trata este artigo, após cada período de doze meses consecutivos de licença.

Art. 184 — O auxílio-doença será pago em folha, a requerimento do interessado.

Art. 185 — Ocorrendo o falecimento do professor ou especialista de educação, o auxílio-doença a que fez jus até a data, do falecimento, será pago de acordo com as normas que forem estabelecidas em decreto.

CAPÍTULO XI DO AUXÍLIO-FUNERAL

Art. 186 — Pode ser concedido transporte à família do professor e do especialista de educação quando este falecer fora da sede do seu trabalho e no desempenho de seu serviço.

Art. 187 — Ao cônjuge, ou na falta deste, à pessoa que provar ter feito as despesas em virtude do falecimento do professor ou do especialista de educação é concedida a título de auxílio-funeral, a importância correspondente a um mês de vencimento.

§ 1º — A despesa corre pela dotação própria do cargo, não podendo, por esse motivo, seu novo ocupante entrar em exercício antes do transcurso de trinta dias.

§ 2º — O pagamento é efetuado pela respectiva repartição pagadora, no dia em que for apresentado o atestado de óbito pelo cônjuge ou pessoa a cujas expensas houver sido efetuado o funeral, ou procurador legalmente habilitado, feita a prova de identidade.

Art. 188 — Em caso de acumulação legal de cargos do Estado, o auxílio-funeral corresponderá ao pagamento do cargo de maior vencimento do professor ou especialista de educação falecido.

CAPÍTULO XII DAS DISTINÇÕES E LOUVORES

Art. 189 — Ao professor ou especialista de educação que haja prestado serviços relevantes à causa do ensino e da educa-

ção, concede-se, após a sua aposentadoria, o título de Professor Emérito.

Parágrafo único — O título simboliza o reconhecimento da relevância e será lavrado em metal precioso, denominado Medalha de Professor Emérito, com características e inscrições alusivas.

Art. 190 — Cabe ao Conselho Superior do Magistério a iniciativa para a proposta da concessão da Medalha de Professor Emérito, observado o processo estabelecido em regulamento.

Art. 191 — No exercício do cargo, é distinguido por ato público de louvor o professor ou especialista de educação que se destacar por trabalhos importantes, quer sob o aspecto profissional, quer sob o aspecto humano e social.

TÍTULO VI REGIME DISCIPLINAR CAPÍTULO I DAS ACUMULAÇÕES

Art. 192 — É vedada a acumulação remunerada, exceto:

I — a de um cargo de professor e um de juiz;

II — a de dois cargos de professor; e

III — a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico.

§ 1º — Em qualquer dos casos, a acumulação somente é permitida quando haja correlação de matéria e compatibilidade de horário.

§ 2º — A proibição de acumular se estende a cargos, funções ou empregos em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

§ 3º — A proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados, quando no exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou ao contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.

Art. 193 — Verificada em processo administrativo a acumulação proibida e provada a boa-fé, o professor ou especialista optará por um dos cargos.

Parágrafo único — Provada a má-fé, perde todos os cargos e restituirá o que tiver recebido indevidamente.

Art. 194 — Nenhum professor ou especialista de educação poderá exercer cargo em comissão ou outra função fora do âmbito estadual, sem autorização prévia e expressa do Chefe do Poder Executivo.

Art. 195 — É vedado o exercício gratuito de função ou cargo remunerado.

Art. 196 — O professor e o especialista de educação não pode receber mais de uma vantagem pecuniária, salvo as exceções legais.

CAPÍTULO II DOS DEVERES E PROIBIÇÕES

Art. 197 — O professor e o especialista de educação tem o dever constante de considerar a relevância social de suas atribuições, cabendo-lhes a todo o tempo manter conduta moral, funcional e da profissão adequada à dignidade do magistério. Em razão deste preceito ético, observará, entre outras, as seguintes normas:

I — quanto aos deveres:

a) cumprir as ordens dos superiores hierárquicos, representando, quando manifestamente ilegais;

b) manter espírito de cooperação e solidariedade com os colegas;

c) usar processos de ensino que não se afastem do conceito atual de educação e aprendizagem;

d) incutir nos alunos, pelo exemplo, o espírito de solidariedade humana, de justiça e cooperação, o respeito às autoridades constituídas e o amor à Pátria;

e) empenhar-se pela educação integral de seus alunos;

f) comparecer no estabelecimento, às horas de trabalho ordinário que lhe forem atribuídas e, quando convocado às de extraordinário, bem como às comemorações cívicas e outras

atividades, executando os serviços que lhe competirem;

g) sugerir providências que visem a melhoria do ensino e o seu aperfeiçoamento;

h) zelar pela economia de material do Estado e pela conservação do que lhe for confiado à sua guarda e uso;

i) guardar o sigilo sobre os assuntos do estabelecimento que não devam ser divulgados;

j) tratar com urbanidade as partes, atendendo-lhes sem preferências;

l) freqüentar, quando designado, cursos legalmente instituídos para aperfeiçoamento;

m) providenciar para que esteja sempre em ordem, no assentamento individual, sua declaração de família;

n) apresentar-se decentemente trajado em serviço ou com uniforme que for destinado para cada caso;

o) atender prontamente, com preferência sobre qualquer outro serviço, as requisições de documentos, informações ou providências que lhe forem feitas pelas autoridades judiciárias, para defesa do Estado em juízo;

p) proceder, na vida pública e privada, de forma a dignificar sempre a função pública;

q) levar ao conhecimento da autoridade superior irregularidade de que tiver ciência em razão do cargo ou função;

r) submeter-se a inspeção médica que for determinada pela autoridade competente.

II — Quanto às proibições:

a) referir-se desrespeitosamente, por qualquer meio, às autoridades constituídas e aos atos da administração, podendo, porém, em trabalho devidamente assinado, criticá-los de maneira elevada, impessoal e construtiva, do ponto de vista doutrinário e da organização e eficiência do serviço do ensino;

b) promover manifestações de apreço ou desapeço dentro do estabelecimento ou repartição, ou tornar-se solidário com as mesmas;

c) exercer comércio entre os colegas de trabalho, promover ou subscrever listas de donativos ou praticar a usura em qualquer de suas formas;

d) exercer atividades político-partidárias dentro da escola, ou repartição;

e) fazer contratos de natureza comercial e industrial com o Governo, para si mesmo ou como representante de outrem;

f) requerer ou promover a concessão de privilégios, garantias de juro ou favores idênticos, na esfera federal, estadual ou municipal, exceto privilégios de invenção própria;

g) ocupar cargo ou exercer funções em empresas, estabelecimentos, ou instituições que mantenham relações contratuais ou de dependência com o Governo do Estado;

h) aceitar representações de Estados estrangeiros;

i) incitar greves ou aderir a elas;

j) constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer repartição pública, exceto quando se tratar de parentes até segundo grau, ou de caso de representantes de classe, na defesa de interesses de sócios de entidades de professores;

l) retirar, sem prévia permissão da autoridade competente, qualquer documento ou material existente no estabelecimento;

m) receber propinas, comissões, presentes e vantagens de qualquer espécie, em razão das atribuições;

n) exercer comércio ou participar de atividades comerciais, exceto como acionista, cotista ou comendatário; e

o) cometer a outra pessoa, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competia.

Parágrafo único — Não está compreendida na proibição do item II, letra "g" deste artigo, a participação do professor ou especialista de educação em cooperativas e associações de classe, na qualidade de dirigentes ou associado.

CAPÍTULO III DO APERFEIÇOAMENTO E DA ESPECIALIZAÇÃO

Art. 198 – É dever iminente do professor e do especialista de educação diligenciar para seu constante aperfeiçoamento profissional e cultural.

Art. 199 – O professor e o especialista de educação são obrigados a frequentar cursos de especialização de pós-graduação ou de aperfeiçoamento profissional para o qual seja expressamente designado ou convocado.

Art. 200 – Para esse efeito, entendem-se por cursos quaisquer modalidades de reuniões de estudos e debates ou reconhecidos pela Secretaria da Educação.

Art. 201 – Para o professor e o especialista de educação possam ampliar sua cultura profissional, o Estado promoverá a organização:

I – do sistema de bolsas de estudo, no país e no exterior;
II – de cursos de aperfeiçoamento e especialização sobre novas técnicas e novas orientações pedagógicas e aplicáveis às distintas atividades, áreas de estudo ou disciplinas; e

III – de cursos de aperfeiçoamentos em administração, supervisão, planejamento, orientação, inspeção e outras técnicas, que visem às necessidades educativas do Estado.

Art. 202 – São observadas as seguintes normas, quanto ao aspecto financeiro dos estímulos:

I – são inteiramente gratuitos os cursos para o qual o professor e o especialista de educação tenha sido expressamente designado ou convocado;

II – a concessão de bolsas de estudo e autorização para participação em cursos fora do Estado ou no exterior, com recursos do Estado, é feita de modo a proporcionar igual oportunidade de preferência a todos os interessados; e

III – o Estado pode conceder facilidades, inclusive financeiras supletivas, ao professor e ao especialista de educação que, por iniciativa própria, tenha obtido bolsa de estudo ou inscrição em cursos fora do Estado ou no exterior, desde que a modalidade de que trate seja correlata à sua formação e atividade profissional no magistério.

Art. 203 – O Estado manterá, em caráter permanente, na Lei do Orçamento de cada exercício, dotação de verba suficiente destinada a garantir a consecução dos objetivos disposto neste Capítulo.

Art. 204 – A Secretaria da Educação pode conceder auxílios financeiros para toda atividade em que, a seu arbítrio, reconheça o interesse de especialização ou aperfeiçoamento, tais como viagens de estudos em grupos coletivos de professores, congressos, encontros, simpósios, convenções e similares.

Art. 205 – Os diplomas, certificados de aproveitamento, atestados de frequência fornecidos pelo órgão responsável pela administração de curso de bolsa de estudo, influem como títulos valiosos nos concursos em geral, e nas promoções e acessos classe em que esteja interessado o seu portador.

Parágrafo único – O regulamento caracterizará a valorização de cada espécie de título, apreciando mais os obtidos mediante a prestação de provas de conhecimento e considerando, inclusive, o conceito das instituições expedidoras do título.

CAPÍTULO IV

DA RESPONSABILIDADE

Art. 206 – Pelo exercício irregular de suas atribuições, o professor e o especialista de educação responde civil, penal e administrativamente.

Art. 207 – A responsabilidade civil decorre do procedimento doloso ou culposo, que importe em prejuízos da Fazenda Estadual ou de terceiros.

§ 1º – A indenização de prejuízos causados à Fazenda Estadual pode ser liquidada mediante o desconto, em prestações mensais não excedentes da décima parte do vencimento ou remuneração, à míngua de bens que respondam pela indenização.

§ 2º – Tratando-se de dano causado a terceiros, responde o professor e o especialista de educação perante a Fazenda Estadual, em ação regressiva, proposta depois de transitado em julgado

a decisão de última instância que houver condenado a Fazenda a indenizar o terceiro prejudicado.

Art. 208 – A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao professor e ao especialista de educação, nessa qualidade.

Art. 209 – A responsabilidade administrativa resulta de atos ou omissões praticados no desempenho do cargo ou função.

Art. 210 – As cominações civis, penais e disciplinares, podem acumular-se, sendo uma e outras independentes entre si, bem assim as instâncias civil, penal e administrativa.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES

Art. 211 – São penas disciplinares:

I – advertência;

II – repreensão;

III – multa;

IV – suspensão;

V – destituição de função;

VI – demissão; e

VII – cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Art. 212 – Na aplicação das penas disciplinares são considerados a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela provierem para o ensino e o serviço público.

Art. 213 – São cabíveis as penas disciplinares:

I – a de advertência, aplicada verbalmente em caso de mera negligência;

II – a de repreensão, aplicada por escrito em caso de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres, e reincidência em falta que tenha resultado na pena de advertência;

III – a de suspensão, que não excederá de noventa dias, aplicada em casos de falta grave, de infração às proibições, e de reincidência em falta que tenha resultado em pena de repreensão;

IV – a de destituição de função, aplicada em caso de falta de exação, no cumprimento do dever, de benevolência ou negligência contributivas para a falta de apuração, no devido tempo, de infração perpetrada por outrém;

V – a de demissão aplicada nos casos de:

a) crime contra a administração pública;

b) abandono de cargo;

c) incontinência pública e escandalosa, vício de jogos proibidos e embriaguês habitual;

d) ofensa física em serviço contra servidor ou particular, salvo em legítima defesa;

e) insubordinação grave em serviço; e

f) aplicação irregular dos dinheiros públicos;

g) revelação do segredo que se conheça em razão do cargo ou função;

h) lesão aos cofres públicos e delapidação do patrimônio do Estado;

i) corrupção passiva nos termos da lei penal;

j) transgressão a qualquer das proibições previstas no item II do artigo 197; e

l) nos demais casos expressos neste Estatuto.

§ 1º – O professor e o especialista de educação suspenso perderá todas as vantagens decorrentes do exercício do cargo.

§ 2º – Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão pode ser convertida em multa na base de cinquenta por cento por dia de vencimento ou remuneração, obrigado, neste caso, o professor e o especialista de educação a permanecer em serviço.

Art. 214 – É punido o professor e o especialista de educação que se recusar à inspeção médica ou a seguir o tratamento adequado, com a pena de suspensão, no primeiro caso, e com o cancelamento da licença, no segundo.

Parágrafo único – A suspensão ou cancelamento cessam desde que seja efetuada a inspeção ou iniciado o tratamento.

Art. 215 – Será cassada a aposentadoria e disponibilidade se ficar provado que o inativo:

- I - praticou falta grave no exercício do cargo ou função;
 - II - aceitou ilegalmente cargo ou função pública;
 - III - aceitou representação de Estado estrangeiro sem prévia autorização do Presidente da República; e
 - IV - praticou usura em qualquer de suas formas.
- Parágrafo único - Será igualmente cassada a disponibilidade ao professor e ao especialista de educação que não assumir no prazo legal o exercício do cargo ou função em que for aproveitado.

Art. 216 - Prescreve:

- I - em dois anos, a falta sujeita às penas de advertência, repreensão ou suspensão; e
- II - em quatro anos, a falta sujeita:
 - a) à pena de demissão no caso de abandono do cargo; e
 - b) à cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Parágrafo único - A falta também prevista como crime na lei penal preceve juntamente com este.

Art. 217 - Baixarão os atos de aplicação das penas disciplinares:

- I - o Chefe do Poder Executivo, quando se tratar de pena de demissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
 - II - o Secretário de Educação quando se tratar de penas de suspensão superior a trintadias e destituição de função; e
 - III - os diretores de complexos e unidades escolares e demais órgãos da Secretaria da Educação, quando se tratar de penas de advertência, repreensão e suspensão, não excedente a trinta dias.
- Parágrafo único - São competentes para aplicação das penas de advertência, repreensão e suspensão não excedentes a trintadias os diretores de complexos e unidades escolares.

CAPÍTULO IV DA PRISÃO ADMINISTRATIVA

Art. 218 - Cabe a prisão administrativa do responsável por dinheiro e valores pertencentes à Fazenda Estadual ou que se acharem sob a guarda desta, no caso de alcance ou omissão em efetuar-se as entradas nos devidos prazos.

§ 1º - A autoridade que ordenar a prisão comunicará imediatamente o fato à autoridade competente judiciária e providenciará no sentido de ser realizado, com urgência, o processo da tomada de contas.

§ 2º - A prisão administrativa não excederá de noventa dias.

Art. 219 - São competentes, para ordenar, sempre fundamentalmente e por escrito, a prisão administrativa:

- I - o Secretário da Educação;
- II - o Presidente do Conselho Superior do Magistério;
- III - os Diretores das Diretorias da Secretaria de Educação em relação aos professores e especialistas de educação a seu cargo; e
- IV - os Diretores dos estabelecimentos de grau superior.

CAPÍTULO VIII DA SUSPENSÃO PREVENTIVA

Art. 220 - A suspensão preventiva do exercício do cargo ou função até trinta dias, será ordenada pela autoridade mencionada no artigo anterior, desde que seja necessário o afastamento do professor e do especialista de educação para evitar que este venha a influir na apuração da falta perpetrada.

Parágrafo único - Somente o Secretário de Educação pode prorrogar o prazo de suspensão já ordenada, o qual não excederá de noventa dias, incluídos nestes o prazo inicial; findo o prazo de suspensão cessarão os respectivos efeitos, ainda que o processo administrativo correspondente não esteja concluído.

Art. 221 - O professor e o especialista de educação tem direito:

I - a contagem do tempo de serviço público relativo ao período em que tenha estado preso ou suspenso, quando do processo não haja resultado pena disciplinar ou esta se limitar a advertência ou repreensão;

II - à contagem do período de afastamento que exceder do prazo de suspensão disciplinar efetivamente aplicada; e

III - à contagem do período de prisão administrativa ou suspensão preventiva e ao pagamento dos vencimentos ou remuneração e de todas as vantagens de exercício, desde que reconhecida sua inocência.

TÍTULO VII DA AÇÃO DISCIPLINAR CAPÍTULO I

DO ÓRGÃO E DA AÇÃO DISCIPLINAR

Art. 222 - É o órgão da ação disciplinar do Pessoal do Magistério o CONSELHO SUPERIOR DO MAGISTÉRIO (CSM) cumprindo-lhe, em geral, velar pela perfeita observância dos preceitos deste Estatuto, quer sob o aspecto ético implícito, quer sob o aspecto material.

SECÇÃO I DA COMPETÊNCIA

Art. 223 - Compete ao Conselho Superior do Magistério:

- I - conhecer de infrações e deveres e proibições;
- II - apurar as responsabilidades;
- III - conhecer das representações;
- IV - conhecer das reclamações sobre classificação em concurso para ingresso na Parte Permanente do Quadro Próprio do magistério, e para remoção; organização das listas de promoção-preterição de preferência legal;
- V - propor ao Secretário de Educação a concessão da Medalha do Professor Emérito, e expedição de ato público de honra e louvor;
- VI - organizar o seu regimento interno; e
- VII - exercer qualquer outra função não especificada, mas inerente ao Pessoal do Magistério.

Parágrafo único - Compete ainda ao Conselho Superior do Magistério, como extensão natural de seus fins, conhecer das infrações e deveres e proibições e das responsabilidades do servidor em geral, lotado em estabelecimento de ensino ou órgão da Secretaria de Educação, desde que envolvam participação de professor ou especialista de educação.

Art. 224 - A competência conferida ao Conselho Superior do Magistério, inclui a de julgar, em primeira instância, os processos administrativos decorrentes de infração a deveres e proibições e a responsabilidade, cabendo ao Chefe do Poder Executivo e ao Secretário da Educação, conforme o caso, baixar os atos administrativos de aplicação das penas.

Parágrafo único - Nos demais casos, o Conselho Superior do Magistério tem competência meramente opinativa.

SECÇÃO II DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO

Art. 225 - O Conselho Superior do Magistério compõe-se de nove membros, todos professores em gozo de estabilidade no serviço público, a saber:

I - quatro membros a título de representação, sendo um indicado pelo Conselho Estadual de Educação, um pelo Secretário de Educação, dois pelos órgãos de classe e seus respectivos suplentes; e

II - cinco membros eleitos por seus pares, dentre os professores e especialistas de educação integrantes do Quadro Próprio do Magistério, sendo dois pertencentes ao pessoal de 1º Grau, dois ao de 2º Grau e um ao de 3º Grau (Ensino Superior) e um suplente para cada grau de ensino.

Parágrafo único – O Conselho Superior do Magistério terá material de expediente, recurso financeiro e pessoal administrativo necessário ao seu cabal funcionamento, bem assim o pessoal de assessoramento, os quais serão designados pelo Secretário da Educação.

Art. 226 – O regulamento atribuirá à Secretaria da Educação a incumbência de realizar as eleições a que se refere o item II, do artigo 225.

Art. 227 – O mandato de cada membro tem a duração de três anos, vedada a reeleição ou recondução para o período imediatamente seguinte.

Art. 228 – Renova-se a composição do Conselho Superior do Magistério, em um terço de seus membros, anualmente.

SEÇÃO III DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 229 – O Conselho Superior do Magistério é presidido por um de seus membros, com mandato por um ano, coincidente com o do ano civil.

Parágrafo único – O presidente é eleito na primeira sessão de cada ano, através de escrutínio secreto e sob a presidência do seu membro mais idoso presente, que também o substituirá em todas as suas faltas e impedimentos.

Art. 230 – Compete ao Presidente do Conselho Superior do Magistério:

I – administrar os serviços do Conselho Superior do Magistério, e dirigir o pessoal Administrativo, o material de expediente e os recursos financeiros a cargo do conselho;

II – representar o Conselho perante o serviço público, as partes e terceiros;

III – referendar todas as resoluções e recomendações adotadas pelo Conselho;

IV – designar os relatores dos feitos, na ordem de apresentação de denúncias ou queixas, das representações e reclamações, obedecendo a ordem crescente de idade dos membros do Conselho; e

V – praticar os demais atos compatíveis com as atribuições do Conselho.

Art. 231 – O Conselho Superior do Magistério se reúne, ordinariamente, uma vez por semana e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou de dois terços de seus membros, conforme impuser a necessidade do serviço.

Art. 232 – Os membros do Conselho Superior do Magistério ficam dispensados do cargo, durante o período de mandato, sem prejuízo de vencimentos, vantagens de caráter permanente e quaisquer outros direitos relativos ao cargo.

Parágrafo único – Independentemente de seus vencimentos e vantagens, o membro do Conselho Superior do Magistério percebe um “jeton” por sessão de que participar.

Art. 233 – O Conselho Superior do Magistério, será regulamentado por Decreto do Poder Executivo, em que se estabelecerão as normas de funcionamento e as atribuições complementares.

CAPÍTULO II DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 234 – O Conselho Superior do Magistério, assim que tiver ciência de irregularidades atribuíveis a integrantes do Quadro Próprio do Magistério, é obrigado a promover-lhe a apuração imediata em processo administrativo, assegurando-se ao acusado ampla defesa.

§ 1º – O processo precede a aplicação das penas de suspensão por mais de trinta dias, destituição de função, demissão e cassação de aposentadoria e disponibilidade.

§ 2º – Quando ao professor e ao especialista de educação se imputar crime, praticado na esfera administrativa, o Conselho Superior do Magistério providenciará para que se instaure, simultaneamente, o inquérito policial.

Art. 235 – Compete ao Presidente do Conselho Superior do Magistério determinar a abertura de processo administrativo, designando-lhe relator para toda a instrução e relatório final, na forma prevista no item IV do artigo 230.

Art. 236 – O relator tem autoridade individual para tomar depoimentos pessoais e testemunhais, decidir sobre juntada de documentos e demais atos necessário ou informativos da instrução, cabendo-lhe ainda designar um servidor para servir de Secretário, em todo o feito, ou “ad-hoc”, para certos e determinados atos.

Parágrafo único – Os depoimentos firmados pelo relator e pelo depoente ou seu representante gozam de fé pública, salvo prova em contrário.

Art. 237 – Concluído o processo, o relator lerá o relatório em sessão do Conselho e, discutido, proferirá seu voto, colhendo-se os votos dos demais membros presentes, proclamando o Presidente o resultado obtido, o qual constará na ata dos trabalhos.

Parágrafo único – O relator, na sessão imediata, apresentará a deliberação escrita, conforme o vencido, para coleta das respectivas assinaturas.

Art. 238 – O julgamento de qualquer feito do Conselho Superior do Magistério tem forma de deliberação, cabendo, no caso de aplicação de penas disciplinares, recursos ao Secretário da Educação, com efeito suspensivo. As deliberações que importarem na declaração de inocência do acusado são definitivas.

Art. 239 – A qualquer membro do Conselho Superior do Magistério, durante o julgamento e antes da proclamação da decisão, é lícito alterar o seu pronunciamento ou pedir vista do processo administrativo.

Art. 240 – As deliberações são tomadas por maioria de votos, prevalecendo, em caso de empate, a solução mais favorável ao acusado.

Art. 241 – Nenhuma pena é aplicada sem audiência prévia do acusado e ampla defesa na forma do processo, nem será divulgada antes de confirmada, exauridos os recursos legais de defesa administrativa.

Art. 242 – O processo administrativo será regulamentado, a fim de se estabelecerem as normas complementares necessárias observando-se:

I – prazo de noventa dias para conclusão do processo, contado da data da designação do relator;

II – prazo de recurso não superior a quinze dias, contados da data comprovada do conhecimento da deliberação, mediante entrega de cópia do seu inteiro teor ao interessado, seu procurador ou defensor nomeado, em caso de revelia;

III – direito ao acusado, de livremente, constituir profissional, para sua defesa;

IV – designação de defensor dativo, em caso de revelia; e

V – ordenamento dos papéis do processo em forma de autos com termos de juntada assentada, remessa, conclusão e outros peculiares.

Parágrafo único – O regulamento também disporá sobre o processamento dos feitos com objetivos de aplicação de penas, nos termos da competência do Conselho Superior do Magistério.

CAPÍTULO III DA REVISÃO

Art. 243 – A qualquer tempo, pode ser requerida revisão do processo administrativo de que resultou pena disciplinar quando se aduzam fatos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do requerente.

Parágrafo único – Não constitui fundamento para a revisão a simples alegação de injustiça da penalidade.

Art. 244 – Julgada procedente a revisão, tornar-se-á sem efeito a penalidade imposta, restabelecendo-se todos os direitos por ela atingidos.

Art. 245 – O regulamento disporá sobre o processo, prazos, capacidade de pedir, e demais complementos para procedi-

mento e conclusão do feito, que terá sempre em apenso o processo em revisão.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 246 - O Dia do Professor é assinalado com solenidades que proporcionem a confraternização do Pessoal do Magistério, sempre que possível realizadas através das entidades de classe, com auxílio financeiro do Estado.

Art. 247 - É vedado ao professor ou especialista de educação trabalhar sob ordens de parentes até segundo grau, salvo quando não houver na localidade outro estabelecimento de ensino, onde ele possa ter exercício.

Art. 248 - O estrangeiro poderá, em caráter excepcional, exercer, cargo de professor, tendo em vista as peculiaridades científicas de seu conhecimento, e proveito para o ensino, educação, em cada caso, e respeitada a legislação federal.

Art. 249 - O prazo fixado no artigo 39 pode ser ultrapassado, a juízo da Secretaria da Educação, no caso de bolsas de estudo ou de curso fora do Estado ou no exterior.

Art. 250 - O Estado assegurará:

I - a construção de casas residenciais para o professor ou especialista de educação, em zona rural;

II - os limites recomendados pelas normas pedagógicas, para lotação de alunos nas classes;

III - a remuneração condigna ao professor e ao especialista de educação adequada à profunda relevância social de suas atribuições;

IV - o estímulo a publicações periódicas, a publicação de livros, à pesquisa científica e produções similares, quando servirem ao interesse da educação e cultura do povo;

V - o regime de acesso e promoção por merecimento e antiguidade, de modo a estimular o permanente aperfeiçoamento profissional e cultural do professor e do especialista de educação na forma do regulamento;

VI - estímulo à vida associativa e recreativa dos professores e especialistas de educação, através de suas associações de classe.

Parágrafo único - Com referência ao item VI deste artigo, fica o Presidente da Associação de Classe, durante seu mandato, dispensado do exercício do cargo, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens.

Art. 251 - Nenhuma taxa ou imposto gravará os atos ou títulos referentes à vida funcional dos integrantes do Quadro Próprio do Magistério.

Art. 252 - Poderá ser estabelecido o regime de tempo integral e de dedicação exclusiva para os cargos ou funções que a lei determinar.

Art. 253 - Compete ao Secretário da Educação compor o Conselho Superior do Ministério, na sua primeira investidura, na forma estabelecida no regulamento.

Parágrafo único - Para a primeira composição, será fixado previamente pelo Secretário da Educação o prazo de mandato de cada um dos membros do Conselho Superior do Magistério, a fim de se processar a renovação de que trata o artigo 227.

Art. 254 - Após a vigência da presente lei, instituidora do Estatuto do Magistério, todos os atuais integrantes das classes que compõem o atual Quadro do Magistério (Parte Permanente e Parte Suplementar) passarão a integrar a PARTE TRANSITÓRIA do novo Quadro Próprio do Magistério.

Art. 255 - A Parte Transitória do novo Quadro Próprio do Magistério terá as amplitudes de carreira constantes do Anexo IV, com observância das cargas horárias semanais ali estabelecidas.

Art. 256 - Qualquer integrante de classes da Parte TRANSITÓRIAS poderá requerer enquadramento em classes da Parte Permanente (Pessoal Docente e Pessoal Especialista), desde que satisfaça as exigências legais e condições previstas para o exercício da classe que pleitear.

§ 1º - O enquadramento de integrante da Parte Transitó-

ria, em classe da Parte Permanente far-se-á observando os seguintes critérios:

a) na classe inicial da série, se o professor ou especialista de educação contar até cinco anos de serviço na carreira em função de docente ou de especialista;

b) na segunda classe, se contar entre cinco e dez anos em função docente ou de especialista;

c) na terceira classe, se contar entre dez e vinte anos, em função de docente ou de especialista;

d) na quarta classe, se contar mais de vinte anos.

§ 2º - Após o enquadramento, exigir-se-á o interstício de cinco anos para concessão das progressões, subsequentes.

Art. 257 - Aos professores e especialistas de educação que optarem pela permanência na Parte Transitória, aplicam-se as disposições de promoções verticais e progressões horizontais, segundo o regulamento próprio.

Art. 258 - Os atuais ocupantes de cargos de professor do Ensino Médio (licenciado) níveis 22, 23 e 24, serão enquadrados, "ex-officio", nos cargos de Professor Licenciado de Ensino Médio, da Parte Transitória do novo Quadro Próprio do Magistério, nos níveis 23, 24 e 25, respectivamente, com elevação da carga horária semanal de dez (10) para quatorze (14) horas, na proporção de 11,3, isto é, onze horas de atividades dentro de classe e três fora dela, no estabelecimento.

§ 1º - Os atuais ocupantes de cargos de Professor de Ensino Médio, não licenciados, e de professor de Ensino Médio Agrícola, que se encontram nos níveis 20, 21, 22, 23 e 24, serão enquadrados, "ex-officio", nos cargos de Professor do Ensino Médio, da Parte Transitória do novo Quadro Próprio do Magistério, nos níveis 21, 22, 23, 24 e 25, respectivamente, com carga horária semanal de quatorze (14) horas, na proporção de 11,3.

§ 2º - Os atuais ocupantes de cargos de Professor de Ensino Médio, níveis 20, 21 e 22, que comprovarem possuir curso de licenciatura plena, concluído, até o ano letivo de 1974, inclusive, serão enquadrados, "ex-officio", no cargo de Professor Licenciado de Ensino Médio da Parte Transitória de novo Quadro Próprio do Magistério, nos níveis 23, 24 e 25, respectivamente, com elevação da carga horária de dez (10) para quatorze (14) horas, na proporção 11,3, exceção feita aos licenciados que concluíram seus cursos antes da realização do concurso de janeiro de 1971, para provimento de cargos de Professor de Ensino Médio (Licenciado), nível 22, aos quais fica assegurado o direito ao enquadramento do cargo de Professor Licenciado de Ensino Médio, nível 25.

Art. 259 - Aos integrantes das classes que compõem a Parte Transitória do novo Quadro Próprio do Magistério, aplicar-se-á, no que couber, o presente Estatuto do Magistério, com as ressalvas a que se referem os artigos 258, 260 e 263, da presente lei.

Parágrafo único - O Chefe do Poder Executivo, sob proposta da Secretaria da Educação, baixará, por decreto, dentro de sessenta dias, a definição jurídica prevista no presente artigo.

Art. 260 - Os atuais integrantes da classe de Orientador Educacional, níveis 23 e 24, portadores de diploma de nível universitário, serão enquadrados, a pedido, no cargo de Orientador Educacional, códigos M-206 e M-207, níveis 25 e 26, respectivamente, mediante decreto do Chefe do Poder Executivo, remanescendo, na Parte Transitória, os que não satisfizerem as condições do presente artigo.

Art. 261 - Os professores de ensino de 1º grau, com função específica de Assistente Social, que comprovarem possuir habilitação profissional, perceberão, a título de exercício funcional, a gratificação de vinte por cento sobre o respectivo vencimento mensal, incorporável aos seus proventos de aposentadoria, na proporcionalidade prevista no artigo 132.

Art. 262 - As novas amplitudes das séries de classes constantes da Parte Transitória do novo Quadro Próprio do Magistério instituído por esta lei, terão vigência a partir de 1º de janei-

ro de 1976, na forma prevista pelo Anexo IV e disposições complementares, constantes dos artigos 255, 258 e 260.

Art. 263 – Os servidores do atual Quadro Próprio do Magistério, que passam a integrar a Parte Transitória do novo Quadro Próprio do Magistério instituído por esta lei, desviados de suas funções de magistério, prestando serviços nas diferentes unidades administrativas da Secretaria da Educação, terão o prazo de cento e oitenta (180) dias, após a vigência desta lei, para optar pela readaptação em séries de classes do Quadro Único de Pessoal compatíveis com as funções atualmente exercidas, submetendo-se às provas de habilitação que forem determinadas pelo Departamento Estadual do Serviço Público, ou retornarem ao exercício efetivo do Magistério.

Art. 264 – O Poder Executivo expedirá, dentro de cento e vinte dias, contados da data da publicação deste Estatuto, todos os regulamentos necessários para sua fiel execução, observadas as disposições legais deste Estatuto.

Art. 265 – Até que se processe o provimento dos cargos de Pessoal Especialista a que se refere o Anexo I, as nomeações e designações para encargos de direção, secretariado e assessoramento técnico dos estabelecimentos de ensino, serão feitas mediante escolha pelo Secretário de Educação, em lista tríplice, apresentada pela congregação do estabelecimento, com mandato de 3 anos, podendo ser reconduzido para o período imediato, uma única vez, observada a simbologia própria.

Art. 266 – Os atuais servidores do Quadro Único de Pessoal, em exercício na Secretaria da Educação, portadores de diploma de curso normal, colegial ou superior, com estabilidade funcional, serão enquadrados, mediante requerimento, nas classes iniciais da Parte Permanente do novo Quadro Próprio do Magistério, segundo a habilitação profissional e desde que devidamente reciclados pelo órgão competente da Secretaria da Educação.

Parágrafo único – Serão considerados estáveis para os efeitos deste artigo os professores beneficiados pela Constituição Federal de 1967 no Artigo 117 § 2º e na Constituição Estadual de 1967, Artigo 143 § 2º.

Art. 267 – Ao Poder Executivo é facultado contratar professores e especialistas de educação pelo regime da legislação trabalhista, mediante concurso de provas e títulos, com salário não superior aos vencimentos previstos para os integrantes do Quadro Próprio do Magistério, observadas as demais condições legais.

Parágrafo único – À medida que forem sendo realizados contratos de trabalho, na forma do disposto neste artigo, serão suprimidas, por ato do Secretário da Educação, aulas extraordinárias correspondentes ao valor dos salários pagos.

Art. 268 – O presente Estatuto do Magistério entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas nas partes que conflitam com este Estatuto, as disposições contidas nas leis nºs 5.871 (6/11/1968) e 5.957 (20/6/1969).

Art. 269 – Revogam-se as disposições em contrário.

aa) GABRIEL SAMPAIO
OTÁSSIO PEREIRA
LÚCIO MACHADO
DOMÍCIO SCARAMELLA
OSVALDO MACEDO
ARAGÃO DE MATTOS LEÃO
NELSON BUFFARA
FRANCISCO ESCORSIN
FIDELCINO TOLENTINO
LÁZARO DUMONT
LINEU TURRA
JORGE SATO
JURANDIR MESSIAS
EZEQUIAS LOSSO
ROSÁRIO PITELLI
ERNESTO GNOATO

ANEXO I

CARREIRA DO MAGISTÉRIO Princípios Comuns ao Pessoal Docente

TAREFAS:

Direção da aprendizagem, execução dos programas ou projetos de ensino, participação em órgãos-meios, órgãos-fins e órgãos cooperadores da escola.

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS:

a) Docentes de 1º Grau – regime de trabalho de 22 horas semanais, na proporção de 17/5, isto é, 17 horas de atividades dentro da classe e 5 horas fora dela. Após 40 anos de idade e haver completado 10 anos de magistério, essa proporção poderá ir sendo alterada até o limite de 13/9;

b) Docentes de 2º Grau – regime de trabalho de 18 horas semanais, na proporção de 14/4, isto é, 14 horas de atividades dentro da classe e 4 horas fora dela. Após 40 anos de idade e haver completado 10 anos de magistério, essa proporção poderá ir sendo alterada até o limite de 10/8.

RECRUTAMENTO:

EXTERNO: mediante concurso de provas e títulos, com exceção de Professor Classe A, Código M-101, onde apenas cabe o recrutamento interno.

INTERNO: a) por enquadramento, em concurso de títulos a requerimento, de integrante do Quadro Transitório do Magistério, que prove ter realizado o necessário treinamento, aperfeiçoamento ou atualização e possua habilitação exigida;

b) por enquadramento, em concurso de títulos a requerimento de integrante do Quadro Permanente do Magistério, nas mesmas condições do item “a”;

c) por enquadramento, em concurso de provas e títulos, de integrantes do Quadro Único de Pessoal, estáveis nas mesmas condições do item “a”.

AVANÇOS:

HORIZONTAIS: Elevação percentual por ténio de serviço público, prestado ao Estado do Paraná, até o limite estipulado para a classe.

VERTICAIS: Uma promoção quinquenal por merecimento, mediante comprovação de 100 (cem) pontos de mérito, nos termos do regulamento próprio, onde também se consignam pontos por antiguidade (assiduidade e pontualidade).

LINHAS DE ACESSO:

O acesso a classes mais elevadas, quer de Pessoal Docente, quer de Pessoal Especialista, far-se-á sempre a requerimento, por concurso de títulos, para vagas previamente publicadas, anualmente, no mês de julho, e os incentivos pecuniários decorrentes de provimento por acesso serão deferidos a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte.

I – DENOMINAÇÃO: PROFESSOR CLASSE “E”

CÓDIGO: M-101

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES: Ministrar aulas em todas as classes de ensino de 1º e 2º Graus, conduzindo a aprendizagem das atividades a seu cargo, de modo a garantir o máximo rendimento possível na classe sob sua regência.

TAREFAS: Princípio Comum

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS: Princípio Comum.

QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: Habilitação específica a nível superior, em curso a nível superior, em curso de licenciatura complementada por curso de pós-graduação na respectiva disciplina ou área de estudo.

RECRUTAMENTO: Apenas Interno – Princípio Comum.

AVANÇOS: HORIZONTAIS E VERTICAIS: Princípio Comum.

LINHA DE ACESSO: Não há, por ser fim de carreira.

II – DENOMINAÇÃO: PROFESSOR CLASSE “E”

CÓDIGO: M-102

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES: Ministras aulas em todas as classes do ensino de 1º e 2º graus, conduzindo a aprendizagem a seu cargo, de modo a garantir o máximo rendimento possível na classe sob a sua regência.

TAREFAS: Princípio Comum.

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS: Princípio Comum.

QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: Habilitação específica a nível superior, em curso de licenciatura plena.

RECRUTAMENTO: Princípio Comum.

AVANÇOS: HORIZONTAIS E VERTICAIS: Princípio Comum.

LINHA DE ACESSO: Acesso às classes M-101 e M-201.

III DENOMINAÇÃO: PROFESSOR CLASSE "D"

CÓDIGO: M-103

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES: Ministras aulas em classes de todas as séries do ensino do 1º grau e na 1ª e 2ª grau, conduzindo a aprendizagem a seu cargo, de modo a garantir o máximo rendimento possível na classe sob sua regência.

TAREFAS: Princípio Comum.

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS: Princípio Comum.

QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: Habilitação específica de nível superior, em curso de licenciatura, curta, mais um ano de estudos adicionais.

RECRUTAMENTO: Princípio Comum.

AVANÇOS: HORIZONTAIS E VERTICAIS: Princípio Comum.

LINHA DE ACESSO: Acesso às classes M-101, M-102, M-201

IV DENOMINAÇÃO: PROFESSOR CLASSE "C"

CÓDIGO: M-104

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES: Ministras aulas em classes de 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º ano, conduzindo a aprendizagem a seu cargo, de modo a garantir o máximo rendimento possível na classe sob sua regência.

TAREFAS: Princípio Comum.

QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: Habilitação específica de nível superior, em curso de licenciatura de curta duração.

RECRUTAMENTO: Princípio Comum.

AVANÇOS: HORIZONTAIS E VERTICAIS: Princípio Comum.

LINHAS DE ACESSO: Acesso às classes M-101 a M-103, M-201 a M-203, M-205, M-206, M-208, M-209, M-211 e M-212.

V DENOMINAÇÃO: PROFESSOR CLASSE "B"

CÓDIGO: M-105

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES: Ministras aulas em classes de 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º ano do ensino de 1º grau, conduzindo a aprendizagem a seu cargo, de modo a garantir o máximo rendimento possível na classe sob sua regência.

TAREFAS: Princípio Comum.

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS: Princípio Comum.

QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: Habilitação específica, a nível de 2º grau, em curso de 4 séries de duração, ou de 3 séries acrescidas de um ano de estudos adicionais.

RECRUTAMENTO: Princípio Comum.

AVANÇOS: HORIZONTAIS E VERTICAIS: Princípio Comum.

LINHA DE ACESSO: Acesso às classes M-101 a M-104 e M-201 a M-213.

VI DENOMINAÇÃO: PROFESSOR CLASSE "A"

CÓDIGO: M-106.

ATIVIDADES E RESPONSABILIDADES: Ministras aulas em classes de 1º, 2º, 3º e 4º ano de ensino de 1º grau, conduzindo a aprendizagem das atividades a seu cargo, de modo a garantir o máximo rendimento possível na classe sob sua regência.

TAREFAS: Princípio Comum.

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS: Princípio Comum.

QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: Habilitação específica a nível de 2º grau, em curso de três séries.

RECRUTAMENTO: Princípio Comum.

AVANÇOS: HORIZONTAIS E VERTICAIS: Princípio Comum.

LINHA DE ACESSO: Acesso às classes M-101 a M-105, e M-201 a M-213.

PRINCÍPIOS COMUNS AO PESSOAL ESPECIALISTA

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS:

Jornada semanal obrigatória de 22 (vinte e duas) horas, podendo ser elevada a 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com remuneração dobrada, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva na forma da legislação em vigor.

RECRUTAMENTO:

EXTERNO: Mediante concurso de provas e títulos.

INTERNO: - a) por enquadramento, em concurso de títulos a requerimento do integrante do Quadro Transitório do Magistério, que prove ter realizado o necessário treinamento, aperfeiçoamento, ou atualização e possua a habilitação exigida;

b) por enquadramento, em concurso de títulos, a requerimento, de integrante do Quadro Próprio do Magistério, nas mesmas condições do item "a".

c) por enquadramento, em concurso de provas e títulos, de integrantes do Quadro Único de Pessoal estáveis, nas mesmas condições do item "a".

AVANÇOS:

HORIZONTAIS: elevação percentual por triênio, do serviço público prestado ao Estado do Paraná, até o limite estipulado para a classe.

VERTICAIS: Uma promoção quinquenal por merecimento, mediante comprovação de 100 (cem) pontos de mérito, nos termos do regulamento próprio, onde também se consignam pontos por antiguidade (assiduidade e pontualidade).

LINHAS DE ACESSO:

O acesso para classes mais elevadas, quer do Pessoal Docente quer do Pessoal Especialista, far-se-á sempre a requerimento por concurso de títulos, para vagas previamente publicadas, anualmente, no mês de julho, e os incentivos pecuniários decorrentes do provimento por acesso serão deferidos a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte.

I DENOMINAÇÃO: PLANEJADOR

CÓDIGO: M-201

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES: Atuar, a nível de macro-educação, no planejamento de atividades relacionadas com o sistema de ensino.

TAREFAS: Planejamento e Programação, acompanhamento, controle e avaliação global das atividades educacionais do Estado, a nível de macro-educação, central ou regional, tendo em vista, sempre a produtividade, a atualização e aperfeiçoamento do Sistema Educacional.

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS: Princípio Comum.

QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: Habilitação específica em curso superior de pós-graduação em nível de mestrado, e três anos de efetivo exercício do magistério.

RECRUTAMENTO: Princípio Comum.

AVANÇOS: Princípio Comum.

LINHA DE ACESSO: Não há, por ser fim de carreira.

II – DENOMINAÇÃO: DIRETOR DE 2º GRAU

CÓDIGO: M-202

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES: Atuar, a nível de micro-educação, na administração de complexos escolares ou de unidades de ensino de 1º e 2º Graus.

TAREFAS: Direção, coordenação, controle e acompanhamento de todas as atividades escolares desenvolvidas pelos complexo ou unidade escolar onde exercer sua atividade profissional, referente a: planejamento, organização, execução e avaliação. Assessoramento técnico-administrativo, a nível de escola.

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS: Princípio Comum.

QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: Habilitação específica, em curso superior de licenciatura plena ou de pós-graduação e dois anos de exercício do magistério.

RECRUTAMENTO: EXTERNO E INTERNO: Princípio Comum.

AVANÇOS: HORIZONTAL E VERTICAIS: Princípio Comum.

LINHA DE ACESSO: Acesso à Classe M-101 e M-201.

III – DENOMINAÇÃO: DIRETOR DE 1º GRAU “B”

CÓDIGO: M-203

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES: Atuar, a nível de micro-educação, na administração de complexos escolares ou de unidades de ensino de 1º grau.

TAREFAS: Direção, coordenação, controle e acompanhamento de todas as atividades escolares desenvolvidas pelo complexo ou unidade escolar onde exercer suas atividades profissionais, referente a: planejamento, organização, execução e avaliação. Assessoramento técnico-administrativo, a nível de escola.

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS: Princípio Comum.

QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: Habilitação específica, em curso superior de licenciatura, de curta duração, mais de um ano de estudos adicionais e dois anos de exercício de magistério.

RECRUTAMENTO: EXTERNO E INTERNO: Princípio Comum.

AVANÇOS: HORIZONTAL E VERTICAIS: Princípio Comum.

LINHAS DE ACESSO: Acesso às Classes M-101, M-102, M-201 M-202, M-205, M-208 e M-211.

IV – DENOMINAÇÃO: DIRETOR DE 1º GRAU “A”

CÓDIGO: M-204

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES: Atuar, a nível de micro-educação, na administração de unidades de ensino de 1º grau ou como Diretor-Adjunto em complexos escolares de 1º grau.

TAREFAS: Direção, coordenação, controle e acompanhamento de todas as atividades escolares desenvolvidas pelo complexo ou unidade escolar onde exercer sua atividade profissional, referente: planejamento, organização, execução e avaliação. Assessoramento técnico-administrativo, a nível de escola.

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS: Princípio Comum.

QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: Habilitação específica, em curso superior, de licenciatura e curta duração e dois anos de exercício de magistério.

RECRUTAMENTO: EXTERNO E INTERNO: Princípio comum.

AVANÇOS: HORIZONTAL E VERTICAIS: Princípio Comum.

LINHAS DE ACESSO: Acesso às classes M-101, M-102, M-103, M-201, M-202, M-203, M-205, M-206, M-208, M-209, M-211 e M-212.

V – DENOMINAÇÃO: ORIENTADOR CLASSE “C”

CÓDIGO: M-205

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES: Atuar, a nível de macro-educação, na Administração Central e nas Delegacias e a nível de micro-educação, nos complexos e unidades escolares de 1º e 2º Graus.

TAREFAS: Assessoramento técnico no campo da Orientação Educacional a nível de Macro-Educação. Planejamento, orientação, acompanhamento, controle e avaliação das atividades do Serviço de Orientação Educacional, de estabelecimentos de 1º e 2º Graus.

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS: Princípio Comum.

QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: Habilitação específica, em curso superior de licenciatura plena, e dois anos de magistério.

RECRUTAMENTO: EXTERNO E INTERNO: Princípio Comum.

AVANÇOS: HORIZONTAL E VERTICAIS: Princípio Comum.

LINHA DE ACESSO – Acesso à Classe M-101 e M-201.

VI – DENOMINAÇÃO: ORIENTADOR CLASSE “B”

CÓDIGO: M-206

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADE: Atuar, a nível de micro-educação, nos complexos e unidades de ensino de 1º Grau.

TAREFAS: Assessoramento técnico no campo da orientação educacional, a nível de macro-educação. Planejamento, orientação, acompanhamento, controle e avaliação das atividades do Serviço de Orientação Educacional de Estabelecimentos de ensino de 1º Grau.

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS: Princípio Comum.

QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: Habilitação específica, em curso superior de licenciatura de curta duração, mais um ano de estudos adicionais, mais dois anos de exercício de magistério.

RECRUTAMENTO EXTERNO E INTERNO: Princípio Comum.

AVANÇOS: HORIZONTAL E VERTICAIS: Princípio Comum.

LINHA DE ACESSO: Acesso às classes M-101, M-102, M-201, M-202, M-205, M-208 e M-211.

VII – DENOMINAÇÃO: ORIENTADOR CLASSE “A”

CÓDIGO: M-207

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES: Atuar, a nível de micro-educação nos complexos e unidades de ensino de 1º Grau.

TAREFAS: Assessoramento técnico no campo da Orientação Educacional, a nível de macro-educação. Planejamento, orientação, acompanhamento, controle e avaliação das atividades do Serviço de Orientação Educacional de estabelecimentos de ensino de 1º Grau.

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS: Princípio Comum.

QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: Habilitação específica em curso superior de licenciatura, de curta duração, mais dois anos de exercício de magistério.

RECRUTAMENTO: EXTERNO E INTERNO: Princípio Comum.

AVANÇOS: HORIZONTAL E VERTICAIS: Princípio Comum.

LINHA DE ACESSO: Acesso às Classes M-101, M-102, M-103, M-201, M-202, M-203, M-205, M-209, M-208, M-206 e M-211, M-212.

VIII – DENOMINAÇÃO: SUPERVISOR CLASSE “C”

CÓDIGO: M-208

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES: Atuar, a nível de Macro-educação, na Administração Central e nas Delegacias, e a nível de micro-educação, nos complexos e unidades escolares de 1º e 2º Graus.

TAREFAS: Assessoramento no que diz respeito à promoção, orientação, coordenação, controle e avaliação das atividades de caráter técnico-pedagógico, do Sistema Educacional, a nível de macro-educação, e micro-educação.

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS: Princípio Comum.

QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: Habilitação específica, em curso de licenciatura plena, mais dois anos de exercício de magistério.

RECRUTAMENTO: EXTERNO E INTERNO: Princípio Comum.

AVANÇOS: HORIZONTAIS E VERTICAIS: Princípio Comum.

LINHA DE ACESSO: Acesso às classes M-101 e M-201.

IX – DENOMINAÇÃO: SUPERVISOR CLASSE “B”

CÓDIGO: M-209

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES: Atuar, a nível de micro-educação, nos complexos e unidades de ensino de 1º Grau.

TAREFAS: Promoção, orientação, coordenação, controle e avaliação das atividades, de caráter técnico-pedagógico, a nível de complexos e unidades de 1º Grau.

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS: Princípio Comum.

QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: Habilitação específica, em curso superior de curta duração mais um ano de estudos adicionais e dois anos de magistério.

RECRUTAMENTO: EXTERNO E INTERNO: Princípio Comum.

AVANÇOS: HORIZONTAIS E VERTICAIS: Princípio Comum.

LINHA DE ACESSO: Acesso às Classes M-101, M-102, M-205, M-202 e M-211.

X – DENOMINAÇÃO: SUPERVISOR CLASSE “A”

CÓDIGO: M-210

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES: Atuar, a nível de micro-educação, nos complexos e unidades de ensino de 1º Grau.

TAREFAS: Promoção, orientação, coordenação, controle e avaliação das atividades de caráter técnico-pedagógico, a nível de complexos e unidades, de 1º Grau.

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS: Princípio Comum.

QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: Habilitação específica em cursos superior de licenciatura de curta duração, mais dois anos de magistério.

RECRUTAMENTO: EXTERNO E INTERNO: Princípio Comum.

AVANÇOS: HORIZONTAIS E VERTICAIS: Princípio Comum.

LINHA DE ACESSO: Acesso às classes M-101, M-102, M-103, M-201, M-202, M-203, M-205, M-206, M-208, M-209, M-211 e M-212.

XI – DENOMINAÇÃO: INSPETOR CLASSE “C”

CÓDIGO: M-211

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES: Atuar a nível de macro-educação, na Administração Central e nas Delegacias de Educação, e a nível de micro-educação, nos complexos e unidades escolares de 1º e 2º Graus, quer públicos, quer particulares.

TAREFAS: a) Assessoramento técnico, a nível de macro-educação, no que se refere à inspeção escolar e à avaliação global das escolas de 1º e 2º Graus, quer públicas, quer particulares, em seus aspectos administrativos e pedagógicos, do ponto de vista legal, técnico e de sua adequação à realidade;

b) a nível de micro-educação, a mesma coisa, em complexos ou unidades escolares de 1º e 2º Graus.

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS: Princípio Comum.

QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: Habilitação específica, em curso superior de licenciatura plena mais dois anos de exercício de magistério.

AVANÇOS: HORIZONTAIS E VERTICAIS: Princípio Comum.

LINHA DE ACESSO: Acesso às classes M-101 e M-201.

XII – DENOMINAÇÃO: INSPETOR CLASSE “B”

CÓDIGO: M-212

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES: Atuar, a nível de micro-educação, nos complexos e unidades escolares de 1º grau, quer públicos quer particulares.

TAREFAS: Assessoramento técnico, a nível de micro-educação, no que se refere à inspeção escolar, à avaliação global das escolas, quer públicas quer particulares, em seus aspectos administrativos e pedagógicos, do ponto de vista legal, técnico e de sua adequação à realidade, em complexos ou unidades de ensino de 1º Grau.

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS: Princípio Comum.

QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: Habilitação específica, em curso superior de licenciatura de curta duração, mais um ano de estudos adicionais e dois anos de exercício do magistério.

RECRUTAMENTO: EXTERNO E INTERNO: Princípio Comum.

AVANÇOS: HORIZONTAIS E VERTICAIS: Princípio Comum.

LINHA DE ACESSO: Acesso às classes M-101, M-102, M-201, M-202, M-205 e M-211.

XIII – DENOMINAÇÃO: INSPETOR CLASSE “A”

CÓDIGO: M-213

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES: Atuar a nível de micro-educação, nas unidades escolares de 1º Grau, quer públicas quer particulares.

TAREFAS: Assessoramento técnico, a nível de micro-educação, no que se refere à inspeção escolar e à avaliação global das escolas, quer públicas quer particulares, em seus aspectos administrativos e pedagógicos, do ponto de vista legal, técnico e de sua adequação à realidade, em unidades de ensino de 1º Grau.

QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: Habilitação específica em curso superior, de licenciatura de curta duração, mais dois anos de magistério.

RECRUTAMENTO: EXTERNO E INTERNO: Princípio Comum.

AVANÇOS: HORIZONTAIS E VERTICAIS: Princípio Comum.

LINHA DE ACESSO: Acesso às classes M-101, M-102, M-103, M-201, M-202, M-203, M-205, M-206, M-208, M-209, M-211 e M-212.

ANEXO II
PLANO DE PAGAMENTO

Serviço: MAGISTÉRIO

GRUPO OCUPACIONAL M-100 - PESSOAL DOCENTE

CÓDIGO	SÉRIES DE CLASSES	NÍVEL
M-101	Professor Classe F	30
M-101	Professor Classe F	29
M-101	Professor Classe F	28
M-102	Professor Classe E	30
M-102	Professor Classe E	29
M-102	Professor Classe E	28
M-102	Professor Classe E	27
M-102	Professor Classe E	26
M-103	Professor Classe D	28
M-103	Professor Classe D	27
M-103	Professor Classe D	26
M-103	Professor Classe D	25
M-103	Professor Classe D	24
M-104	Professor Classe C	26
M-104	Professor Classe C	25
M-104	Professor Classe C	24
M-104	Professor Classe C	23
M-104	Professor Classe C	22
M-105	Professor Classe B	24
M-105	Professor Classe B	23
M-105	Professor Classe B	22
M-105	Professor Classe B	21
M-105	Professor Classe B	20
M-106	Professor Classe A	22
M-106	Professor Classe A	21
M-106	Professor Classe A	20
M-106	Professor Classe A	19
M-106	Professor Classe A	18

OBSERVAÇÕES:

1 - A carga horária básica dos integrantes do Grupo Ocupacional M-100, Pessoal Docente, que atuarem a nível de 1º Grau, será de vinte e duas horas semanais, com opção para ir a quarenta e quatro (44), em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, segundo as conveniências e as necessidades, a critério da administração central.

2 - A carga horária básica dos integrantes do Grupo Ocupacional M-100, Códigos M-101, M-102 e M-103, que atuarem a nível de 2º Grau, será de dezoito horas semanais, com opção para ir a trinta e seis (36), em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, segundo as conveniências e as necessidades da administração central.

3 - As cargas horárias semanais referidas nos itens anteriores, englobam, necessariamente, vinte e cinco por cento do tempo que terá o docente para planejamento, preparação de aulas, orientação educacional, recuperação e participação em órgãos-meio, órgãos-fins e órgãos cooperadores da Escola, nas seguintes proporções:

I - Para 22 horas - 17 horas de trabalho dentro de classe e cinco horas fora de classe;

II - Para 18 horas - 14 horas de trabalho dentro de classe e quatro fora dela.

4 - Após quarenta anos de idade e dez de efetiva docência, o professor poderá solicitar progressiva diminuição da carga horária efetiva, observados os seguintes critérios:

TEMPO DE DOCÊNCIA

1º GRAU

	EM CLASSE	FORA	TOTAL
até 10 anos	17	5	22
até 15 anos	16	6	22
até 20 anos	15	7	22
até 25 anos	14	8	22
até 30 anos	13	9	22

2º GRAU

	EM CLASSE	FORA	TOTAL
até 10 anos	14	4	18
até 15 anos	13	5	18
até 20 anos	12	6	18
até 25 anos	11	7	18
até 30 anos	10	8	18

GRUPO OCUPACIONAL M-200 - PESSOAL ESPECIALISTA

CÓDIGO	SÉRIES DE CLASSES	NÍVEL
M-201	Planejador	30
M-201	Planejador	29
M-201	Planejador	28
M-202	Diretor de 2º Grau	30
M-202	Diretor de 2º Grau	29
M-202	Diretor de 2º Grau	28
M-202	Diretor de 2º Grau	27
M-202	Diretor de 2º Grau	26
M-203	Diretor de 1º Grau B	28
M-203	Diretor de 1º Grau B	27
M-203	Diretor de 1º Grau B	26
M-203	Diretor de 1º Grau B	25
M-203	Diretor de 1º Grau B	24
M-204	Diretor de 1º Grau A	26
M-204	Diretor de 1º Grau A	25
M-204	Diretor de 1º Grau A	24
M-204	Diretor de 1º Grau A	23
M-204	Diretor de 1º Grau A	22
M-205	Orientador Educacional C	30
M-205	Orientador Educacional C	29
M-205	Orientador Educacional C	28
M-205	Orientador Educacional C	27
M-205	Orientador Educacional C	26
M-206	Orientador Educacional B	28
M-206	Orientador Educacional B	27
M-206	Orientador Educacional B	26
M-206	Orientador Educacional B	25
M-206	Orientador Educacional B	24
M-207	Orientador Educacional A	26
M-207	Orientador Educacional A	25
M-207	Orientador Educacional A	24
M-207	Orientador Educacional A	23
M-207	Orientador Educacional A	22
M-208	Supervisor C	30
M-208	Supervisor C	29
M-208	Supervisor C	28
M-208	Supervisor C	27
M-208	Supervisor C	26
M-209	Supervisor B	28

M-209	Supervisor B	27
M-209	Supervisor B	26
M-209	Supervisor B	25
M-209	Supervisor B	24
CÓDIGO	SÉRIE DE CLASSES	NÍVEL
M-210	Supervisor A	26
M-210	Supervisor A	25
M-210	Supervisor A	24
M-210	Supervisor A	23
M-210	Supervisor A	22
M-211	Inspetor C	30
M-211	Inspetor C	29
M-211	Inspetor C	28
M-211	Inspetor C	27
M-211	Inspetor C	26
M-212	Inspetor B	28
M-212	Inspetor B	27
M-212	Inspetor B	26
M-212	Inspetor B	25
M-212	Inspetor B	24
M-213	Inspetor A	26
M-213	Inspetor A	25
M-213	Inspetor A	24
M-213	Inspetor A	23
M-213	Inspetor A	22

OBSERVAÇÃO:

A carga horária de trabalho dos especialistas será, obrigatoriamente, de 22 (vinte e duas) horas semanais, podendo ser elevada a 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com remuneração dobrada, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, na forma da legislação em vigor.

ANEXO III**QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO****PARTE PERMANENTE****Serviço: MAGISTÉRIO****GRUPO OCUPACIONAL M-100 – PESSOAL DOCENTE**

CÓDIGO	SÉRIE DE CLASSES	NÍVEL
M-101	Professor de Classe F	30
M-101	Professor de Classe F	29
M-101	Professor de Classe F	28
M-102	Professor de Classe E	30
M-102	Professor de Classe E	29
M-102	Professor de Classe E	28
M-102	Professor de Classe E	27
M-102	Professor de Classe E	26
M-103	Professor de Classe D	28
M-103	Professor de Classe D	27
M-103	Professor de Classe D	26
M-103	Professor de Classe D	25
M-103	Professor de Classe D	24
M-104	Professor de Classe C	26
M-104	Professor de Classe C	25
M-104	Professor de Classe C	24
M-104	Professor de Classe C	23
M-104	Professor de Classe C	22
M-105	Professor de Classe B	24
M-105	Professor de Classe B	23
M-105	Professor de Classe B	22
M-105	Professor de Classe B	21

M-105	Professor de Classe B	20
M-106	Professor de Classe A	22
M-106	Professor de Classe A	21
M-106	Professor de Classe A	20
M-106	Professor de Classe A	19
M-106	Professor de Classe A	18

GRUPO OCUPACIONAL M-200 – PESSOAL ESPECIALISTA

CÓDIGO	SÉRIE DE CLASSES	NÍVEL
M-201	Planejador	30
M-201	Planejador	29
M-201	Planejador	28
M-202	Diretor de 2º Grau	30
M-202	Diretor de 2º Grau	29
M-202	Diretor de 2º Grau	28
M-202	Diretor de 2º Grau	27
M-202	Diretor de 2º Grau	26
M-203	Diretor de 1º Grau B	28
M-203	Diretor de 1º Grau B	27
M-203	Diretor de 1º Grau B	26
M-203	Diretor de 1º Grau B	25
M-203	Diretor de 1º Grau B	24
M-204	Diretor de 1º Grau A	26
M-204	Diretor de 1º Grau A	25
M-204	Diretor de 1º Grau A	24
M-204	Diretor de 1º Grau A	23
M-204	Diretor de 1º Grau A	22
M-205	Orientador Educacional C	30
M-205	Orientador Educacional C	29
M-205	Orientador Educacional C	28
M-205	Orientador Educacional C	27
M-205	Orientador Educacional C	26
M-206	Orientador Educacional B	28
M-206	Orientador Educacional B	27
M-206	Orientador Educacional B	26
M-206	Orientador Educacional B	25
M-206	Orientador Educacional B	24
M-207	Orientador Educacional A	26
M-207	Orientador Educacional A	25
M-207	Orientador Educacional A	24
M-207	Orientador Educacional A	23
M-207	Orientador Educacional A	22
M-208	Supervisor C	30
M-208	Supervisor C	29
M-208	Supervisor C	28
M-208	Supervisor C	27
M-208	Supervisor C	26
CÓDIGO	SÉRIE DE CLASSES	NÍVEL
M-209	Supervisor B	28
M-209	Supervisor B	27
M-209	Supervisor B	26
M-209	Supervisor B	25
M-209	Supervisor B	24
M-210	Supervisor A	26
M-210	Supervisor A	25
M-210	Supervisor A	24
M-210	Supervisor A	23
M-210	Supervisor A	22
M-211	Inspetor C	30

M-211	Inspetor C	29
M-211	Inspetor C	28
M-211	Inspetor C	27
M-211	Inspetor C	26
M-212	Inspetor B	28
M-212	Inspetor B	27
M-212	Inspetor B	26
M-212	Inspetor B	25
M-212	Inspetor B	24
M-213	Inspetor A	26
M-213	Inspetor A	25
M-213	Inspetor A	24
M-213	Inspetor A	23
M-213	Inspetor A	22

OBSERVAÇÃO:

Para a fixação do número de cargos em cada classe do Grupo Ocupacional M-100 e M-200 – PESSOAL DOCENTE E ESPECIALISTA deverão ser colhidos dados juntos ao Departamento de Ensino de 1º e 2º Graus da Secretaria de Educação (ex-Ensino Primário, Secundário, Normal e Comercial, Industrial e Agrícola) e regulamentados oportunamente pelo Poder Executivo.

ANEXO IV

QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO – Parte Transitória
(Cargos sujeitos à extinção, quando vagarem)
Serviço: MAGISTÉRIO

GRUPO OCUPACIONAL MT-300 – MAGISTÉRIO SUPERIOR

Códigos	Séries de Classes	Nível	Carga Horária
MT-301	Professor Titular	30	12 horas
MT-301	Professor Titular	29	12 horas
MT-301	Professor Titular	28	12 horas
MT-302	Professor do Ensino Superior	30	12 horas
MT-302	Professor do Ensino Superior	29	12 horas
MT-302	Professor do Ensino Superior	28	12 horas
MT-302	Professor do Ensino Superior	27	12 horas
MT-302	Professor do Ensino Superior	26	12 horas
MT-303	Assistente do Ensino Superior	30	12 horas
MT-303	Assistente do Ensino Superior	29	12 horas
MT-303	Assistente do Ensino Superior	28	12 horas
MT-303	Assistente do Ensino Superior	27	12 horas
MT-303	Assistente do Ensino Superior	26	12 horas
MT-304	Instrutor do Ensino Superior	29	12 horas
MT-304	Instrutor do Ensino Superior	28	12 horas
MT-304	Instrutor do Ensino Superior	27	12 horas
MT-304	Instrutor do Ensino Superior	26	12 horas
MT-304	Instrutor do Ensino Superior	25	12 horas

GRUPO OCUPACIONAL MT-400 – MAGISTÉRIO MÉDIO

Códigos	Séries de Classes	Nível	Carga Horária
MT-401	Professor do Ensino M. Licenc.	27	14 horas
MT-401	Professor do Ensino M. Licenc.	26	14 horas
MT-401	Professor do Ensino M. Licenc.	25	14 horas
MT-401	Professor do Ensino M. Licenc.	24	14 horas
MT-401	Professor do Ensino M. Licenc.	23	14 horas
MT-402	Professor do Ensino Médio	25	14 horas
MT-402	Professor do Ensino Médio	24	14 horas

MT-402	Professor do Ensino Médio	23	14 horas
MT-402	Professor do Ensino Médio	22	14 horas
MT-402	Professor do Ensino Médio	21	14 horas

GRUPO OCUPACIONAL MT-500 – MAGISTÉRIO PRIMÁRIO

MT-501	Professor do Ensino Primário Normal	20	22 horas
MT-501	Prof. do Ensino Prim. Normal	19	22 horas
MT-501	Prof. do Ensino Prim. Normal	18	22 horas
MT-501	Prof. do Ensino Prim. Normal	17	22 horas
MT-501	Prof. do Ensino Prim. Normal	16	22 horas
MT-502	Prof. do Ensino Prim. Regional	18	22 horas
MT-502	Prof. do Ensino Prim. Regional	17	22 horas
MT-502	Prof. do Ensino Prim. Regional	16	22 horas
MT-502	Prof. do Ensino Prim. Regional	15	22 horas
MT-502	Prof. do Ensino Prim. Regional	14	22 horas
MT-503	Professor do Ensino Primário	17	22 horas
MT-503	Professor do Ensino Primário	16	22 horas
MT-503	Professor do Ensino Primário	15	22 horas
MT-503	Professor do Ensino Primário	14	22 horas
MT-503	Professor do Ensino Primário	13	22 horas
MT-503	Professor do Ensino Primário	11	22 horas
MT-504	Professor do Ensino Primário Sem Habilitação	12	22 horas
MT-504	Professor do Ensino Primário Sem Habilitação	11	22 horas
MT-504	Professor do Ensino Primário Sem Habilitação	10	22 horas
MT-504	Professor do Ensino Primário Sem Habilitação	09	22 horas
MT-504	Professor do Ensino Primário Sem Habilitação	08	22 horas

GRUPO OCUPACIONAL MT-600 – MAGISTÉRIO TÉCNICO

MT-601	Técnico de Educação	30	22 horas
MT-601	Técnico de Educação	29	22 horas
MT-601	Técnico de Educação	28	22 horas
MT-601	Técnico de Educação	27	22 horas
MT-601	Técnico de Educação	26	22 horas
MT-602	Assistente de Educação	25	22 horas
MT-602	Assistente de Educação	24	22 horas
MT-602	Assistente de Educação	23	22 horas
MT-603	Orientador Educacional	27	22 horas
MT-603	Orientador Educacional	26	22 horas
MT-603	Orientador Educacional	25	22 horas
MT-603	Orientador Educacional	24	22 horas
MT-603	Orientador Educacional	23	22 horas
MT-604	Educador Sanitário	21	22 horas
MT-604	Educador Sanitário	20	22 horas
MT-604	Educador Sanitário	19	22 horas
MT-604	Educador Sanitário	18	22 horas
MT-604	Educador Sanitário	17	22 horas

ANEXO V

TABELA DE CRÉDITOS PARA PROMOÇÕES

- I – APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E CULTURAL
A – Curso de Aperfeiçoamento, Especialização, Treinamento ou Atualização relativa ao cargo ocupado pelo professor ou especialista de educação com aproveitamento.

DURAÇÃO	PONTOS
até 30 horas	5
até 50 horas	10
até 100 horas	25
até 200 horas	50
mais de 200 horas	70

B – Graduação em curso superior de qualquer natureza afora o de habilitação para acesso a outra série de classe.

..... 50

C – Pós-Graduação de licenciado em área relativa ao cargo ocupado pelo professor ou especialista de educação... 100

II – DEDICAÇÃO PROFISSIONAL

A – Para cada ano de serviço comprovado por frequência regular 10

B – Para cada ano de serviço em que tenha comparecido a pelo menos 90 por cento das atividades 5

III – PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES

A – A nível de órgão setorial de execução 10

B – A nível de administração superior 20

C – A nível de planejamento de educação 40

IV – EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ESPECIAL

A – Função gratificada - por ano ou fração superior a seis meses 20

B – Função especializada – idem 30

C – Cargo em comissão – Idem 40

V – PUBLICAÇÕES

A – Autoria de artigos relativos à área específica da atividade profissional do professor ou especialista de educação, publicadas em revistas científicas ou técnicas (por artigo, até o máximo de 20 pontos) 5

B – Idem, em jornal por artigo, até o máximo de 10 pontos por ano 1

C – Autoria de livro didático, com mínimo de 100 páginas 50

VI – DIVERSOS

A – Aprovação em concurso público para cargo dentro da carreira do magistério ou das especialistas de educação 10

B – Aprovação em outros concursos públicos 3

O número de pontos necessários para a passagem de um nível a outro da mesma série de classes obedecerá ao seguinte quadro:

- 1º estágio – inicial, pela habilitação legal;
- 2º estágio – 100 pontos, com interstício de 5 anos;
- 3º estágio – 200 pontos, com interstício de 5 anos;
- 4º estágio – 300 pontos, com interstício de 5 anos;
- 5º estágio – 400 pontos, com interstício de 5 anos.

Ao passar de uma classe para outra, em decorrência de melhorias de habilitação legal, o professor ou especialista de educação será conduzido ao mesmo estágio em que se encontrava na classe de que procede.

PROJETO DE LEI Nº 64/75

Art. 1º – Fica declarada de Utilidade Pública a “AÇÃO COMUNITÁRIA IRATIENSE, com sede em Irati.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1975.

a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública tem caráter puramente assistencial e seus objetivos são o de promover uma verdadeira integração comunitária através da coordenação, articulação e cooperação entre as entidades assistenciais do município de Irati.

Não tem fins lucrativos e sua diretoria não é remunerada, e a duração de sua existência preenche os requisitos legais.

A sua utilidade pública já foi reconhecida por lei municipal sendo portanto, justo que o poder público lhe outorgue esse reconhecimento também por lei estadual, a fim de que possa auferir dos benefícios legais decorrentes e melhor prosseguir em suas beneméritas atividades.

Esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares para esta iniciativa.

O SR. PRESIDENTE – Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Otássio Pereira, primeiro orador inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Dita-me a consciência o dever de veicular nesta Casa a incontida apreensão do povo do meu Estado, relativamente ao problema de paralisação das obras rodoviárias no Paraná. A solução de continuidade que caracteriza, atualmente, rodovias como a Santo Antonio da Platina – Ibaiti – Alto do Amparo, da rota transbrasiliana e da estrada Irati - Relógio, fomenta neste Estado, sérios problemas sociais, que nos parecem objetivos contrários aos propósitos do Governo Federal, quando diz que está voltado para o Homem e para a consolidação da Família e para o bem-estar da Sociedade.

para se ter uma idéia da gravidade do problema, basta dizer que somente na rodovia Irati - Relógio, aproximadamente 400 trabalhadores perderão o emprego, gerando um clima de intranquilidade e de muita dificuldade individual. Aí mesmo, uma das firmas empreiteiras, que assumiu compromissos da ordem de 800 mil cruzeiros com a compra de equipamento feita com vistas à construção da estrada, já descortina o caos.

E o que dizer dos prejuízos morais, sociais e políticos, e, acima de tudo, econômicos para a região?

Pior que isso, Srs. Deputados, é a eterna dependência do Estado. o Perene paternalismo que impede o Estado de estabelecer suas prioridades de obras, planejá-las e executadas, independente da vontade, da disposição e do interesse do Governo Federal.

Por que não estabelecemos nós mesmos as nossas prioridades rodoviárias e executar os projetos? Mesmo que incidentes nos planos federais? Façamo-las, porque a necessidade primeira é o atendimento à nossa economia é essencialmente primária, que muito depende das rodovias para consblidação e robustecimento. Construamos as rodovias que precisamos e, depois, numa etapa secundária, vamos discutir com o Governo Federal a disposição dos recursos e das verbas.

Falta-nos entanto, a coragem e o arejamento que tornaram independentes outros Estados, cujo exemplo maior é São Paulo.

Já é tempo de conscientizarmo-nos da nossa responsabilidade e do amadurecimento político que o Governo Federal deseja; que deixemos a política do “chapéu na mão”, do óbulo e da independência das decisões.

Muito esperamos do Paraná, Srs. Deputados, e por isso não nos conformamos com o estado de coisas que caracteriza a

nossa administração, preocupada apenas em conchavos, chá das cinco e reuniões de compadres.

Muito obrigado".

São essas as nossas palavras a respeito deste assunto. Outro assunto que nos traz à tribuna. Sr. Presidente, se nos permitir um minuto apenas, é o seguinte: o Deputado Federal Antonio Belinati, da bancada do MDB na Câmara Federal, proferiu importante discurso que originou vários apartes, condenando a divulgação de listas de pessoas que tiveram títulos apontados pelo Cartório de Protestos. Entende o parlamentar que essa medida "draconiana" não resolve o problema, gerando apenas complexos e situações vexatórias para as pessoas mais humildes. Acrescentou ainda o Deputado Belinati que essas pessoas devem, não pelo prazer de dever, mas face a circunstâncias as mais diversas, apontando as atuais dificuldades da vida como fator preponderante para tais ocorrências. Concluiu, pedindo à Procuradoria Geral da Justiça que proíba, definitivamente, a divulgação pela imprensa de editais de cartórios de protestos, evitando assim que os mais humildes, ~~devidores~~ pela contingência de um padrão de vida que cada vez mais os empobrece, não sejam aviltados em sua honra e amedrontados em sua segurança íntima, face ao processo violento e desmoralizante de divulgação que não se justifica e, ao final, que esta faceta do processo judiciário, imperante em todo o País, precisa ser eliminada, pois há outros meios capazes de prevenir terceiros, da situação irregular dos devedores.

Foram estas as palavras do Deputado Federal Antonio Belinati, da tribuna da Câmara Federal, defendendo estes humildes devedores que vêm seus nomes publicados na imprensa por não poderem atender a tais dificuldades ocorridas pela vida atual.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, segundo orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa publica hoje uma notícia oriunda de Washington, que nos causa impressão das mais negativas diante das injustificáveis e prepotentes afirmações e insinuações de um senador americano, a respeito do acordo que está para ser firmado entre o Brasil e a Alemanha Ocidental para fornecimento por esta de tecnologia nuclear.

Em manchete, o jornal "O Estado do Paraná" destaca: (Lê):

"O Senador democrata John Pastore, pediu ontem ao Presidente Ford e ao Secretário Henry Kissinger, que usem toda sua influência para impedir a venda ao Brasil de reatores nucleares, por parte da Alemanha Ocidental, alegando que isso viria a "acrescentar nova dimensão ao problema da proliferação de armas atômicas". E citou o caso da Índia, que chegou à bomba atômica. Pediu que a operação fosse sustada até que se firme um acordo que proíba o uso de reatores nucleares para produzir armamentos atômicos. Segundo o Senador, o Brasil tem evitado, até agora, assinar o tratado de não proliferação de armas nucleares e a compra revelaria uma segunda intenção. As declarações do Senador não ficaram somente nisso, partindo para acusações contra a Alemanha Ocidental.

Aos gritos, o Senador levantou hipótese de que o Brasil se transforme em outra Cuba, acusando a Alemanha de criar "um perigo atômico bem debaixo do ventre dos Estados Unidos" caso venha a fornecer tecnologia nuclear ao Brasil. "Este é um perigo em potencial que está sendo institucionalizado por um aliado em nosso próprio quintal", disse o Senador, cada vez mais exaltado e agressivo. Para ele, a Alemanha deveria realizar consultas com os Estados Unidos antes de concordar em fornecer ao Brasil "vários reatores nucleares de grande capacidade, uma usina de enriquecimento de urânio", com os quais o Governo Brasileiro pretende realizar "explosões atômicas pacíficas, a julgar por informe extra-oficial".

O que mais nos indigna, Sr. Presidente, é a infeliz expressão

do Senador John Pastore, situando o Brasil na categoria de "quintal do meu país". Engana-se o parlamentar. Nossa Pátria soberana e democrática, não é e nem será um quintal de nenhum outro Estado, seja ele qual for. Nosso povo é cordial e amigo, — mas não aceita imposições especialmente as que tenham por escopo diminuir a capacidade de decisão.

Se nosso governo em ato, no exercício dos sagrados direitos da soberania e paternidade política, conclue pela conveniência, adquirir reatores nucleares, foi porque existem suficientes razões para isso.

Seria melhor que o Senador John Pastore se preocupasse com os problemas do seu País, antes de opinar sobre o que deve ou não ser feito por outros povos independentes.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomo esta tribuna para apresentar um requerimento de solidariedade a um ex-integrante desta Casa, e que a imprensa nacional está a divulgar que está sendo ameaçado por sua atitude firme, decidida e patriótica na Presidência do CPI, que investiga atividades de empresas estrangeiras no País.

No "Estado de São Paulo", lemos o seguinte:

"Presidente da CPI que investiga influência do capital estrangeiro na economia nacional, Deputado Alencar Furtado, confirmou hoje, que está recebendo ameaças de graves acidentes de sua integridade física e de sua família, se continuar a orientar os trabalhos daquele órgão".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, há pouco, ouvimos o Sr. Deputado Ezequias Losso verberar, com justa razão, contra uma outra interferência neste País.

Diariamente jornais estão a publicar interferência de países estrangeiros em nosso querido Brasil. Este já é um País de muitos mártires. A CIA e suas congêneres fizeram já, neste País, mártires de sobre e é por isso que com a assinatura de outros Srs. Deputados, passaremos às mãos de V. Exa. o requerimento,

Sr. Presidente, parece-me que a solidariedade de parlamentares, independente de partido, neste momento é de suma importância, daí a razão deste requerimento.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho recebido insistentes apelos dos homens do Sudoeste do Paraná, para que interferisse junto ao Governo do Estado e à Café do Paraná, no sentido de que a região Sudoeste do Estado seja servida de sementes de trigo.

Durante a última visita do Ministro da Agricultura a este Estado, a imprensa retratou em manchete que aquela autoridade haveria dito que desejaria voltar ao Paraná quando o País fosse auto-suficiente em trigo.

Bem sabem os Srs. que a minha região, o Sudoeste do Estado, é produtor de trigo já há muito tempo.

E o que é mais grave, Sr. Presidente, como informou o Secretário de Agricultura, quando esteve presente a esta Casa, a Café do Paraná hoje, fornece semente de trigo, aos nossos agricultores, exigindo uma carta-compromisso, segundo a qual ela diz que não se responsabiliza pela qualidade das sementes.

Ora, não podemos conceber que o Governo procure estimular, criar, condições psicológicas para que os produtores plantem trigo, se falta semente. E quando ela é entregue ao agricultor, o Governo não se responsabiliza pela qualidade dessas sementes. O caso requer providências imediatas.

Todo o Sudoeste do Paraná, os agricultores, com a terra preparada, aguardam a semente para poderem plantar.

E, Srs. Deputados, para exemplificar, vou citar o caso do Sr. Tranquilo Flávio, de Chopinzinho, que tem telefonado insis-

temente, porque a Café do Paraná, e as Cooperativas de Pato Branco não têm sementes para serem entregues. E esse cidadão tem mais de 100 alqueires esperando a boa vontade das autoridades, para corresponder ao apelo do Governo, no sentido de se aumentar a produção tritícola do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se alguém não formar uma comissão no interior, para vir até o Palácio Iguaçu falar ao Sr. Governador, ao Sr. Secretário, nada será resolvido.

Estou endereçando um requerimento ao Sr. Governador do Estado, para a qual pediria apoio dos nobres colegas, para S. Exa., pessoalmente, tomar uma providência no sentido de solucionar esse problema das sementes do trigo.

Porque, como sabem todos os Srs. Deputados, o trigo é um dos cereais mais sensíveis quanto à época de plantio. E o resultado de uma colheita está iminentemente baseado na época oportuna do plantio. Passada a época oportuna, a cultura terá um fracasso total.

Medidas urgentes e imediatas devem ser tomadas, e se o Governo não tiver condições de atender os pedidos feitos, através da Café do Paraná, outras medidas devem ser tomadas. Porque, hoje, todo o Paraná está plantando trigo. Até o Norte está plantando trigo, como não fazia há muitos anos. Se o Estado não está preparado para atender à demanda de sementes de trigo, é necessário que se esclareça os agricultores, a fim de que possam aproveitar a terra para outras culturas, para outras lavouras.

O que não é possível, é deixar o agricultor à espera de sementes que o Estado não têm. Mas, o que não deve é a Café do Paraná, ao entregar sementes, exigir uma carta-compromisso, dizendo que não é responsável pela qualidade dessas sementes. Isso até é piada.

Então, estou enviando este requerimento ao Sr. Governador do Estado para que S. Exa., pessoalmente, interfira junto à Café do Paraná, para atendimento aos nossos triticultores, a fim de que o Estado do Paraná possa contribuir com parcela significativa, na auto-suficiência do trigo, nosso alimento base.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o teor do nosso requerimento é o seguinte: (LÊ).

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer se manifeste o plenário, para requerimento de imediatas medidas no sentido de ser oficiado ao Governo do Estado do Paraná, para que providenciem o fornecimento de sementes de trigo aos triticultores do Sudoeste paranaense, onde não mais existem, por se encontrarem aqueles agricultores com a terra já preparada para o plantio.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1975.

a) NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Ainda na última semana o Ministro da Agricultura, visitando Palotina, afirmou que, para lá voltar, deseja que sejamos auto-suficientes em trigo. Sentiu aquela autoridade que a nossa triticultura tem sido sensível aos apelos do Governo. Entretanto, a falta de sementes, como vem ocorrendo no Sudoeste do Estado, tem impossibilitado aquela região de uma produtividade mais significativa. Atualmente, apenas para citar um exemplo, no município de Chopinzinho, só um agricultor, Sr. Tranquilo Favero, esta com uma área de cultivo de mais de cem alqueires, totalmente preparada para o plantio, e não dispõe de sementes, pois estas não mais existem no Sudoeste do Paraná.

Urge, que medidas rápidas dêem o atendimento imediato aqueles agricultores, sob pena de não produzirem o esperado e como consequência sofram elevados prejuízos. Somente a interferência direta do Sr. Governador, determinando a Café do Paraná, a solução deste grave problema, permitiria que o plantio seja efetuado na época oportuna.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, quinto orador inscrito.

O SR. ENÉAS FARIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Devo, preliminarmente, atendendo a solicitação do eminente companheiro Fidelcino Tolentino, fazer com que a matéria tenha condições de tramitação ainda no dia de hoje, e, para tanto, passo à leitura da súmula do requerimento, de sua autoria, que requer concessão de auxílio financeiro à Faculdade de Educação Física, Ciências e Letras de Cascavel.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vou proceder contra meus hábitos, porque venho à tribuna para trazer, não sei bem se esclarecimento, não sei bem se um alerta, um protesto ou uma denúncia, e gostaria que isso ocorresse - se o fato for gerador de polêmica - em oportunidade que desse condições a que essa polêmica se estabelecesse. Parece-me que todos nesta Casa, sem distinção, porque a Casa se prepara para receber matéria que ontem aqui foi apresentada, parece-me que todos nesta Casa, sem exceção, e outros que aqui estiveram, sem exceção e sem filiação partidária, são distinguidos para receber, na verdade, o estigma da omissão da inoperância, da inépcia ou do distanciamento dos grandes problemas do Paraná, porque muito se falou, muito se tratou, porque em tantas vezes esse assunto ecoou no recinto deste plenário, matéria da mais alta envergadura para nosso Estado, questão que vem até mesmo agitando a mais operosa classe do funcionalismo público do Paraná e que não pode, até hoje, merecer o crivo da Assembléia Legislativa, não pode até esse instante sofrer um estudo desta Casa, não pode até hoje ver se equacionado o problema, mas, que, por enquanto, ao que parece, se descobriu o ovo de Colombo, de se enxovalhar a todos, rotulando-os como queiramos, porque nada dissemos, porque nos distanciamos e nos omitimos até que surja a solução.

Quero, Sr. Presidente, fazer uma referência e com ela depósito minhas homenagens ao ilustre Deputado Gabriel Sampaio, que se mostra deputado ativo e trabalhador e que dá mostras do zelo com que vem cuidando de seu mandato e representação popular que lhe foi outorgada, porque na verdade, temos testemunhado, não se ausentou da questão. Feitas essas referências, quero, então, data venia de outro entendimento, trazer o meu protesto, porque a matéria vindo à luz nesta Casa, consubstanciada pela apresentação do projeto de lei do Estatuto do Magistério nada mais faz do que ferir os brios dos Deputados com assento nesta Casa.

Sabemos que a matéria é flagrantemente inconstitucional, sabemos que a matéria é de iniciativa ilegal nesta Casa, sabemos que somos impotentes, pela Constituição, para ter a iniciativa deste assunto, sabemos que estamos manietados para trabalhar nesta questão e, lamentavelmente assim estamos, recebendo esta Constituição que é limitada, este carroteamento a que estamos sujeitos, recebendo o nosso protesto e a nossa luta contrária para que se devolva, para que se confira ao Legislativo as suas autênticas e verdadeiras prerrogativas.

Agora quero falar como homem de partido, e como homem de partido vou situar a questão no meu entender. Teve o Governo do Estado tantas e tantas oportunidades, tantas e tantas ocasiões para encaminhar uma solução, teve a ilustrada bancada da Arena quantas e quantas oportunidades para, também, fazê-lo e principalmente em outras épocas quando uma maioria esmagadora aqui ostentava.

O SR. PRESIDENTE - Lamento comunicar a V. Exa. que o tempo está esgotado e que concedo mais um minuto para que conclua o seu raciocínio.

O SR. ENÉAS FARIA - Entretanto, nem o Governo e nem o seu partido entenderam de resolver a questão. Bandeira de luta, com tanto sacrifício, defendida pela nossa agremiação, não poderíamos agora, se não falo pelo meu partido, falo por mim, assinar um atestado de incompetência, um atestado de omissão por não termos a iniciativa de propor tal projeto.

Sr. Presidente, aqui não estou a fazer referência direta ao

autor do projeto, mas me parece recebe bem o Governo essa iniciativa porque ela tem, fundamentalmente, o caráter e o objetivo de procrastinar a solução do problema. Estaremos com essa questão nas mãos mais alguns meses e até lá tudo ficará mudo e mais uma trégua se dará ao Governo para que, efetivamente, resolva a questão.

Lamento, Srs. Deputados, que curto tenha sido o tempo lamento que tenha falado no Pequeno Expediente e não possa me entender e dialogar com os eminentes companheiros a respeito do assunto.

Fica, entretanto, nos Anais, fica entretanto, nesta Casa, nosso protesto pela medida iminentemente inconstitucional e pelo objetivo senão é de S. Exa. parece ser do Governo, de procrastinar, de demorar e de tumultuar a questão.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, sexto orador inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Ocupo hoje esta tribuna a fim de poder registrar o melhor agradecimento de Londrina, um dos municípios que represento, ao ilustre Diretor Superintendente da FUNDEPAR, Professor Guilherme de Lacerda Braga Sobrinho.

Ocorre que depois de vários contactos com a FUNDEPAR e com a sua assessoria, podemos anunciar que até o início do mês de julho deverá ser iniciada em Londrina a construção tão reclamada do Grupo Escolar "Newton Guimarães".

Trata-se da construção de uma unidade de ensino de primeiro grau, com 12 salas de aula e 28 dependências em alvenaria, com uma área construída de quase 2 mil metros quadrados.

A previsão para o término da referida obra é para o mês de março do próximo ano, após o que o Grupo Escolar Newton Guimarães estará capacitado a matricular 960 alunos em dois turnos, atendendo dessa forma aos moradores da Vila Brasil e imediações.

Se críticas surgiram anteriormente pelas precárias condições do atual prédio de madeira utilizado pelo referido grupo escolar, é mais do que justo que agora se reconheça o trabalho desenvolvido pela FUNDEPAR, demonstrando que o Governo Jayme Canet Júnior preocupado pelo problema, tem buscado encontrar as soluções.

Ao lado dessa obra, a FUNDEPAR já se prepara para outras importantes realizações em Londrina, com a substituição das aulas de salas pré-fabricadas do IEL, com a construção da nova ala administrativa do Colégio Estadual Vicente Rijo.

Da mesma forma já estamos inteirados de várias outras providências do Governo, previstas para os próximos 60 dias, com um grande plano de reformas em estabelecimentos escolares, dos quais permitimos citar o Ginásio Estadual de Santo Inácio o Grupo Escolar Antônio Fernandes em Sertãozinho e o Grupo e o Grupo Escolar Dr. Vicente Machado na cidade de Castro, por estarem situados em municípios em que temos a honra de representar nesta Casa Legislativa.

Procura assim o Governo Canet Júnior, firmar o seu melhor reforma de aproximação entre povo e governo."

Porisso venho à tribuna, hoje, com esta notícia que entendo plenamente auspiciosa para Londrina e, com esta notícia que tenho convicção é altamente auspiciosa para tantos e tantos paranaenses que irão receber agora, dentro dos planos que estão chegando, as conclusões às reformas tão preconizadas e tão desejadas há mais de uma centena de estabelecimentos de ensino deste Estado do Paraná.

Era este, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o registro que pretendia fazer hoje, dentro do Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pela primeira vez ocupo esta tribuna trazendo um pronunciamento escrito. Assim eu procedo no Grande Expediente, por se tratar de matéria fundamentalmente de justiça e advindo do clamor de uma região inteira.

Acompanhando o processo desta caixa-de reclamações fundamentado com um abaixo-assinado de mais de 3.800 assinaturas cuja narrativa esta Casa terá conhecimento, de, mais um erro de planejamento nos governos que por este Estado passaram e da sustentação destes erros pelo atual Governo do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(LÊ): "O município de Curiuva, e principalmente o seu distrito denominado FIGUEIRA, não obstante ser um dos municípios mais ricos deste Estado, com produção econômica das mais diversas, entre elas, a usina da Copel "Termoelétrica", as imensas jazidas de minérios, as minas carboníferas, e o incomensurável potencial de Agricultura e Pecuária, está fadado, ao desígnio de interesses particulares, que representam incalculáveis prejuízos ao Estado, ferindo a sua economia de maneira afrontosa, e super incalculáveis prejuízos àquela comunidade, sem condições de reparos no futuro, se medidas urgentes não forem tomadas, para que se coíba em tempo, o abuso monstruoso que está ocorrendo com referência a estrada denominada CONGOINHAS FIGUEIRA, ou Rodovia CONGOINHAS CAMBUI, projetada em 1948, cuja rodovia seria o prolongamento da Estrada Cornélio Procópio a Congoinha e Figueira para dar segurança e economia de uma vasta e riquíssima região, que tanto tem sido prejudicada, por decênios e decênios na constância de sua existência.

Sobre o fato, recebemos abaixo assinado, contendo 3816 assinaturas, de moradores, proprietários, fazendeiros, sitiantes, mineiros, enfim 3816 pessoas, que amam aquela terra, que produzem constantemente através do trabalho desprendido expressiva e economia ao Estado do Paraná que, em cujo documento, expressam a sua apreensividade coletiva, visto o crime de planejamento que desviou a estrada projetada pelo Departamento de Estrada de Rodagem, no ano de 1948, quando estava à frente daquela pasta o eminente e saudoso homem público Cel. LUIZ CARLOS PEREIRA TOURINHO.

Datado do dia 2 de Maio próximo passado, consta de nosso arquivo, ofício apreensivo, assinado pelos Senhores JAIME MOREIRA RAMOS, GERALDO GARCIA MOLINA e NENZO JACOMINA DA GOUVEIA, daquela localidade, mais precisamente.

Já tivemos nesse período, inúmeras visitas das mais altas personalidades políticas deste Estado e do âmbito federal, todas elas indistintamente nos renovam esperanças sobre a possibilidade de vermos coroado de êxitos os nossos sonhos, os sonhos de ver esta rodovia rasgar o território de nossa comunidade, trazendo apoio às nossas economias que têm sido prejudicadas nas constância dos anos, com cada visita que recebemos, parecíamos recebermos, parecíamos receber um pouco mais de fé e de esperanças, em ver mesmo que tardiamente, realizado os nossos objetivos com referência à rodovia que muitos não tiveram tempo de esperar. Agora mais do que nunca, encontramos estremecidos, violentados e descrentes, com a política de planejamento do Governo, que a nosso ver, para satisfazer interesses particulares, mudam afrontosamente o traçado da rodovia, com prejuízos incomensuráveis para o Estado, aumentando o trajeto de 35 para 59 kms, para ligar a mesma com o mesmo município, ou seja, IBAITI, marginalizando FIGUEIRA e o município de CURIUVA, sem falar na vasta região que circunda esta localidade e que também permanece à espera dessa realização.

O paradoxo, a apoteose de um monólogo que parece mesmo monólogo, é que, enquanto o Governo Federal, propaga a necessidade de contenção de despesas, o Estado do Paraná, comete ao arrepio de qualquer sentido de planejamento, o aumento desnecessário de despesas e o crime do inaproveitamento das obras prioritárias, porém caríssimas. Nossa luta, Sr. Deputado, há de ser escudada por V. Exa. como porta-voz de nosso clamor

de justiça na Assembléia Legislativa do Estado, movimentando através de seus urgentes bons ofícios, junto aos órgãos competentes para que seja evitado o crime de ordem administrativa, que será concretizado, se medidas urgentes, urgentíssimas não forem tomadas, para o acordar das autoridades responsáveis pela construção da rodovia CONGOINHA-FIGUEIRA, fazendo com que se obedeça o traçado projetado há 27 anos por ser ele, o que mais oferece economia ao Estado, e o que realmente resolve o problema de uma região das mais ricas deste Paraná.

Temos a plena convicção, que V. Exa., tudo fará para nos ajudar nesta árdua batalha, os relatórios que anexamos, ilustram, justificam e revestem o nosso pedido de condições da mais alta e soberana justiça, não deixando motivos para qualquer contestação. Se for concretizado o malfadado desvio da referida estrada, ficaremos ilhados ao abandono, e o Estado do Paraná, incumbido de arcar com o incalculável prejuízo por aplicação de economia desnecessária.

Com as nossas efusivas manifestações de apreço e carinho, subscrevemos atentamente.

Jaime Moreira,

Geraldo Garcia Molina e Nenzo Jacomina de Gouveia".

Este, Srs. Deputados, é o primeiro capítulo de uma peça de manifestação de apreensividade de um povo ordeiro e trabalhador, e que procura defender os direitos de uma das regiões mais abandonadas, porém a mais produtiva do Paraná, uma região cuja riqueza econômica, supre qualquer expectativa, visto ser inúmeras as suas fontes, desde o minério régio ao carvão da hulha, sem contar com a magistral e produção agrícola e pastoril.

Para que esta Casa tenha conhecimento do potencial econômico do município de Curiuva, e principalmente da apreensão do Sr. Prefeito, retrospectarei, nesta oportunidade, ofício do mesmo, encaminhado no dia 28 de abril do corrente ano, ao Exmo. Sr. Diretor do DER, pelo qual expõe o seguinte: "1.º - Esta Prefeitura Municipal, em nossa pessoa, atendendo a apelo da população local e adjacente, vem pleitear junto a V. Exa. a ligação rodoviária entre os municípios de Congoinhas e de Curiuva (PR-160) mas de forma que o trecho de 35 quilômetros a ser reaberto e melhorado, seja entre aquele município e Lisímaco Costa, nosso distrito, já que desde o local para Ibaiti e a sede de nosso município, já existe rodovia do DER.

2.º - O interesse ora despertado, visa nossa comunicação com as importantes cidades de Jacarézinho, Cornélio Procopio, Londrina, etc.

O prefeito municipal de Curiuva encaminhou ao Secretário de Transporte do Paraná um retrospecto das riquezas econômicas e das condições de desenvolvimento daquele município.

(Lendo): "Senhor Presidente, Srs. Deputados: Por ser o prefeito de Curiuva pertencente ao Partido do Governo, porém sentindo que o problema do seu povo é seu problema, embora penitenciando-se, humilhando-se até, pelos termos de seu ofício, procura fazer crer,

ao Exmo. Sr. Secretário, Diretor do DER, que a revolta do povo daquela localidade, com referência à mudança dos destinos da estrada esperada desde 1948, fez com que, embora o Sr. Prefeito Municipal daquela localidade, tivesse que calar, visto o erro ser cometido afrontosamente pelo próprio Governo, através de seus organismos administrativos; não deixou o alcaide curiuvense, de embora em termos humildes e bastante penitenciadore, esclarece ao Diretor do DER em seu ofício de data de 28 de abril do corrente ano, que o ato malsinado, em mudar a posição traçada da referida estrada, é um fato prejudicial aos interesses comunitários daquela região, e acima de tudo, prejudicial ao próprio Estado, ao erário público do Paraná.

A Câmara Municipal, através de seu Presidente, Vereador NARCISO DA SILVA, também, enviou apelo ao Secretário de Transportes, através do Ofício 13/75, datado de 19 de maio de 1975, e que diz o seguinte:

A Câmara Municipal de Curiuva, Estado do Paraná, neste ato representada pelos seu Presidente FRANCISCO NARCISO DA SILVA, no desejo de vem servir aos seus municípios, vem expor-lhes para melhor conhecimento o que abaixo reiteramos.

1.º - Que em 1948, quando o diretor do DER, Cel. LUIZ CARLOS PEREIRA TOURINHO, fez incluir no Plano Rodoviário do Estado do Paraná, a ligação da PR-160, ligando Congoinhas ao município de Curiuva, PR-22, nas imediações do Distrito Figueira, em cujo trecho, poucos seriam as obras de arte a construir, somente as pontes sobre os ribeirões das pedras e veados sendo que, no último, já existe ponte de primeiríssima construída de cimento armado;

2.º - A esta altura, sentindo que o traçado está sendo desviado, por um grupo de interessados que vê e não sente o plano do Governo em conter despesas, tendo em vista que com a mudança do plano projetado, as despesas serão aumentadas em dobro, além de ficar esta região sem o benefício esperado, e que a esta altura acusamos que este traçado está sendo desviado por um grupo de interessados que não vêem a atual meta dos planos do Governo Central do setor econômico, tendo em vista que pelo nosso traçado o Governo Estadual terá que construir mais pontes, ou seja, sobre o rio Laranjinha, sabendo-se que com obediência ao projeto anterior, faz-se a economia deste dispêndio totalmente desnecessário, e considerando que a distancia diminui em muitos quilômetros, diminui assim o valor da aplicação de recursos e atendendo a região inteira, apelamos a V. Exa. como extrema medida de justiça a esta região e à própria economia do erário, que a referida estrada PR-22 seja construída na firma em que foi projetada.

Atenciosamente,

a) Francisco Narciso da Silva

- Presidente da Câmara Municipal.

Vejam os Srs. o civismo, a honradez e preocupação principalmente, com o desperdício do dinheiro público, manifestado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Curiuva, com referência a estrada denominada Congoinha Rio do Peixe, mas sendo do partido do Governo, deixa de transparecer em seu ofício, a preocupação de que o Governo está onerando violentamente o Estado, para beneficiar grupos e conseqüentemente prejudicando está o Governo, uma das mais ricas regiões do Paraná.

Segundo o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Curiuva, pelo que se observa no conteúdo de seu ofício, datado de 19 de maio último, a estrada mutada de seu projeto e de seu plano de construção, está na iminência de ser construída em linhas diferentes com aumento de custo, com prejuízo a uma região das mais ricas do Paraná, simplesmente para beneficiar algum grupo, ou empresa que, presume-se, encontra-se firmada e atuando na linha do novo plano de construção do trecho Congoinhas a Rio do Peixe.

Mas não é só, sr. Presidente e Srs. Deputados, veja o que diz o engenheiro Alexandre Mattar Sobrinho, coordenador do Sistema Copel na área de Figueira, em expediente encaminhado no dia 20 de maio ao Sr. Secretário de Estado dos negócios dos Transportes:

"Eu, Alexandre Mattar Sobrinho, Engenheiro Coordenador do Sistema COPEL nesta área de Figueira, representando os funcionários desta empresa, e demias residentes neste Distrito, venho mui respeitosamente expor e pleitear o seguinte:

a) - por intermédio de jornais, rádios e comentários, ficamos informados de que a rodovia PR-160, ligando Congoinhas ao Município de Curiuva na PR-22, passando por este Distrito de Figueira, foi mudado seu traçado para a cidade de Ibaiti;

b) - se realmente ocorrer esta mudança, o município de Curiuva será prejudicado, uma vez que nossas rodovias de acesso a outros municípios, são precárias. A cidade mais próxima é Ibaiti, mas o movimento maior de veículos demandam entre

Figueira-Curiuva-Telêmaco Borba, no transporte de carvão das carboníferas às indústrias Klabin do Pr. e Celulose, considerando ainda, o transporte de madeiras do município para aquela Indústria, fator importante na conjuntura econômica do Estado;

c) - a esperança dos habitantes de Figueira, Curiuva e Distritos circunvizinhos, é a passagem desta estrada neste município, beneficiando-nos com uma rodovia asfaltada, o que acreditamos tornar-se difícil se o traçado for mudado;

d) - não estamos querendo menosprezar outros interesses, apenas achamos que o município de Curiuva vem despertando interesses de elevada importância ao Estado, pelos seus recursos minerais, sente-se no direito de pleitear melhorias para maior aproveitamento destes recursos.

Sentindo de perto o progresso que se avizinha a passos largos, achamos por bem dirigirmos esta Carta a V. Exa., pois estamos certos de que não deixará de atender nossas justas reivindicações, diante do alto espírito de compreensão que sempre V. Exa. norteou, em benefício da causa comum e da coletividade, sempre com justiça.

Vejamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que diz a Sra. LUIZA DA SILVA TRAVENSOLI, fazendeira daquela localidade, em expediente encaminhado ao Sr. Secretário do Estado dos Negócios dos Transportes, e com referência à mudança da PR-22:

"Fazemos apelo a V. Exa. para os problemas viários que afligem nossa região.

Estamos situados no distrito de Figueira, município de Curiuva e até hoje estamos lutando com a falta de estradas que permitem circulação de veículos em condições de atender às necessidades crescentes da produção de carvão, gado, cereais, madeiras e produtos agrícolas desta região que tem crescido nos últimos anos de forma a exigir dotação de meios para prosseguimento de sua expansão que acompanha o surto de desenvolvimento do Estado do Paraná.

Nosso Distrito, tem apenas uma estrada de rodagem, a PR-22, que no trecho Ibaí-Figueira se beneficiou recentemente com revestimento de pedras. Entretanto, no trecho Figueira-Curiuva ou seja do Distrito da sede do município, o revestimento é antigo e tem exigido reparos constantes do DER, o que não resolve o problema de forma satisfatória e duradoura.

As demais estradas existentes são mais caminhos que estradas propriamente, pois são estreitas sem revestimento e sem conservação. Como é óbvio quando chove, o tráfego de veículos por esses caminhos torna-se impossível, isolando nossa localidade das cidades circunvizinhas, sem condições até de assistência médica de emergência.

As estradas de rodagem, são a base de sustentação para que a região possa atingir sua meta de progresso e desenvolvimento.

Há um plano já antigo, permitindo a ligação de Congoinhas - Figueira, numa extensão de 35 quilômetros.

Este município, carente de estradas vicinais, teria não só a ligação inter-municipal beneficiada por esta estrada para escoamento de sua produção, bem como acesso a outros centros importantes do Paraná.

Face ao exposto, aguardamos através de V. alto espírito de compreensão, que a PR-160 seja prolongada até Figueira, já no início da vigência da profícua administração à frente da Secretaria dos Transportes, que temos certeza V. Exa. a exercerá para glória de todos os paranaenses".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, É a súplica de toda uma população apreensiva com os acontecimentos, segundo afirmam as 3.816 assinaturas que compõem o abaixo-assinado a mim encaminhado, que caracterizam, acima de tudo, injustiças a uma população inteira.

Mas verificamos, quando lá estivemos, que a manutenção do plano de construção da PR-22, parece caracterizadamente que foi formalizado, simplesmente para atender os interesses de um grupo econômico que se firmou entre aquela localidade e

Ibaí, grupo econômico de envergadura Bamerindus do Brasil, onde se instalou ali uma empresa florestal e está caracterizadamente a parecer que o Governo embora sabendo, através da Secretaria dos Transportes, que a mudança do traçado dessa rodovia estará custando ao erário público do Paraná soma astronômica, além da prevista no lançamento do projeto de planejamento, resolveu o Governo transferir esse planejamento para uma rota totalmente diferente com o dispêndio de um capital econômico extraordinário. Desta maneira, deixou a região rica, a região poderosa, a região de economia florescente, a região que abastece o celeiro do Paraná, que dá renda extraordinária ao próprio Estado, abandonado, ilhado, matando a esperança de um povo que há 27 anos espera a passagem daquela estrada. São atos de injustiça do Governo.

Como medida inicial de defesa dos direitos daquele povo, darei entrada, nesta oportunidade, de um requerimento pedindo que se dirija ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios dos Transportes, do seguinte requerimento. (Lê):

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhe são conferidos por lei e tendo em vista abaixo assinado subscrito por 3816 pessoas, residentes e domiciliados no município de Curiuva, além de expedientes diversos constantes da justificativa, requer:

a) - Se oficie com urgência aos Exmos. Srs. Governador do Estado e Secretário de Estado dos Negócios dos Transportes, solicitando medidas no sentido de que a Estrada Congoinha-Rio do Peixe, seja construída na forma como inicialmente foi projetada, ou seja, com passagem pelo distrito de Figueira, município de Curiuva;

b) - que se forneça a este Deputado, o histórico e projeto de construção elaborado segundo os suplicantes em 1948, referente a Rodovia Congoinha-Rio do peixe, PR-22.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1975.

a) LÚCIO MACHADO".

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Avolumam-se as queixas do povo, naturalmente, nos quatro cantos deste País. O povo tem como seus parlamentares os parlamentares das três ordens. Sentimos como parlamentar junto ao Governo do Estado que aqui estamos sem condições para chegarmos a fazer com que o Governador entenda que as queixas e reclamações do povo são a mais alta expressão de direito e tem que ser atendidas pela mais alta expressão do Governo.

Estamos iniciando a defesa dos interesses de quase 4 mil pessoas e aqui entregamos à Mesa, neste oportunidade, o nosso primeiro expediente e esperamos que S. Exa. o Sr. Governador do Estado, que S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes do Paraná entendam que a necessária uma medida urgente, urgentíssima seja tomada para que não se desvie o reto objetivo daquela estrada e que o povo de Curiuva, subscritores deste abaixo-assinado, a população daquele Distrito ordeiro veja, acima de tudo, no Sr. Jayme Canet Júnior, atual Governador do Estado, homem de justiça, veja ele a expressão da mais alta justiça, atendendo a esta gente, porque a esperança já vai há quase 30 anos.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Sr. Deputado Edilson Alencar, inscrito.

O SR. EDILSON ALENCAR - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pretendia comparecer hoje a esta tribuna nesta tarde, se assim faço é porque o próprio Governo do Paraná assim diz, assim o quer. Constangido compareço à tribuna. Não queria estar aqui hoje, mormente para denunciar arbitrariedades policiais, falar de polícia nesta Casa quando outros pronunciamentos na região do Piquiri esperam de nós e como prova, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que aqui não queria estar sem antes dirigir-me

à Secretaria de Segurança Pública de nosso Estado ao Diretor da Polícia Civil, levando ao conhecimento daquelas autoridades as arbitrariedades, as violências, ou desrespeito à lei, praticadas contra a ordem laboriosa de Assis Chateaubriand. O Governo passado, Sr. Presidente, muito se preocupou em reaparelhar a Polícia Civil e Militar do Paraná dando a ela modernas e novas viaturas e melhorando o sistema de radiofonia recrutando mais pessoal, muito fez para que ela combatesse o crime, as desordens, e pudessem com mais condições, punir os infratores mas o Governo passado de nosso Estado, esqueceu do principal, do essencial, do fundamental, esqueceu-se S. Exa. do exame moral da corporação policial do Paraná. Para isto estirpa os tumores, estirpe-se o câncer do abuso da autoridade. Não queria aqui comparecer, mas aqui estou para denunciar o delegado de polícia, o arbitrário e violento Argeu Valério Saraiva, da comarca de Assis Chateaubriand, uma das mais ricas, mais prósperas e possuidoras das terras mais férteis deste Estado, e desta Pátria. O arbitrário Argeu Valério Saraiva lá está a espancar trabalhadores, a atirar em advogados em praça pública, atentando contra sua integridade física e moral, lá está Argeu Valério Saraiva, delegado já conhecido neste Estado como realmente é, delegado arbitrário, violento, delegado acostumado a bater até em mulheres. E temos prova aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, delegado que, onde chega, a sua nova ordem procura impor espancando, extorquindo, atentando contra a integridade de uma população de mais de 100.000 habitantes.

Temos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em mãos, documentos que provam e comprovam a nossa acertiva. Não vim aqui mentir a ninguém, vim aqui trazer a verdade, trazer documentos, pedir providências. Aqui estamos em nome do povo de Assis Chateaubriand que está intranquilo, que está temeroso com o comportamento violento, desrespeitoso, desumano e cruel do delegado de polícia de Assis Chateaubriand.

Tenho aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma declaração com firma reconhecida de Antonio Antonello, um dos mais fortes comerciantes do Patrimônio J.S. de Assis Chateaubriand que fora preso, espancado por policiais, com a aquiescência do Delegado Argeu Valério Saraiva. Fora preso e indiciado em processo criminal.

O inquérito policial teve início mas, no momento em que, coagido e ameaçado, deram ao delegado de polícia 2 mil e quinhentos cruzeiros, acabou-se o processo, rasgou-se o inquérito. Mas o delegado de polícia foi, infelizmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, depois do acerto, devolver ao interrogado vítima, o seu depoimento prestado na delegacia, com a prova flagrante de um crime praticado pelo delegado, desrespeitando o artigo 158 do Código Penal Brasileiro, crime de extorsão.

Aqui está o documento, aqui está a declaração.

Outro caso é do Sr. Francisco Soares de Paula trabalhador há muitos anos na comarca de Assis Chateaubriand, por diversas vezes fora preso injustamente, sem preenchimento das formalidades legais.

E ele declara nesta certidão, que lá se encontrava no foro da comarca de Assis Chateaubriand, sem a denúncia da promotora pública.

O outro caso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a invasão, do estabelecimento comercial de uma farmácia no distrito denominado Encantado do Oeste, quando um delegado de polícia fugindo das suas prerrogativas, adentrou na farmácia de Fabiano Abelino Jr, rasgando bruscamente e tirando da parede, este documento, este alvará do Conselho Federal de Farmácia, adentrando ilegalmente aquele estabelecimento, ferindo dispositivos também legais. Outro caso, Sr. Presidente, Sr. Deputados, foi o espancamento pelo delegado de polícia, do cidadão Sebastião Carlos, vítima da brutalidade policial do delegado de polícia Mariano Saraiva. E aqui está o relato dos fatos contados por ele, com firma reconhecida por elementos que foram espancados na estrada, tomado que foi o seu caminhão, esta família e seus filhos,

ficaram à mercê de "Deus dará" na estrada que liga Assis Chateaubriand à Bragantina. Mas, o mais grave, foi o atentado à integridade física e moral e um dos mais brilhantes advogados, militantes daquela terra, Dr. Demerval Viana, que fora em praça pública ferido, na sua parte mais sagrada. Advogado que fora ferido em praça pública, pelo delegado de polícia, quando simplesmente, o advogado, em defesa dos interesses de presos, arbitrários do delegado, foi lhe negado informações pessoais sobre a prisão desumana e sobre o espancamento. E em contrapartida, o advogado de Assis Chateaubriand disse ao delegado de polícia – Se o Sr. não tem nenhuma satisfação a dar impetrarei neste instante habeas corpus perante o merentíssimo Juiz da Comarca. Dito isto foi alvejado na face, e atirado pelo delegado de polícia, e a imprensa divulgou o fato. Os advogados de Assis Chateaubriand reuniram e encaminharam à Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, pedindo providências que até hoje não foram tomadas. O governo não ouviu o deputado que não quer vir aqui comparecer, e foi dialogar com as autoridades, não foi ouvido, não foi escutado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Edilson Alencar, V. Exa. vem trazendo a esta Casa Legislativa a elucidação de graves problemas que estão sendo levados a efeito por autoridades pertencentes a uma secretaria de Estado e, por conseguinte responsáveis pela segurança da população paranaense, e em particular, da população que V. Exa. bem representa nesta Casa de Leis.

Este delegado de Assis Chateaubriand, é conhecido também dos nossos debates forenses e nas lides profissionais do Oeste do Paraná, mais especificamente em Foz do Iguaçu e em Medianeira. Realmente, V. Exa. apenas confirma o abuso inveterado do poder, contumaz naquela pessoa, que tem até prevaricado no exercício de suas funções e que procura desenvolver seus atos de polícia a "matus militaris". Tomei conhecimento não só pela imprensa deste fato de agressão física e de agressão moral a um advogado daquela comarca. Realmente, Deputado Edilson Alencar, a agressão física, em condições diversas já é um atentado não só à integridade física, mas sobretudo à integridade moral, patrimônio alto da pessoa humana.

E mais, V. Exa. vem dizer que ele, portando arma de fogo, veio a desferir tiros num advogado no exercício de sua profissão, em defesa de interesses de seu cliente.

Realmente esta casa de leis deve estar constrangida por mais um ato de injustiça e de abuso de poder, que não é senão o reflexo das arbitrariedades que levam a efeito os subalternos dos Governos de exceção.

Tive conhecimento de outros casos, não na mesma pessoa. Recentemente, caro Deputado Edilson Alencar, na localidade de Itacorá, vizinha de Foz do Iguaçu, o delegado ou sub-delegado de Missal andou ali se infiltrando, embora a jurisdição daquela localidade pertencesse a outra delegacia e durante uma festa de família, quando se batizava uma criança de poucos meses foram desferidos tiros de metralhadora e de outras armas pelo delegado ou sub-delegado, acompanhado de 3 cidadãos. Mais de dezesseis crianças que se encontravam para comemorar o batizado, só não foram feridas porque as balas foram desfechadas numa altura superior.

No entanto, duas pessoas ficaram feridas e uma sucumbiu ali mesmo. Esses policiais atiraram aquele corpo humano numa camioneta e levaram para a sede da delegacia. Lá, na delegacia de Foz do Iguaçu, vieram com a deslavada mentira de que teria sido uma contenda entre eles, quase todos familiares.

O caso estava encoberto até agora e não se ouviu falar senão no pobre advogado que talvez em circunstâncias menos desastrosas do que esta, nos levou o conhecimento.

Ali também parece que a arbitrariedade da polícia é um denominador comum.

Já muitos apelos se fizeram nesta Assembléia em casos

idênticos no Sudoeste do Paraná e até agora vemos que a atitude de fazer uma determinada limpeza naquela ação policial, botou termos nos pareceres do Sudoeste. Mas, no Oeste do Paraná, a arbitrariedade vem por vias indiretas, através de delegados de polícia, através de homens que não têm capacidade moral para arcar com um cargo desses, que há de refletir com um mínimo índice de cultura, para que possa se estabelecer uma responsabilidade à cidadania das pessoas. Principalmente, quando se trata de pessoas humildes, com capacidade mínima de entendimento.

Ai está nosso apelo incorporado a esse seu pronunciamento, porque não podemos entender que, no Brasil, ainda existem atos de arbitrariedades, mas nenhuma autoridade superior ainda tomou providências. Será que é preciso que se institua uma comissão de inquérito, para se apurar fatos como esse que V. Exa. está denunciando, e para que o Estado do Paraná não continue sofrendo constrangimento ilegal, através de seus cidadãos e todos os concidadãos que aqui residem.

Sr. Deputado Edilson Alencar, nossas congratulações, nosso apoio, e profundo respeito a V. Exa. por ter trazido, ao conhecimento desta Assembleia, fato tão grave, e tão necessário para que os órgãos superiores governamentais, tomem maiores providências, sem procrastinação, sem maiores delongas.

Muito obrigado.

O SR. EDILSON ALENCAR. —

Agradeço sensibilizado, o aparte de V. Exa. que veio ajudar este Deputado em suas exposições.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado, a denúncia que V. Exa. faz da tribuna é estarrecedor e ainda afirmativo de que o apoio do Governo está configurado a esses delegados de polícia, a essa preocupação, sem dúvida, é a preocupação do Paraná.

Tenho a impressão, pelo que tenho visto, e pelas denúncias que tenho recebido, contra delegados de polícia, nestes três anos de exercício de mandato parlamentar, é que há necessidade de reformulação total na estrutura de delegados de polícia deste Estado.

Acho mesmo que nenhum delegado de polícia devia ser nomeado sem antes fazer exame psicotécnico. Porque, o que temos vistos, pelos fatos que nos têm chegado às mãos, é estarrecedor, é o retrato da narrativa de V. Exa. Delegados como esse que V. Exa. denuncia, não deveriam estar dirigindo uma delegacia de polícia, mas, sim, estar, há muito tempo, na cadeia, para o bem estar da coletividade.

Há poucos dias, na minha cidade, quando eu estava num bar central, ouvi estampidos de arma de fogo, quando o bar estava lotado de fregueses. Então, perguntei ao proprietário do bar, quem procedia daquela forma, e ele me respondeu que era o filho de um médico da cidade que costumava vir à portado bar e ali detonar sua arma, tantas quantas vezes queria. E eu perguntei, "mas nunca levaram esse fato ao conhecimento da polícia"? Disse o proprietário que estava cansado de telefonar à delegacia de polícia e que nunca foi atendido e o rapaz continua lá, armado, dando tiros com sua garrucha. Mas na delegacia, todos os dias a cadeia está lotada, cheia de mendigos, de gente que toma uma pinguinha. A denúncia de V. Exa. é válida, e esperamos que a Secretaria de Segurança Pública constitua delegados de polícia capazes de saber respeitar a propriedade e ter coragem para, acima de tudo, coibir abusos, venham eles de onde vierem. Parabéns, nobre Deputado, denúncias como essa que V. Exa. faz, são necessárias nesta Casa, para que o Paraná possa viver uma época de sossego e tranquilidade e, acima de tudo, de respeito à pessoa humana.

O SR. PRESIDENTE — Comunico a V. Exa. que o tempo está esgotado e concedo mais 5 minutos para concluir sua oração.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço o aparte do valoroso

Deputado Lúcio Machado que veio ilustrar nosso pronunciamento. Mas, Sr. Presidente, a firma do delegado atual de Assis Chateaubriand é por demais conhecida no Paraná. Tenho em mãos um documento sobre arbitrariedades por ele praticada em outros pontos de nosso Estado. Em Rolândia espancou brutalmente a Senhora Terezinha Neves, que foi violentada pelo Delegado. Está aqui o documento. Em Arapongas o Delegado espancou uma estudante. Aqui está o documento. E outros documentos possuo, que bem atestam, que bem provam a violência de que é imbuído o delegado de polícia de Assis Chateaubriand.

Mas, Sr. Presidente, tenho em mãos o jornal "Folha de Londrina", , , do dia 3 de junho . . .

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O SR. EDILSON ALENCAR — Infelizmente a Presidência já me alertou que só tenho 6 minutos para terminar meu discurso, mas assim mesmo vou permitir o aparte, apenas solicitando que V. Exa. seja breve.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço a atenção de V. Exa., e simplesmente quero dizer que a denúncia que V. Exa. faz neste momento é muito grave. De maneira alguma receberão os atos praticados por esse delegado que V. Exa. denuncia neste momento, o apoio de S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança Pública, e o encaminhamento dessa denúncia que V. Exa. faz, receberá nosso apoio, para ser averiguada e tomadas as providências. Denúncias como essa, são muito sérias e graves e não podemos ficar omissos. Elas terão pronto atendimento, para podermos oferecer tranquilidade, como merece, o povo de Assis Chateaubriand. Esteja V. Exa. certo de que o esclarecimento será feito o mais rápido possível, para ser solucionado esse pedido que V. Exa. faz.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço imensamente o aparte uma vez que, nesta hora, representa a liderança do Governo nesta Casa. Este deputado vai deixar a tribuna, dentro de poucos momentos, com a certeza e com a esperança de que V. Exa. irá, realmente, tomar as providências urgentes e imediatas para o afastamento incontinenti daquele delegado que é "persona não grata" em Assis Chateaubriand.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito me entristeceu ler na "Folha de Londrina" que possivelmente o futuro delegado de Assis Chateaubriand será o carcereiro arbitrário de Londrina, Arthur de Oliveira. Assis Chateaubriand, de Londrina, Arthur de Oliveira. Assis Chateaubriand não é lata de lixo para receber resto de polícia, policial desumano, desonesto e arbitrário como o carcereiro Arthur responsável pelo clima de intranquilidade havido, há poucos dias, na grande comarca de Londrina. Não acredita que Assis Chateaubriand possa ser vítima desta traição àquele povo, aquele povo que possui em seu seio mais de vinte advogados, dezenas e dezenas de médicos, universitários, acadêmicos e que está a exigir que o Governo faça a indicação de um bacharel para representar a polícia naquela terra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como já disse no início não queria aqui estar, não queria a tribuna para falar deste assunto mas a população exigiu, Assis Chateaubriand me convocou para este ato desta tarde, vim aqui outorgado pela população de Assis Chateaubriand que está esmagada e ameaçada, que está atemorizada, que está intranquila. E os responsáveis pela intranquilidade pelos desentendimentos, pelas violências e a própria polícia do Paraná, justamente aquela a quem cabe zelar pela paz e pela tranquilidade social.

Encaminho, nesta oportunidade, requerimento ao Governo do Estado do Paraná, pedindo urgentíssimas providências para que se acabe com as arbitrariedades policiais, para que se afaste vezes por todas não somente de Assis Chateaubriand, mas das hostes policiais Argeu Saraiva para o bem e para a felicidade não só de minha comarca, mas do Estado do Paraná.

Pretendo ser feliz no meu requerimento, como feliz foi o nobre Deputado da Arena, Werner Wanderer, pedindo providências ao Governo contra as arbitrariedades praticadas em Marechal Cândido Rondon, pelo Comandante da 4ª Cia. Policial.

Espero, sendo mesmo do partido da Oposição, receber a mesma acolhida que teve o nobre Deputado Werner Wanderer.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, devidamente apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei N. 209/73, de autoria do Dep. Mauricio Fruet, que isenta da Contribuição mensal devida ao Instituto de Previdência do Estado, servidores públicos inativos, civis, militares e autárquicos, assegurando-se-lhe os benefícios previdenciários e assistenciais.

Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. – Aprovado.

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei N. 06/75, de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, que declara de Utilidade Pública o Centro Social São João Batista, com sede e foro na cidade de Bocaiuva do Sul.

Parecer favorável da C.C.J. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei N. 13/75, de autoria do Sr. Dep. Luiz Gabriel Sampaio, que declara de Utilidade Pública o Instituto Educacional e de Assistência Social “Luz e Amor”, com sede na cidade de Maringá.

Parecer favorável da C.C.J. - Aprovado.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução N. 41/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição N. 54/75, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com o Município de Cianorte, objetivando construção de um prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública no referido Município.

Parecer favorável da C.C.J. – Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução N. 42/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição N. 55/75, que aprova os Termos de Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Saúde Pública e de Viação e Obras Públicas e os Municípios de Assaí, Mandaguçu e Chopinzinho, objetivando construção de prédios destinados à Unidades Sanitárias das sedes dos referidos Municípios.

Parecer favorável da C.C.J. – Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei N. 16/75, de autoria do Dep. Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Telêmaco Borba, imóvel, onde funciona o Grupo Escolar Leopoldo Mercer.

Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com SUBSTITUTO.

Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 017/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. I – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Telêmaco Borba o imóvel onde funciona, atualmente, o Grupo Escolar Leopoldo Mercer.

PARÁGRAFO ÚNICO – A presente doação somente se concretizará após a conclusão das obras do novo prédio destinado ao referido Grupo Escolar.

Art. II - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1975.

a) Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEES.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 17/75

Pelo presente Projeto de Lei, visa o nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes a autorizar o Poder Executivo a doar, ao Município de Telêmaco Borba, o imóvel onde funciona, atualmente, o Grupo Escolar “Leopoldo Mercer.”

O Projeto em tela não fere qualquer dispositivo constitucional e as razões apresentadas, através da justificativa que o acompanha, nos convencem da sua oportunidade. Porém, visando o cuidado e o zelo no trato dos bens integrantes do patrimônio público, no nosso entender tal doação deverá ser efetivada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, mesmo que o imóvel permaneça integrando o patrimônio público na esfera municipal.

Isto exposto, e visando salvaguardar o patrimônio estadual, apresentamos o Substituto Geral anexo ao presente.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei n. 17/75, através do Substituto Geral, que apresentamos.

Sala das Comissões, em de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO – Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N. 17/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Telêmaco Borba, o imóvel onde funciona, atualmente, na sede municipal, o Grupo Escolar Leopoldo Mercer.

Parágrafo Único – A presente doação somente se concretizará após a conclusão das obras do novo prédio destinado ao referido Grupo Escolar.

Art. 2º – O imóvel doado, através desta Lei, ficará sob o regime de inalienabilidade e impenhorabilidade a qualquer título, revertendo o patrimônio ao doador em caso de infração do aqui estabelecido.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO – Presidnete

WALDENÍCIO BARBALHO – Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 17/75

O Projeto de Lei N. 17/75, de autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Telêmaco Borba, o imóvel que especifica.

Sobre a matéria, já houve o pronunciamento da dought

Comissão de Constituição e Justiça, que opinou favoravelmente ao mesmo, na forma do Substitutivo anexo.

Embora a matéria não tenha vínculo com esta Comissão, à qual, segundo o Art. 52, do R.Egimento Interno, compete opinar sobre os assuntos concernentes à Instrução Pública e à educação e a cultura, o nosso parecer é favorável, na forma do Substitutivo apresentado pela C.C.J.

Sala das Comissões, em de abril de 1975.

aa) ROSÁRIO PITELLI – Presidente
JURANDIR MESSIAS – Relator.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei N. 19/75, de autoria do Sr. Dep. Otássio Pereira, que autoriza o Poder Executivo criar na cidade de Ortigueira um Curso de Segundo Grau. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.I.P. – Rejeitado.

PROJETO DE LEI N. 19/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a criar na cidade de Ortigueira um curso de 2º Grau, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ortigueira, que se vem notabilizando por um progresso constante, tanto no setor populacional como também econômico, se ressentia da falta de um estabelecimento de ensino à altura daquele progressista Município.

Por outro lado, enquanto isso ocorre, uma geração inteira de jovens daquela região tem que se deslocar aos grandes centros em busca desse aprimoramento.

Assim apresentamos o presente projeto de Lei à consideração dos nobres Pares, esperando que se lhe dê o devido apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 19/75

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Otássio Pereira, visa autorizar o Poder Executivo a criar, na cidade de Ortigueira, um Curso de segundo grau para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Em que pese a louvável iniciativa do ilustre autor deste plano de lei, é o mesmo flagrantemente inconstitucional, pois fere o art. 35 da Constituição do Paraná, que diz o seguinte: "É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção, auxílio, ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública."

Nestas condições, nosso parecer é contrário, pela rejeição do Projeto de Lei em exame.

É o parecer.

Sala das Comissões em 09 de abril de 1975

aa) ACCIOLY NETTO – Presidente
DENI SCHWARTZ – Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 19/75

Objetiva o presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Otássio Pereira, autorizar o Poder Executivo a criar,

na cidade de Ortigueira, um Curso de 2º Grau.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou sobre o assunto, opinando pela sua rejeição.

No âmbito desta Comissão, em que pese a louvável iniciativa do seu ilustre autor, cabe-nos opinar pela rejeição desta proposição, pois o seu conteúdo implica em aumento de despesa pública, o que é vedado pela Constituição Estadual, no seu artigo 35, de vez que constitui matéria da competência exclusiva do Poder Executivo.

Nestas condições, nosso parecer é contrário, pela rejeição deste Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975

aa) ROSÁRIO PITELLI – Presidente
EDILSON ALENCAR – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei N. 29/75, de autoria do Dep. Benedito Lúcio Machado, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de Marimbondo, Município de Siqueira Campos e dá outras providências. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.I.P.

PROJETO DE LEI N. 29/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

O Deputado que este subscreve no uso dos direitos que lhes são conferidos por Lei, submete a aprovação o seguinte Projeto:

Art. I – Fica criado no Distrito de Marimbondo Município de Siqueira Campos deste Estado, o Ginásio Estadual com 3 salas iniciais que serão construídas com recursos constantes do Orçamento vigente.

Art. II – Fica o Exmo. Governador do Estado, autorizado pela presente Lei a dispendar o valor correspondente a construção prevista no artigo primeiro obedecendo as determinações do orçograma Legal.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1975.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Distrito de Marimbondo conhecido atualmente por Alemoa, é um dos mais ricos Distritos de Municípios de Siqueira Campos contribuindo atualmente com trinta e cinco por cento da renda Orçamentária Municipal; não obstante encontra-se aquela Comunidade Distrital, por anos e anos consecutivos no mais completo abandono, não se sabe se os recursos dali advindos são aplicados em outros setores municipais, pela administração, por necessidade comprovada ou malevolamente.

Mas, esqueçamos Sr. Presidente e Srs. Deputados o fato relacionado com o abandono administrativo que observamos naquela localidade; falemos mais objetivamente sobre o fato que justifica a criação imediata, urgente, urgentíssima mesmo; do Ginásio Estadual naquele Distrito.

Muna orla não superior a 5 km do Distrito de Marimbondo que distancia 32 km da sede nessa orla de 500 mts à 5 km mais ou menos, existem 7 escolas de grau primário onde 260 alunos concluíram o primeiro Ciclo de escolaridade, sendo esses alunos na totalidade filhos de lavradores, e jamais terão condições de demandar a sede do Município em busca de matrículas.

Daí a necessidade, por demais justificada, medida de relevante Justiça que se crie e funcione urgentemente o Ginásio Estadual de Marimbondo, Distrito do Município de Siqueira Campos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 29/75

Autor: Deputado LÚCIO MACHADO

P A R E C E R

Nos precisos termos do Projeto de lei, o seu autor diz que "Fica criado no Distrito de Marimbondo, Município de Siqueira Campos, deste Estado, o Ginásio Estadual com 3 salas iniciais que serão construídas com recursos constantes do orçamento vigente" (Art. 1º).

Tratando-se de plano de lei, que contraria o disposto na Carta Política Estadual (Arts. 25 e 35) por serem de iniciativa do Poder Executivo as leis que "autorizem, criem ou aumentem a despesa pública", não vemos outro caminho que não seja o de opinar pela **REJEIÇÃO** da matéria.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO - Presidente

DÁCIO LEONEL - Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 29/75

Objetiva o presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Lúcio Machado, autorizar o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Marimbondo, município de Siqueira Campos.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, examinando a matéria, emitiu parecer pela sua rejeição.

No âmbito desta Comissão, nada mais resta senão rejeitar este Projeto de Lei, pois fere ele a Constituição do Paraná, no art. 35, de vez trata-se que de aumento de despesa pública, competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Nestas condições, nosso parecer é contrário, pela **REJEIÇÃO** do plano de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de 1975.

aa) ROSÁRIO PITELLI - Presidente

EDILSON ALENCAR - Relator

O SR. LÚCIO MACHADO - (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, o projeto de lei nº 29/75, com parecer contrário das comissões, por ser de minha autoria, eu pediria a V. Exa. que fosse retirado de pauta antes da submissão à apreciação do plenário, a fim de que pudéssemos encontrar uma fórmula de revigorar o seu conteúdo e dar transmissão lícita, tramitação constitucional à nossa idéia.

O SR. PRESIDENTE - Sr. Deputado, a Mesa pergunta: V. Exa. pediu a palavra para discutir, ou para encaminhar a votação?

O SR. LÚCIO MACHADO - Para pedir a retirada de pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Então, para discutir o projeto. Neste caso, a Mesa aguarda o seu requerimento, por escrito, para poder ser apreciado por esta Casa.

É encaminhado requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, no seguinte teor:

"Senhor Presidente.

Requeiro o adiamento de discussão e votação por 5 (cinco) sessões, para o Projeto de Lei nº 29/75.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1975

a(LÚCIO MACHADO".

Em votação o requerimento. - **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solici-

tando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, bem como, ao Sr. Secretário dos Transportes, objetivando medidas no sentido de que a estrada Congoinha-Rio do Peixe, seja construída na forma como inicialmente foi projetada, ou seja com passagem pelo Distrito de Figueira, município de Curiúva. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Elias Karam. - **Em discussão.** - **Encerrada a discussão.** - **Em votação.**

O SR. IVO THOMAZONI - (Encaminhamento de votação).
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a tribuna para prestar, na pobreza das minhas palavras, uma despresticiosa homenagem póstuma a um homem que aprendi a admirar e em cuja ação e devotamentp à causa pública, procurei tantas vezes espelhar, porquanto significava para todos nós homens filiados à mesma grei partidária, a extinta União Democrática Nacional, um símbolo de lealdade, de honestidade, de humildade e uma vontade indômita de estar sempre a serviço da população de Curitiba, do Paraná, fazendo-se respeitar pelas suas atitudes sempre muito dignas e próprias de um homem das qualidades excepcionais do político, do causídico, do líder religioso, do pai, do esposo e do homem público enfim, que fob Elias Karam. Desaparece aos 72 anos de idade, depois de haver servido a uma coletividade por quase 20 anos como representante do povo à Câmara Municipal de vereadores de Curitiba. Homem, que além de político e de causídico inteligente, foi um homem de letras e editou obras que servem hoje para enriquecer o acervo histórico da literatura paranaense. No encaminhamento da votação dos requerimentos subscritos por eminentes deputados do MDB e da Arena quero, porque convivi com ele, reverenciá-lo digo, reverenciar sua memória e dizer que o Paraná perde uma das suas figuras mais expressivas da política paranaense. E que tenha Elias Karam, a lembrança de todo o Paraná, que muito lhe deve seu exemplo.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Em votação o requerimento. - **Aprovado.**

A Mesa designa uma comissão formada pelos Srs. Deputados Nelson Buffara, Gabriel Sampaio, Jorge Sato, Ezequias Losso, para representar esta Assembléia, na solenidade da Câmara Municipal, onde está o corpo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando seja constituída uma comissão Especial, composta de 5 (cinco) membros, destinada à elaborar um simpósio sobre o estatuto do Magistério. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao DNER, encarecendo urgência na aprovação do projeto final de engenharia e do projeto de interseções do contorno sul de Apucarana. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, contsante do Expediente, solicitando sejam enviados ofícios aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Educação e Cultura, objetivando a concessão de auxílio financeiro à Fecivel para aquisição de livros, material técnico e laboratório, necessários ao aprimoramento de nível. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Governador do Estado, secretário do Interior e Presidente da Telepar, no sentido de que procedam estudos com o fito de que seja revista a taxaço dos impulsos das ligações telefônicas urbanas, dilatando o tempo implantado recentemente. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso à Associação Comercial do paraná, pela manifestação vigorosa para

que o controle acionário da Telepar, continue nas mãos da Telepar. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, e outros Srs. Deputados, constante do Expediente, solicitando voto de solidariedade ao Sr. Deputado Federal Alencar Furtado, face às ameaças que estaria sendo vítima em função de sua decidida e corajosa atuação na Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga a ação das empresas estrangeiras no País. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Governo do Estado e Café do Paraná, objetivando providências no fornecimento de sementes de trigo aos tricultores do sudoeste paranaense. — **Aprovado.**

requerimento de autoria do Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão, constante do Expediente, solicitando voto de congratulação à diretoria da Famepar, pela iniciativa de incentivo às prefeituras quando da elaboração dos orçamentos municipais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Edilson Alencar, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, como também ao Sr. Governador do Estado, no sentido de se fazer cessar as arbitrariedades praticadas pelo delegado de polícia de Assis Chateaubriand. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, objetivando seja instalada uma agência na sede do município de Francisco Alves, em virtude do mesmo não ser atendido pela agência de Iporã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, para que seja incluída na nova divisão judiciária da transferência da sede da sede da Comarca de Xambrê, para Pérola. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 41/75 e 42/75;

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 17/75;

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 10/75 e 20/75;

Fica marcada ainda sessão ordinária para a próxima sexta-feira, dia 6, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 20/75, e dos Projetos de Lei nºs 266/73, 34/74, 104/74, 111/74, 160/74 e 170/74.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA Nº 283/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3971/75, de 25 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, LUIZ AUGUSTO CANTADOR, ocupante do cargo de Oficial de Administração, nível PL "19", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970,

a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, a partir de 15 de maio de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 284/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5078/75, de 22 de maio de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, aos funcionários JOÃO MARIA DE JESUS CAMPOS ARAUJO e MIGUEL JORGE NASSAR, ambos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de junho de 1973.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 285/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5026/75, de 21 de maio de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a LEONILDO MARCHIORO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de junho de 1973.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 287/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3234/75, de 10 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

I — designar, ALCEU WALTER NIDZWIEDZ, ocupante do cargo de nível PL "20", de Oficial de Administração, para prestar serviços no Gabinete da 3ª Secretaria,
II — autorizar, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, a partir de 10 de abril de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 288/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de

suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4985/75, de 20 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

designar, ANTONIO WALDEMAR SAVIO e MAURÍCIO CESAR PEREIRA, ambos à disposição deste Poder Legislativo, para prestarem serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado NELSON BUFFARA, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 289/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5038/75, de 21 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 233/75, a ADILSON VICENTINI, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 269/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4854/75, de 19 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

designar, ROSELI ARAUJO TOSIN, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da 2ª Secretaria, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 270/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4624/75, de 12 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

designar, MISAEL AMILTON MATUCHEWSKI, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado JOSÉ LÁZARO DUMONT, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 271/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4624/75, de 12 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

designar, JOÃO MARIA MONTEIRO DE SOUZA, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Vice-Presidência, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 272/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2029/75, de 14 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 3/74, a ODAHIR COSMOS, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 273/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4401/75, de 07 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

designar, JACY CORREIA FERNANDES, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da Presidência, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 274/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4129/75, de 30 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

designar, ANTONIO BRAVO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado JAYME RODRIGUES DE CARVALHO, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 268/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4941/75, de 19 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a ANTONIO CECCON, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral